

**Exercício
2011**

Relatório de Gestão

**Conab
Sureg-MT**

CUIABÁ 2012





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Diretoria Colegiada
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo
JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Financeiro
MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento
SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO

OVÍDIO COSTA MIRANDA
Superintendente

ELIEZER TRAJANO DE OLIVEIRA
Gerente Financeiro e Administrativo

CHARLLES CORDOVA NICOLAU
Gerente de Operações

JACIR LOPES DA SILVEIRA
Gerente de Desenvolvimento e Gestão de Estoques

CHARLLES CORDOVA NICOLAU
CLAUDIA APARECIDA RODRIGUES DINERO COELHO
SUZANE CORREA T. BRITO BUENO
SOLANGE FERREIRA DE MORAES
Elaboração

OSCASIR SOARES DE O JUNIOR
Apoio-Capa

Superintendência Regional de Mato Grosso
Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Edifício Everest – Bairro Dom Aquino
Cuiabá-MT – CEP 78.015.115
mt.sureg@conab.gov.br
Fax. (65) 3624-5280 Fone: (65) 3616-3800 / 3616-3803

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPA

Companhia Nacional de Abastecimento
Conab

Superintendência Regional de Mato Grosso
SUREG-MT

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Cuiabá
2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS	11
1.1 – Informações Gerais sobre a UJ	11
1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
1.1.2 – Estrutura Organizacional	14
1.1.3 – Principais Gestores	15
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	16
1.2.1 – Planejamento Estratégico	16
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	17
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda	17
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	18
1.2.2.3 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	19
1.2.2.4 – Macroprocesso de Prestação de Serviços	20
1.2.2.5 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	21
1.2.2.6 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	22
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos	23
2 – ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO	25
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão	25
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios	26
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA	28
3.1 – Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM	29
3.2 – Intervenções Governamentais	30
3.2.1 – Formação de Estoques Públicos	30
3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos	30
3.2.1.2 – Aquisição de Produtos Vinculados a PGPM – AGF e Contrato de Opção de Venda	36
3.2.2 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção	37
3.2.2.1 – Prêmio para o Escoamento do Produto-PEP	38
3.2.2.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO	39
3.3 – Principais Indicadores de Desempenho	40
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO	42
4.1 – Atuação da Conab/Sureg-MT	42
4.2 – Ações desenvolvidas	43
4.2.1 – Alienação dos Estoques da PGPM	43
4.2.2 – Doação de Produtos Alimentícios	47
4.3 – Principais Indicadores de Desempenho	49
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO	51
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	52
6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros	52
6.2 – Principais Indicadores de Desempenho	53
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO	54
7.1 – Rede Armazenadora	55
7.1.1 – Rede Armazenadora Própria	55
7.1.1.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios	55
7.1.1.2 – Serviços de Manutenção	56
7.1.2 – Rede Armazenadora Contratada	63
7.1.2.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros	63
7.1.3 – Oferta Regional de Armazenagem	66
7.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador	66
7.2 – Atividade de Fiscalização	67
7.2.1 – Quadro de Fiscais da Regional	67
7.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos	68
7.2.2.1 – Perdas	68
7.2.2.2 – Desvios	69
7.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns	69
7.2.4 – Fiscalizações das Operações de Garantia e Sustentação de Renda	71
7.3 – Remoção de Produtos	72
7.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos	72
7.3.2 – Remoção de Produtos do PAA	75
7.3.3 – Remoção de Produtos do MDS	75
7.4 – Principais Indicadores de Desempenho	75
8. GESTÃO TECNOLÓGICA	79
9. GESTÃO ESTRATÉGICA	79
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES	79

10.1 – Levantamento de Safras	79
10.2 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos	82
11. GESTÃO DE PESSOAS	83
11.1 – Distribuição de Empregados	83
11.2 – Sistema de Comunicação	84
11.3 – Melhoria do Clima Organizacional	84
11.4 – Ações de Capacitação	84
11.5 – Composição e Custos de Pessoal	86
11.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo	87
11.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências	93
11.5.3 – Perspectivas de Aposentadoria	94
11.5.4 – Recomposição do Quadro de Pessoal	95
11.5.5 – Quadro de Pessoal Inativo ou Pensionista	96
11.5.6 – Quadro de Estagiários	96
11.5.7 – Custos de Pessoal	97
11.5.8 – Mão de Obra Terceirizada	99
11.5.9 – Principais Indicadores Gerenciais	101
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL	104
12.1 – Análise da Execução orçamentária	104
12.1.1 - Programas	104
12.1.1.1 – Programa 0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar	104
12.1.1.2 – Programa 0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária	105
12.1.1.3 – Programa 0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	105
12.1.2 – Principais Ações dos Programas	106
12.1.2.1 – (2130) - Formação de Estoques Públicos	107
12.1.2.2 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	109
12.1.2.3 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	115
12.1.2.4 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	117
12.1.2.5 – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	119
12.1.2.6 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	121
12.1.2.7 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos	125
12.1.2.8 – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	126
12.1.2.9 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	129
12.1.2.10 – (2272) Gestão e Administração do Programa	132
12.1.2.11 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	138
12.1.2.12 – (4572) Capacitação Serv. Púb. Fed., em Processo de Qualificação e Requalificação	140
12.1.2.13 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Púb. E Sociedade de Economia Mista	143
12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar	145
12.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	145
12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período	146
12.4 – Transferências mediante convênios ou outros acordos	150
12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76	151
12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa	165
12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	167
12.8 – Parecer da Auditoria Independente	168
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	169
13.1 – Informações sobre o Controle Interno	169
13.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	170
13.2.1 – TCU	170
13.2.2 – CGU	170
13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna	176
14. Anexos	184
anexo I - BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	184
anexo II - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	185
anexo III - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	186
anexo IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	187
anexo V - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	188
anexo VI - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	190

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AGF – Aquisição do Governo Federal

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho

AF – Agricultura Familiar

ATR – Açúcar Total Recuperável

Audin - Auditoria Interna

BACEN – Banco Central do Brasil

CAEAF – Compra Especial da Agricultura Familiar

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAMEX – Câmara de Comércio Exterior

CDA – Cadastro de Unidades Armazenadoras

CDAF – Compra da Agricultura Familiar

CDB – Certificados de Depósito Bancários

CEASA - Centrais de Abastecimento

CGU – Controladoria Geral da União

CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social

CLT – Consolidação da Lei Trabalhista

CMN -Conselho Monetário Nacional

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONAD – Conselho de Administração da Conab

CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

COV – Contratos de Opção de Venda

CPR – Cédula de Produto Rural

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DIFIN – Diretoria Financeira

DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações

DIRAB – Diretoria de Operações e Abastecimento

DIRAD – Diretoria Administrativa

DIRHU - Diretoria de Recursos Humanos

DN/TCU – Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União

DRE - Demonstrativo de Resultados

EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar

EGF – Empréstimo do Governo Federal

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FUNAI – Fundação nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Assistência a Saúde

GEASA – Gerência de Avaliação de Safras

GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e medicina do Trabalho

GECAD – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns

GECAP – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento

GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa

GEFIS – Gerência de Fiscalização de Estoques Governamentais

GEOPE – Gerência de Operações

GESAS - Gerência de Serviço de Assistência à Saúde

GEVEP – Gerência de Avaliação e Vistoria de Estoques Privados

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS
GPS - Sistema de Posicionamento Global
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
LFT – Letras Financeiras do Tesouro
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragem
MAPA – Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MOC – Manual de Operações da Conab
NOC – Normas da Organização da Conab
NR - Norma Regulamentadora
NTN – Notas do Tesouro Nacional
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCS – Plano de Cargos e Salários
PEP – Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA – Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF – Política d garantia d preços da Agricultura Familiar
PGPM – Política de garantia de preços Mínimos
PPA – Plano Plurianual
PROGE – Procuradoria Geral
Prohort - Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada
PRORE – Procuradoria Regional
PTRES – Plano de Trabalho
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAS - Serviço de Assistência a Saúde
Seap - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SECOF – Setor Contábil e Financeiro
SEDEM – Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEGEO – Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
SEOPE – Setor de Operações de Estoques
SEPAB – Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEREH – Setor de Recursos Humanos
SETAD – Setor Administrativo
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO – Sistemas de Informações Agropecuárias e de Abastecimento

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

SICONV – Sistema de Convênio

SINAC – Sistema Nacional de Comercialização

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SISAC - Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões

SPA – Secretaria de Política Agrícola

SPAE - Secretaria de Produção e Agroenergia

SPC – Secretaria de Previdência Complementar

SUARM – Superintendência de Armazenagem

SUCON – Superintendência de Contabilidade

SUFIN – Superintendência de Finanças

SUFIS – Superintendência de Fiscalização de Estoques

SUINF – Superintendência de Informação do Agronegócio

SUMAJ – Subprocuradoria de Material Judicial

SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação

SUOPE – Superintendência de Operações

SUREG- Superintendência Regional

SUREH – Superintendência de Recursos Humanos

SUTIN - Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação

TCU - Tribunal de Contas da União

TNS - Técnico de Nível Superior

TPF - Tabela de Participação Financeira

TR - Taxa Referencial

UA – Unidade Armazenadora

UC – Unidade de Comercialização

UJ – Unidade Jurisdicionada

VEP – Valor de Escoamento de Produto

LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS			
TIPO	nº	TÍTULO	Pag.
OUADRO	1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
FIGURA	1	Organograma Atual	14
FIGURA	2	Macroprocesso de Sustentação da Renda	17
FIGURA	3	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	18
FIGURA	4	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	19
FIGURA	5	Macroprocesso de Prestação de Serviços	20
FIGURA	6	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	21
FIGURA	7	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	22
OUADRO	2	Precos Mínimos Principais Produtos Amnrados PGPM para Safra 2010/2011	30
OUADRO	3	Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS	34
OUADRO	4	Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA	35
OUADRO	5	Demonstrativo das Aquisições - PGPM	36
OUADRO	6	Demonstrativo de Despesas na Formação de Estoques Públicos	36
OUADRO	7	Informações Gerais sobre operações de PEP	38
OUADRO	8	Informações Gerais sobre operações de PEPRO	39
OUADRO	9	Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos	43
OUADRO	10	Demonstrativo das Vendas de Valor de Escoamento de Produto -VEP	46
OUADRO	11	Demonstrativo dos Avisos e Processos Administrativos de VEP	46
OUADRO	12	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	48
OUADRO	13	Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios	48
OUADRO	14	Demonstrativo Estoque Médio com Produtos de Terceiros	52
OUADRO	15	Demonstrativo de Receita Armazenagem com Produtos de Terceiros	53
OUADRO	16	Demonstrativo de Armazéns por UA	55
OUADRO	17	Demonstrativo Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios	55
OUADRO	18	Distribuição do Estoque de Milho por UA – Própria	56
OUADRO	19	Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	57
OUADRO	20	Manutenção e Adequação das UAs - Processos autorizados	58
OUADRO	21	Manutenção e Adequação da UA-Alta Floresta - Projatos	58
OUADRO	22	Manutenção e Adequação da UA-Diamantino - Projatos	59
OUADRO	23	Manutenção e Adequação da UA-Rondonópolis - Projatos	60
OUADRO	24	Manutenção e Adequação da UA-Sorriso - Projatos	61
OUADRO	25	Manutenção e Adequação da UA-SINOP - Projatos	62
OUADRO	26	Demonstrativo Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros	64
OUADRO	27	Distribuição do Estoque de Milho por UA – Terceiros	64
OUADRO	28	Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	66
OUADRO	29	Relação de Fiscais da Regional	67
OUADRO	30	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas	68
OUADRO	31	Perdas Quantitativas e Qualitativas – 2011	69
OUADRO	32	Demonstrativo das Irregularidades em Armazéns Vistoriados	70
OUADRO	33	Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento 2008/2011	71
OUADRO	34	Demonstrativo de Despesas - Fiscalização dos Estoques	71
OUADRO	35	Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM	72
OUADRO	36	Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS	75
OUADRO	37	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11	81
OUADRO	38	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2010/11 e 2011/12	81
OUADRO	39	Transferências Internas	83
OUADRO	40	Alteração de Função/Espaco Ocupacional	83
OUADRO	41	Ações de Treinamento	85

LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS			
OUADRO	42	Empregados Beneficiários dos Cursos de Desenvolvimento para o Futuro	85
OUADRO	43	Composição do Quadro de Recursos Humanos	86
OUADRO	44	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual	87
OUADRO	45	Distribuição por área comparativa 2010 e 2011	87
Gráfico	I	Distribuição de pessoal por área	88
OUADRO	46	Composição do Quadro de Recursos Humanos	88
Gráfico	II	Distribuição dos Empregados Por Sexo - 2011	89
Gráfico	III	Distribuição dos Empregados – Por Gerências/Unidades - 2011	90
Gráfico	IV	Distribuição dos Empregados – Por Cargos - 2011	90
QUADRO	47	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	91
Gráfico	V	Distribuição dos Empregados – Por Escolaridade – 2011	91
OUADRO	48	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	92
Gráfico	VI	Distribuição dos Empregados – Por Faixa Etária – 2011	92
Gráfico	VII	Distribuição dos Empregados – Por Tempo de Serviço - 2011	93
Gráfico	VIII	Distribuição dos Empregados Aposentados	93
OUADRO	49	Faixa Etária X Tempo de Trabalho	94
QUADRO	50	Perspectivas de Aposentadoria	94
QUADRO	51	Pessoal Inativo ou Pensionista	96
QUADRO	52	Composição do Quadro de Estagiários	96
QUADRO	53	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008 a 2011	97
QUADRO	54	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	99
QUADRO	55	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	100
Gráfico	IX	Nº de afastamentos superiores a 15 dias	101
Gráfico	X	Nº de aposentados	101
Gráfico	XI	Empregados capacitados	101
Gráfico	XII	Empregados por Plano de Cargos	102
Gráfico	XIII	Usuários do Serviço de Assistência à Saúde	102
OUADRO	56	Demonstrativo de Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ	106
QUADRO	57	Metas e execução Ação (2130)	107
QUADRO	58	Demonstrativo de Despesas na Formação de Estoques Públicos	108
QUADRO	59	Metas e execução Ação (2137)	110
OUADRO	60	Demonstrativo de Despesas - Fiscalização dos Estoques	111
QUADRO	61	Metas e execução Ação (2829)	115
QUADRO	62	Metas e execução Ação (4702)	117
QUADRO	63	Demonstrativo de Despesas - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	117
OUADRO	64	Metas e execução Ação (8579)	120
QUADRO	65	Despesas - Geração e Difusão de Informações da Agrop. e do Abast. Agroalimentar	120
QUADRO	66	Metas e execução Ação (2004)	121
QUADRO	67	Demonstrativo de Despesas - Assistência Médica e Odontológica	122
Gráfico	XIV	Demonstrativo comparativo de execução 2007/2011 Assistência Médica e Odontológica	122
QUADRO	68	Metas e execução Ação (20CW)	125
QUADRO	69	Despesas - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	125
QUADRO	70	Metas e execução Ação (2011)	127

LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS			
Gráfico	XV	Comparativo de execução 2007/2011 – Auxílio-Transporte	127
QUADRO	71	Metas e execução Ação (2012)	130
Gráfico	XVI	Comparativo de execução 2007/2011 – Auxílio-Alimentação	130
QUADRO	72	Metas e execução Ação (2272)	132
QUADRO	73	Demonstrativo de Despesas - Gestão e Administração do Programa	133
Gráfico	XVII	Comparativo de Despesas do GAP- execução 2009/2011	134
QUADRO	74	Demonstrativo de Pregões Eletrônicos realizados no exercício de 2011	134
Gráfico	XVIII	Economia de Licitações - Valor de referência X Valor contratado	135
QUADRO	75	Demonstrativo de Cotações Eletrônicas realizadas no exercício de 2011	136
Gráfico	XIX	Economia de Cotação Eletrônica (valor de referência X valor contratado)	136
QUADRO	76	Demonstrativo de Contratos Administrativos vigentes no exercício de 2011	137
QUADRO	77	Metas e execução Ação (4711)	138
QUADRO	78	Demonstrativo de Despesas - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	139
QUADRO	79	Metas e execução Ação (4572)	141
QUADRO	80	Demonstrativo comparativo de execução 2010/2011 - Capacitação de Servidores	141
QUADRO	81	Demonstrativo das Despesas Treinamentos Realizadas Exercícios 2007 a 2011	141
QUADRO	82	Metas e execução Ação (0022)	143
QUADRO	83	Demonstrativo de Despesas - Cumprimento de Sentenças Judiciais	144
QUADRO	84	Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2010	145
QUADRO	85	Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2011	145
QUADRO	86	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Recebida	146
QUADRO	87	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Enviada	147
QUADRO	88	Natureza da Despesa Detalhada	148
QUADRO	89	Despesas por Modalidade de Contratação	148
QUADRO	90	Demonstrativo da Execução Orçamentária	149
QUADRO	91	Composição acionária do capital social	164
QUADRO	92	Investimentos permanentes em outras sociedades	165
QUADRO	93	Provisão para perdas prováveis	166
QUADRO	94	Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ	167
QUADRO	95	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	167

Introdução

O presente Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Mato Grosso (Sureg-MT), relativo ao exercício de 2011, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, de 01 de setembro de 2010, da DN TCU nº 108, de 24 novembro de 2010, da Portaria – TCU nº123, de 12 de maio de 2011, e das orientações do órgão de controle interno na forma das Orientações Complementares constantes na Portaria nº2546 e na Norma de Execução/CGU/nº03, de 27/12/2010.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

A exemplo dos exercícios anteriores, ressaltamos que as atividades da Sureg-MT são resultantes de decisões tomadas no âmbito da Matriz, desde a fase de planejamento até a definição das metas e objetivos esperados, motivo pelo qual nos subitens 3.3; 4.3; 6.4; 7.4, são apresentados alguns indicadores que ainda estão em análise nas diversas superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade dos indicadores, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

Cabe registrar que “Não se APLICA” ou não houve ocorrências no período, na Conab/SUREG-MT, para os itens 5; 8; 9 e os subitens 11.6 e 12.4 do Anexo II, PARTE D - UNIDADES JURISDICIONADAS COM RELATÓRIOS DE GESTÃO CUSTOMIZADOS, da DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010. Porém, a fim de manter a sequência proposta, foram mantidos os itens no índice e no corpo do relatório.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-MT, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Ovídio Costa Miranda
Superintendência Regional do Mato Grosso
Superintendente

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 – Informações Gerais sobre a UJ

1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -MAPA			Código SIOG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB – (2114) Superintendência Regional do Mato Grosso (87159)			
Denominação abreviada: Conab/Sureg-MT			
Código SIOG: 87159		Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 22211
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal			
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(65) 3616-3803	(65) 3616-3838	(65) 3624-5280
Endereço eletrônico: mt.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: http://www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Ed. Everest – Dom Aquino-Cuiabá - MT CEP: 78015-115			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas.			
Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08
As atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			

A Superintendência Regional de Mato Grosso – Sureg-MT é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.^a Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Manual de Operações – MOC, Disposições Preliminares COMUNICADO CONAB/MOC N.º 014, 15/06/2007

Normas da Organização – NOC
Código de Ética da Conab

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
135209	Conab Sede Sureg MT
135210	Unid. Estoque Estratégico/ MT
135211	Núcleo Estoque Regulador/ MT - PGPM
135214	UA-Cuiabá
135215	UA-Diamantino
135216	UA-Rondonópolis
135218	UA-Sorriso
135221	UA-Chapada dos Guimarães
135224	UA-Sinop
135446	UA-Alta Floresta
135539	Unidade Conab PAA Mato Grosso
135043	Mercado de Opções-MT

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135209	22211
135210	
135211	
135214	
135215	
135216	
135218	
135221	
135224	
135446	
135539	
135043	

Com sede em Cuiabá, a Sureg-MT está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

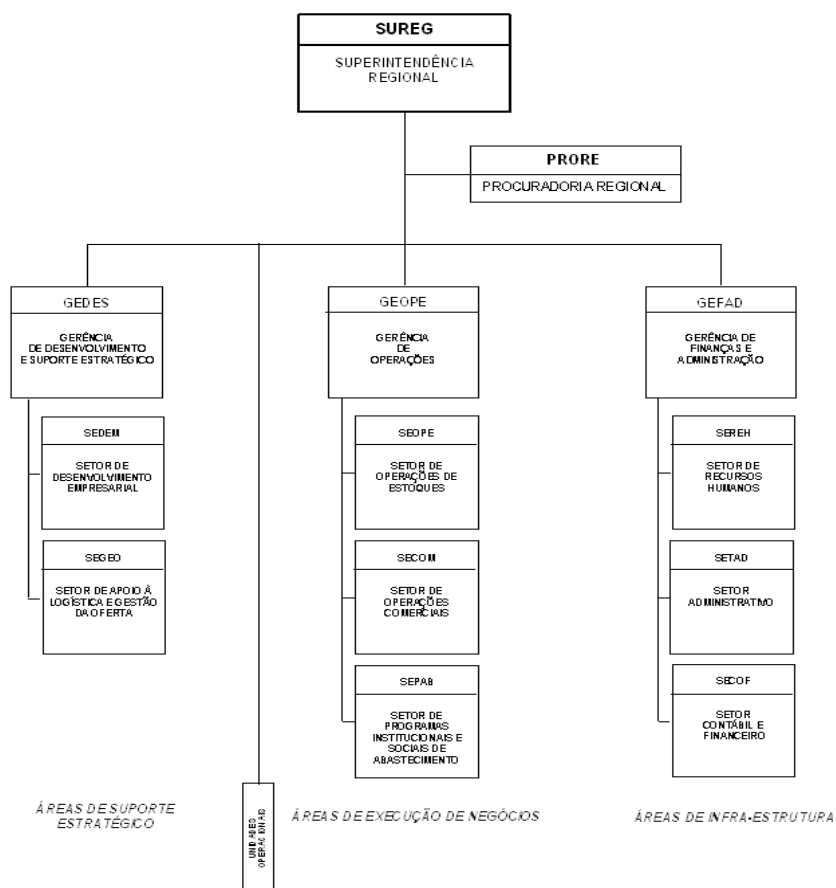
- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, a saber:

- I – Procuradoria Regional - PRORE
- II – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES
 - a) Setor de Desenvolvimento Empresarial - SEDEM
 - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO
- III – Gerência de Operações - GEOPE
 - a) Setor de Operações de Estoques - SEOPE
 - b) Setor de Operações Comerciais – SECOM
 - c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB
- IV – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD
 - a) Setor de Recursos Humanos - SEREH
 - b) Setor Administrativo – SETAD
 - c) Setor Contábil e Financeiro – SECOF
- V – Unidades Operacionais
 - a) Unidade de Comercialização – UC
 - b) Unidade Armazenadora – UA

1.1.2 – Estrutura Organizacional

FIGURA I - Organograma Atual



1.1.3 – Principais Gestores

DIRIGENTE MÁXIMO – SUPERINTENDENTE				
	EMPREGADO	MAT.	CPF	ATO DESIGNAÇÃO
TITULAR	OVÍDIO COSTA MIRANDA	17645	145.259.411.20	PORTARIA Nº 345 DE 12.09.2003
SUBSTITUTO	ELIEZER TRAJANO DE OLIVEIRA	56780	051.875.402.20	ATO DIAFI Nº 434 de 25.09.03

GERENTES				
GEDES TITULAR	JACIR LOPES DE SILVEIRA	75106	342.677.357-00	PORTARIA Nº 49 DE 30.03.2006
SUBSTITUTO	FRANCIELLE TONIETTI CAPILE GUEDES	106930	793.182.581-00	ATO DIRHU Nº 565 DE 10.11.2008

GEFAD TITULAR	ELIEZER TRAJANO DE OLIVEIRA	56780	051.875.402.20	PORTARIA Nº 272 DE 10.12.2001
SUBSTITUTO	ODIRLEY DIAS DE SOUSA	106619	794.828.991-72	PORTARIA 916, DE 23.08.11

GEOPE TITULAR	CHARLES CORDOVA NICOLAU	106711	081.488.649.34	PORTARIA Nº 222 DE 07.11.2007
SUBSTITUTO	SUZANE CORREA T.B. BUENO	106799	797.049.481-15	ATO SUREG/MT Nº 025/2010

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

Conforme informado no RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL Nº 00190.021911/2011-41-A da Controladoria Geral da União, sobre as ações conduzidas pela Conab para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico, ficou constatada a **descontinuidade** na implementação do planejamento, seja da proposta elaborada no âmbito do projeto financiado com recursos externos – PNUD, ou outra que pudesse substituí-lo.

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

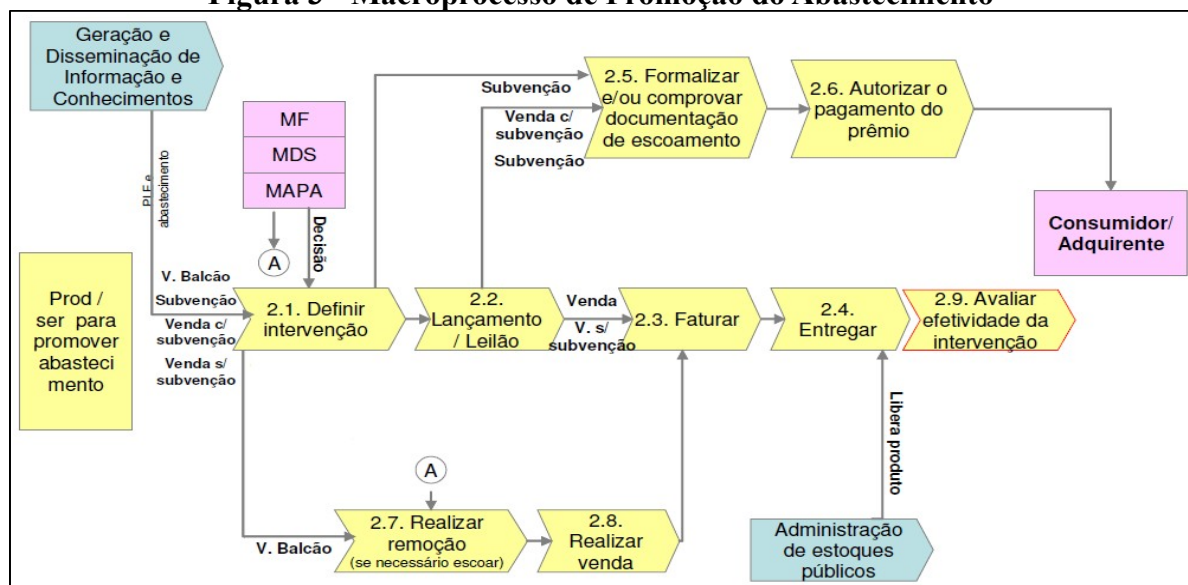
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior, seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas e/ou remoção dos estoques reguladores ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos para regiões desabastecidas. Estes produtos podem ser vinculados tanto aos estoques privados quanto públicos, depositados nas zonas de produção ou em locais de melhor infraestrutura próximos a estas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados a venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura 3 - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

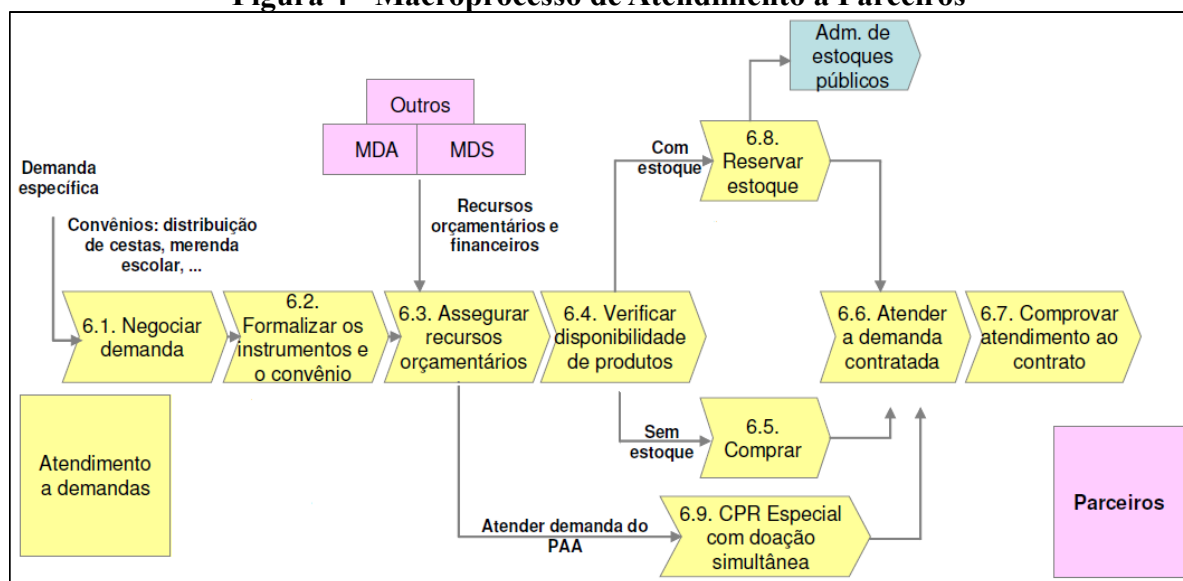
1.2.2.3 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA, Organismos Internacionais e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição, transporte, controle de qualidade e armazenamento de produtos para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, dentre outros.

Figura 4 - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

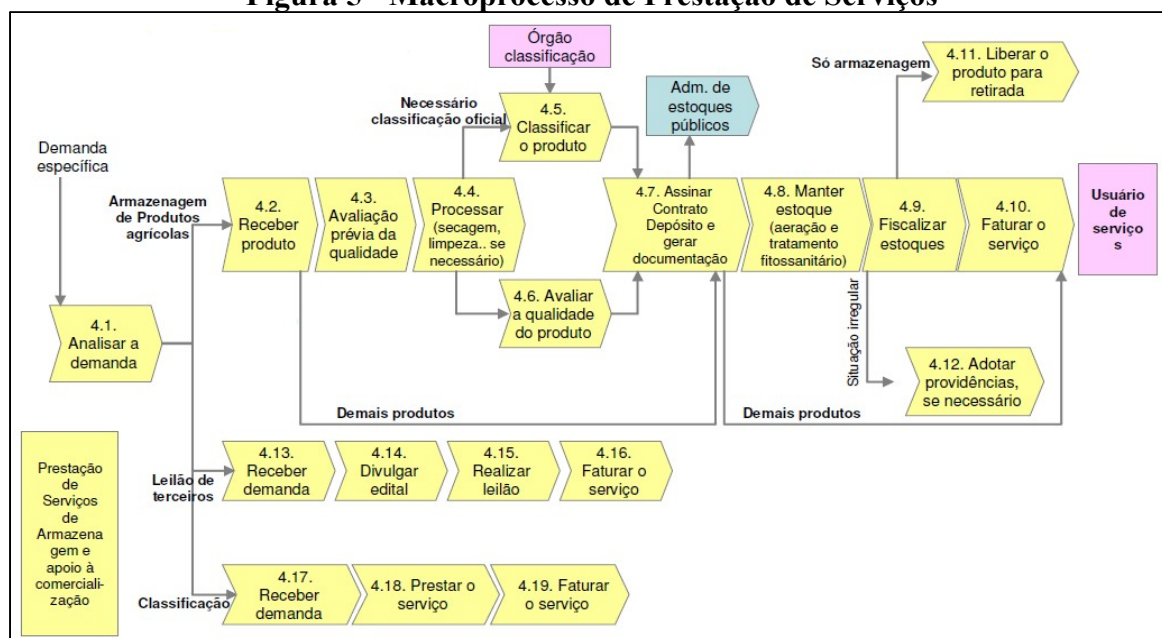
1.2.2.4 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros e públicos, realização de leilões bens públicos e privados e a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Figura 5 - Macroprocesso de Prestação de Serviços



Fonte: Conab

1.2.2.5 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

A formação de Estoques Públicos é feita a partir da aquisição de produtos por meio de operações de AGF ou de operações resultantes dos leilões públicos de Contrato de Opção de Venda, ambas previstas na PGPM.

Os estoques públicos podem ser mantidos em armazéns próprios ou em armazéns de terceiros que atenderem aos requisitos para credenciamento, mediante a assinatura de CONTRATO DE DEPOSITO (GUARDA E CONSERVAÇÃO) DE PRODUTOS E/OU EMBALAGENS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU DA CONAB E/OU VINCULADOS A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.

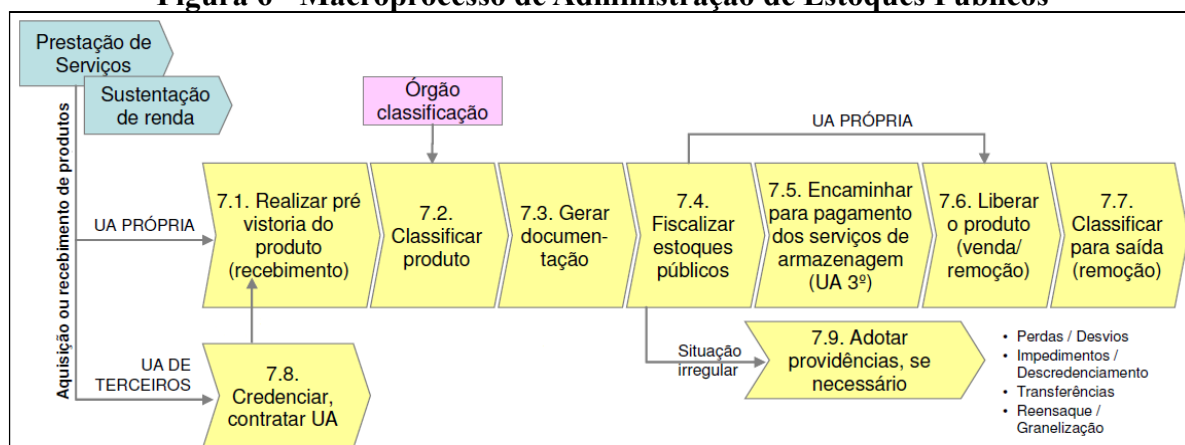
As aquisições são obrigatoriamente precedidas de vistoria técnico-operacionais da Conab, caracterizando-se, por meio do “TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO – TVN”, as condições quantificativas do produto e o cumprimento das demais exigências normativas para o seu armazenamento, de acordo com os TÍTULOS 08 e 12 do MOC.

Após a aquisição e entrada contábil do produto no Sistema de Controle de Estoques – xFAC, periodicamente são realizadas fiscalizações em todas as unidades armazenadoras que detêm estoques públicos para verificação quantitativa dos produtos. Para os armazéns de terceiros, os pagamentos dos serviços de armazenagem e conservação são realizados quinzenalmente, conforme os valores publicados no site da Conab – na página PRODUTOS E SERVIÇOS/ARMAZENAGEM.

Os produtos dos estoques públicos podem ser colocados a venda, removidos para outras Superintendências ou para atendimento de programas específicos/doação.

A Administração dos Estoques Públicos recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura 6 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte: Conab

1.2.2.6 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

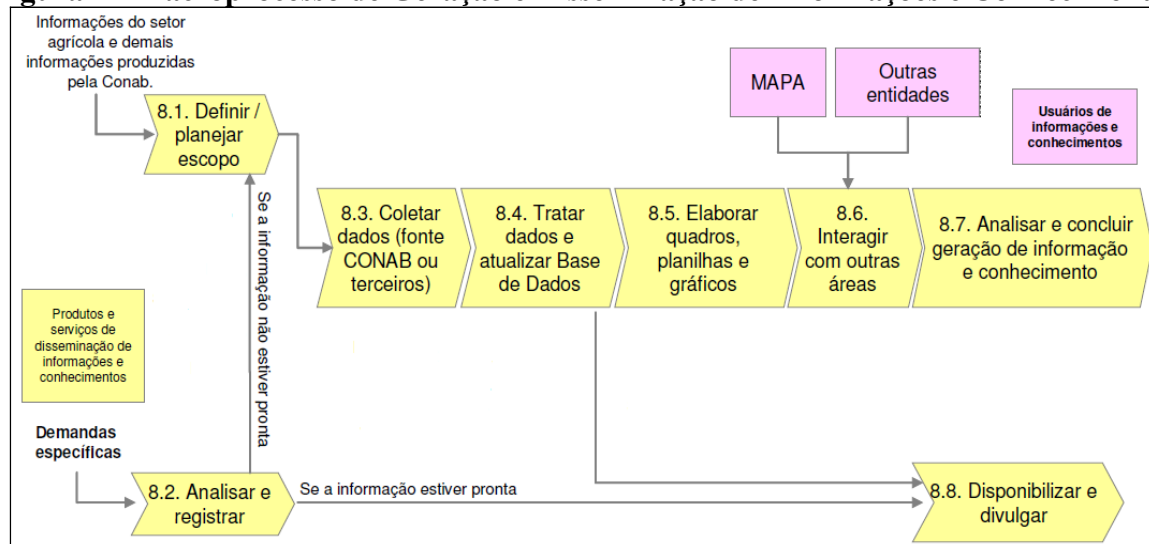
É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento, retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado pelo atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura 7 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos

Considerando a missão institucional da Conab e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-MT estão inseridas em 3 programas do PPA, distribuindo-se em 13 Ações, todas coordenadas pela Matriz. São realizadas, também, atividades em atendimento a convênios e outros tipos de transferências orçamentárias/financeiras.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas sob responsabilidade da Sureg-MT esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas e Ações, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Especificamente na área de atuação da Sureg-MT, a Ação Formação de Estoques em 2011, teve alocação de recursos orçamentários da ordem de R\$130 milhões. Esse montante destinou-se basicamente para as despesas de manutenção e carregamento (armazenagem) dos estoques públicos depositados em Mato Grosso, já que o cenário, à época da formulação da proposta orçamentária, apontava para a desnecessidade de o Governo intervir visando a sustentação de preços ao produtor, dado o comportamento dos preços de mercado acima do Preço Mínimo amparado pela PGPM, o que foi confirmado com as análises e acompanhamento de mercado no decorrer do exercício de 2011 e corroborado com a ausência de demanda dos segmentos beneficiários, de sorte que a Conab-MT não teve operações de Aquisições (AGF/Contratos de Opções de Venda) nem de subvenções (PEP/PEPRO). Do ponto de vista do suprimento de produto para abastecimento, as análises da Companhia levaram à indicação de que, no caso de Mato Grosso, não se faria necessária, como não se fez, a recomposição dos estoques, em face do grande volume de saldos remanescentes ainda depositado no Estado, dispensando, também, a intervenção com aquisições (AGF e COP) para esse fim. Ressaltamos, que o estoque inicial no exercício de 2011 era da ordem de 2,6 milhões de toneladas e ao final do exercício ainda se encontravam em estoque aproximadamente 1,2 milhões de toneladas.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento, para projetos novos, a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria. Celebrados os Termos de Cooperação, realiza as compras, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística.

São contempladas, com as doações, famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

No decorrer do exercício de 2011, observou-se que dos muitos problemas, principalmente os que se referem a estrutura física e recursos humanos, estão se agravando.

O aumento no volume de atividades da Regional continua sendo uma constante e os espaços disponíveis no prédio da sede em Cuiabá são insuficientes e inadequados.

A Sureg-MT atua, desde 1993, em um prédio locado com 4 pavimentos com uma área útil de 650m² mais um anexo de 450m², perfazendo área total de 1.100m². A parte principal do prédio, que foi adaptado parcialmente, abrigava originalmente um conjunto de 12 apartamentos. Não atende às exigências da legislação no que tange ao acesso facilitado aos portadores de deficiência, por exemplo, pois não dispõe de rampas apropriadas e elevador. Igualmente não dispõe de estacionamento com número suficiente de vagas para os empregados e visitantes.

O arquivo de documentos (fiscais e operacionais) foi deslocado para um armazém, espaço inadequado para tal finalidade, com problemas em relação à temperatura, poeira, insetos, roedores e segurança. Como alternativa transitória, foram tomadas medidas para readequar uma área exclusiva para a manutenção do arquivo e a documentação está sendo toda reorganizada. Os processos autuados e encerrados estão sendo encaminhados para o arquivo central em Brasília-DF, o que deverá reduzir sobremaneira o espaço necessário para arquivamento de documentos.

As Unidades Armazenadoras localizadas em Rondonópolis, Sorriso, Sinop, Diamantino e Alta Floresta também apresentam problemas de estrutura física, conforme a série de demandas que foram apresentados para às áreas responsáveis, e fazem parte dos projetos de grande porte para manutenção dessas Unidades, mas ainda não autorizados. Identifica-se, ainda, que para dar prosseguimento nos projetos propostos que se adequar o quadro de especialista, visto que não dispomos de técnicos suficientes para atender a toda a demanda, tais como engenheiros nas suas diversas especialidades de modo a atender aos requisitos legais quando da preparação dos editais de licitação. Nas unidades de Sorriso, Sinop, Diamantino, devido aos problemas crônicos na cobertura, isolamentos de paredes e equipamentos inoperantes, foram tomadas medidas extremas, concluindo com a retirada de todo o estoque dos produtos armazenados para evitar perdas de produto e prejuízos ao Erário.

O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos dessas operações (contábil e administrativa), em face do grande volume de atividades, é outro grande problema vivenciado pela Regional, que conta com apenas 113 empregados em efetivo exercício, com o agravante de se encontrar com uma faixa etária média considerada muito elevada (58 anos), portanto com limitações para determinados tipos de atividades, principalmente as de cunho operacional das Unidades. Este é um quadro que persiste, em que pese os diversos relatos e pedidos de providências feitos à Administração Central, visando o equacionamento da questão. A tendência dessa desestruturação é se agravar já no curto prazo, pois significativa parcela se encontra em fase de pré-aposentadoria: são 16 empregados com idade acima de 60 anos e 57, acima dos 50 anos, o que representa 64% do efetivo em atividade.

Torna-se premente a necessidade de medidas que busquem a revitalização do quadro de RH da Sureg-MT, tais como, intensificar o treinamento dos atuais empregados; contratação de novos empregados; reenquadramento dentro das funções desenvolvidas e um plano de desligamento incentivado, escalonado, de modo a permitir a transferência de conhecimentos para os novos contratados, visando resguardar a cultura e a excelência técnica da organização.

A atual estrutura organizacional foi implantada há 6 anos e teve como principal modificação, em relação a anterior, a redução de dois setores, ocorrendo a seguinte fusão: O **Setor Fiscal e Setor Contábil**, formaram o atual **SECOF**; o **Setor de Material e Setor de Serviços Gerais**, formaram o atual **SETAD**.

Desta modificação, a que causou maior impacto foi a extinção do Setor Fiscal e Tributário. Trata-se de Setor extremamente importante e imprescindível para uma Sureg como a de Mato Grosso, cujo volume de operações tem reflexos diretos e também extensos nessa Área, de sorte que, por esta razão, e por envolver assunto complexo e dinâmico, inclusive no que diz respeito à legislação, se justifica a existência de um Setor específico, dotado de mão-de-obra especializada e com dedicação exclusiva, o que não acontece na estrutura atual.

No Setor Administrativo – SETAD a situação não é diferente, agravando-se em razão da afronta ao Princípio da Segregação de Função, que já foi objeto de relatório da CGU (gestão 2006), pois o mesmo funcionário responsável pelas contratações (material/serviços) é aquele que responde pelo controle (contrato/almoxarifado/patrimônio), cujas atividades são regulamentadas nas próprias normas da Companhia.

Desta forma, sugere-se que o SETAD seja desmembrado, surgindo um que realize as atividades de contratações (licitações e dispensas) e outro de controle (contrato/almoxarifado/patrimônio).

Atribuir maior autonomia para este mister, agregaria considerável potencial de ação à Sureg-MT, contribuindo para a produtividade e a melhoria de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

Diferentemente da situação verificada no exercício 2010, referente a safra de milho em grãos, a elevação dos preços das commodities no mercado, tanto nacional quanto internacional, tornou desnecessária a atuação do Governo Federal em ações para sustentação de preços dos principais produtos produzidos e comercializados no Estado de Mato Grosso.

Como empresa pública, a Conab não participa em condições competitivas com o mercado na área em que atua. A prestação de serviços de armazenagem para terceiros é, no aspecto econômico-comercial, praticamente irrelevante diante da atual capacidade estática disponível na região. O Estado de Mato Grosso dispõe atualmente de uma oferta superior a 27 milhões de toneladas de capacidade estática para armazenamento de grãos (convencional e graneleiro), diante do que a capacidade de armazenamento da Companhia tem uma representatividade inferior a 1%. Todavia a atividade se reveste de grande importância para o segmento armazenista, como parâmetro de conhecimento, em estreita interação com entidades acadêmicas; de excelência de serviços prestados que pode ser agregada na formação prática de mão-de-obra; de tarifa, importante refencial útil à coibição de abusos no Setor; e, como também deveria sê-lo, de tecnologia, necessária ao padrão de qualidade exigido pelo mercado. De se ressaltar a sua importância também no aspecto social, pois em que pese a sua pequena oferta de capacidade estática, esta se afigura bastante razoável para atendimento do pequeno produtor, notadamente os enquadrados no PRONAF e se coadunaria perfeitamente com o apoio à comercialização emprestado pelo Governo ao produtor familiar, por meio do PAA.

Apesar de desenvolver grande volume de atividades para apoiar a comercialização de produtos agrícolas, a Conab/Sureg-MT não gera receitas próprias, visto que todo o processo de



comercialização e de apoio e a realização dos leilões para operações de contratos de opção e vendas de produto são centralizados e controlados pelas respectivas áreas.

Como resultado dos incentivos que o Governo Federal oferece aos produtores agrícolas, por meio das ações empreendidas pela Conab, a cada ano, aumentam a segurança e a confiança dos produtores no apoio institucional do Estado, com reflexos nos sucessivos recordes de produção verificados a cada safra.

A Conab, ciosa de sua obrigação de tornar público essas ações, lançou o Portal da Transparência, onde é possível acompanhar nossas atividades e os respectivos controles.

O ano de 2012 nos reserva novos desafios, segundo a política agrícola que está sendo desenhada pelo Ministério Agricultura, que deverá levar em conta as necessidades da nova classe média rural que se forma no País, fazendo com que as ações da Conab assumam novos patamares na relação Estado e produtores/empreendedores agrícolas.

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

Em que pese não ter sido necessária a execução da PGPM no Estado de Mato Grosso, e em 2011, esta Política tem sido objeto de atenção especial, ao lado do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de outros instrumentos que incentivem a comercialização agrícola. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** permite ao governo garantir o preço mínimo ao produtor rural e/ou sua cooperativa, mediante a aquisição direta, ou seja, com a compra direta e pagamento à vista, de produto constante da pauta da PGPM. Esta operação é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, condicionada ao repasse, pelo Tesouro Nacional, dos recursos para a operacionalização da aquisição e à necessidade de recomposição de estoques reguladores. Os beneficiários devem atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento, quando manifestada a intenção de vender sua produção.

Posteriormente, com a abertura da economia brasileira e a necessidade de modernizar o sistema de apoio à agropecuária, foram lançados outros mecanismos, como a seguir descritos.

- **Contrato de Opção:** possibilita ao Governo Federal fazer aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que quer comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Tem como objetivo proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Objetiva também melhorar a execução das políticas oficiais de sustentação e regulação dos preços agrícolas no mercado interno.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito - mas não a obrigação - de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

O exercício da Opção de Venda, pelo produtor ou cooperativa, é interessante quando o preço de exercício, situar-se acima da expectativa de mercado para a época de vencimento do contrato.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** possibilita ao governo garantir o preço mínimo ao produtor ou cooperativa sem que haja necessidade de adquirir o produto. Consiste em uma subvenção econômica concedida a segmento definido em Aviso específico, a ser arrematado em leilão público, para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal, que é utilizada posteriormente pelo arrematante que se compromete a promover o escoamento para as regiões de consumo previamente estabelecidas, conforme as condições previstas no Regulamento para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto PEP N.º 002/10 e

Avisos específicos. Mediante os leilões realizados ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, decomposto a partir do preço de paridade de importação até a unidade federativa de produção. Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

- **Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP):** subvenção econômica concedida em leilão público a segmento previamente definido que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda. Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP. No entanto, quem lança os contratos é o setor privado. No caso do PROP, primeiramente há interesse na garantia de renda ao produtor rural ou sua cooperativa e que a mercadoria migre da zona de produção para a de consumo. É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.
- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida em leilão público ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação. Operacionalmente é semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.1 – Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

Para a região de Mato Grosso, conforme estabelecido no Manual de Operações da Conab – MOC nas Normas específicas para cada produto, os principais produtos amparados para Safra 2010/2011 tiveram os preços mínimos e vigência conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 002 - Preços Mínimos Principais Produtos Amparados PGPM para Safra 2010/2011

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	2011	
			Início de Vigência	Valor(R\$)
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	01/11	44,60
Arroz longo fino em casca	Norte e MT	60 kg	01/11	28,23
Arroz longo em casca	Norte e MT	60 kg	01/11	21,66
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	60 kg	11/10	80,00
Milho	MT e RO	60 kg	01/11	13,98
Sorgo	MT e RO	60 kg	01/11	11,16

Considerando a situação apresentada pelo mercado, não ocorreu nenhuma demanda de produtores de Mato Grosso para qualquer das operações previstas dentro da PGPM ou dos Instrumentos de Subvenção PEP, PEPRO, e PROP.

A decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos são de responsabilidade da SPA/MAPA. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

3.2 – Intervenções Governamentais

3.2.1 – Formação de Estoques Públicos

3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos -PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções. Os recursos são providos pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque.** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de até 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural - CPR, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR-Doação.** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem—estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se:

- a) produtos *in natura* da safra vigente;
- b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto;
- c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e
- d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF,** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no PRONAF, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores

familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Merece destacar que por meio do PAA são adquiridos alimentos por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de:

a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação;

b) R\$ 4.500,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

3.2.1.1.1 - Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Integra esse Programa a **Ação 2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também é integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** que objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, e prorrogado até 29/02/2012, por meio do Termo Aditivo n.º 04, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania e Arco Verde; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 4 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS, a SUREG-MT atendeu a 2.762 produtores familiares, por meio de operações do CPR-Doação

a) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 6.514,4 toneladas de diversos produtos alimentícios de 2.762 produtores familiares e distribuídas a 750 instituições sociais, representando uma aplicação financeira de R\$11.367.008,27, conforme quadro a seguir. Deste valor, R\$17.683,00 foi lançado em Restos a Pagar. Em relação ao exercício anterior houve uma redução de 4,33% no número de produtores familiares atendidos e aumento de 8,93% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir. A redução no atendimento aos agricultores familiares justifica-se pela restrição orçamentária no ano de 2011.

Quadro 003 - Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2010	2.887	56	5.980	419.541	915	9.823.596,08
2011	2.762	45	6.514	418.507	750	11.367.008,27

Fonte: SUPAF/GECAF

Em que pese o número de agricultores atendidos em 2011 ser menor que o exercício anterior, o valor total aplicado foi maior, isso devido ao aumento da quantidade de produto ofertada por produtor, ou seja, houve um aumento no valor médio individual/produtor.

Em 2011, também foram realizadas pela Sureg-MT 45 supervisões nos projetos de CPR-Doação e participação em 15 eventos/reunião/palestras.

3.2.1.1.2- Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- **2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e
- **4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2011 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$40.526.844,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 6.905 toneladas de diversos produtos, de 5.435 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização.

Especificamente no âmbito da Sureg-MT foram atendidos 244 produtores familiares, por meio instrumento CPR-Estoque, onde foram adquiridas, para a formação de estoques, 810,9 toneladas de castanha do brasil, castanha de cumbaru, polpa de maracujá, polpa de cupuaçu e rapadura, nos municípios de Apiacás, Juruena, Poconé e Tapurah, representando uma aplicação de recurso no valor de R\$1.030.236,00. Comparativamente ao exercício anterior houve um aumento de 144,98% na quantidade e de 76,8% no número de produtores atendidos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 004- Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Ano	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2010	4	138	331	588.653,80
2011	4	244	810,9	1.030.236,00

Fonte: Supaf/Gecaf

3.2.1.2 – Aquisição de Produtos Vinculados a PGPM – AGF e Contrato de Opção de Venda

A operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários, são realizadas dentro da Ação (2130) Formação de Estoques Públicos.

No exercício de 2011, não ocorreram aquisições de produtos vinculados a PGPM na Conab/Sureg-MT.

Quadro 005 - Demonstrativo das Aquisições - PGPM

Aquisições - PGPM (por ano)							
Ano	Produto	AGF		Contrato de Opção		Em t	Em R\$
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Total (R\$)	
						Quantidade	Valor
2011	-	-	-	-	-	-	-
2010	Milho	45.469	8.897.309,00	-	-	45.469	8.897.309,00
	Total-Produto	45.469	8.897.309,00	-	0,00	45.469	8.897.309,00
	Sacaria	22.440	-	-	0,00	22.440	0,00
2009	Milho	549.080	120.797.570,52	1.954.314	489.316.004,78	2.503.394	610.113.575,30
	Total-Produto	549.080	120.797.570,52	1.954.314	489.316.004,78	2.503.394	610.113.575,30
	Sacaria	453.578	449.042,22	-	0,00	453.578	449.042,22
2008	Milho em grão	148.480	36.073.158,31	821.074	213.452.333,86	969.554	249.525.492,17
	Total-Produto	148.480	36.073.158,31	821.074	213.452.333,86	969.554	249.525.492,17
2007	Milho em grão	220.168	40.529.677,32	0	0,00	220.168	40.529.677,32
	Total-Produto	220.168	40.529.677,32	0	0,00	220.168	40.529.677,32

Fonte: Suope/Gefoc

Dos estoques existentes no início de 2011, o maior volume refere-se a produto milho em grãos adquirido na safra 2009/2010 e saldo de safras anteriores, que foram responsáveis pela principal despesa contabilizada nesta Ação durante o exercício, com o valor pago em armazenagem, de R\$70,9 milhões, representando 96,67% do total. Tal fato, é devido ao elevado volume de produto em estoque em armazéns de terceiros (credenciados pela Conab), tendo em conta que a capacidade estática dos armazéns da Companhia é de apenas 199 mil toneladas e os estoques estavam superior a 2,5 milhões de toneladas no início de 2011.

Quadro 006 - Demonstrativo de Despesas na Formação de Estoques Públicos

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-MT	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	118.000,00	8,76
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	318.099,16	46,74
Embalagens	5.342.883,52	0,00	0,00
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	70.994.713,01	21,13
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	1.053.861,95	8,52

ICMS	47.485.159,88	500.606,77	1,05
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	181.533,43	11,63
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	253.519,95	94,29
Taxas e pedágios	29.016,97	11.702,80	40,33
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	10.487,61	0,02
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	73.442.524,68	8,00

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

3.2.2 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção

A concessão de Prêmios, que tem por finalidade garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto, ocorre dentro da Ação (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários que tem como Unidade responsável pelas decisões estratégicas a Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e como Unidades Executoras a CONAB e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda – MF.

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

Apesar de não ocorrência de Leilões para operações de PEP, PROP e PEPRO para atendimento de produtos na área sob jurisdição da Sureg-MT, durante todo o ano de 2011 foram realizadas atividades de análise das comprovações das operações decorrentes dos leilões de 2010. Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, após análise da documentação pela Sureg e comunicação de liberação, foram realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

3.2.2.1 – Prêmio para o Escoamento do Produto-PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando-se assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

Em 2011 não ocorreu intervenção nesta modalidade envolvendo a Sureg-MT.

Dos leilões de PEP de milho realizados em 2010, grande parte tinha a data de 15/03/2011 como prazo limite para comprovação. As análises das comprovações ocorreram durante todo o exercício de 2011. Para execução dessa atividade, foi alocada a maioria dos técnicos disponíveis no Setor de Comercialização – SECOM, complementada com a participação de 6 técnicos vindos de outras Suregs e da Matriz.

Das 3.459 operações que foram efetivamente protocolados na Sureg-MT, mais de 3000 foram analisadas e liberadas para pagamento de prêmios no montante de R\$324,6 milhões em 2011.

Quadro 007 – Informações Gerais sobre operações de PEP

Quantidade de operações arrematadas a analisar (DCO) - previsão	3.561
Quantidade de operações analisadas	3.459
Valor total de prêmios a pagar (pendentes)	R\$7.326.707,78
Valor total de prêmios liberados para pagamento em 2011	R\$324.673.478,60
Volume de produto subvencionado (ton)	6.715.949
Quantidade de arrematantes	33
10 maiores arrematantes por volume de operações BUNGE ALIMENTOS S/A CARGILL AGRICOLA SA LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A. ADM DO BRASIL LTDA MULTIGRAIN S.A AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA NIDERA SEMENTES LTDA SIPAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA NOBLE BRASIL S/A COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE	
10 maiores arrematantes por valor de prêmios pagos BUNGE ALIMENTOS S/A CARGILL AGRICOLA SA LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A. ADM DO BRASIL LTDA MULTIGRAIN S.A AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA NIDERA SEMENTES LTDA SIPAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA NOBLE BRASIL S/A COOP AGROPECUARIA INDUSTRIAL CELEIRO NORTE COACEN	
Quantidade de notas fiscais digitadas no Banco de dados	61.927

Valores recuperados decorrentes da digitação NF -Banco de dados	R\$735.174,03
Prêmios glosados decorrentes da digitação NF -Banco de dados	Mais de R\$3,5 milhões

Fonte: GEOPE/SECOM

Para agilizar e dar maior segurança nas conferências dos documentos, foi desenvolvido um pequeno Banco de Dados, utilizando-se o software ACCESS, que possibilita a digitação de dados em multi-estações de trabalho. Aproximadamente 66.000 notas fiscais foram digitadas, das quais foram identificadas mais de 1.200 em duplicidade, ou seja, apresentadas em mais de uma operação. Aquelas que foram confirmadas como irregulares foram glosadas na operação ou até mesmo resultaram em cancelamento total da operação.

A documentação protocolada, referente às 3.459 operações já analisadas, está sendo reorganizada para devida autuação dos processos, conforme normativos internos e recomendações da AUDIN e CGU. Prevê-se ainda, que mais de 250 operações de diversos arrematantes venham a ser reanalisadas, de modo a atender aos recursos que estão sendo protocolados nesta Sureg-MT e na SUOPE, em Brasília-DF.

3.2.2.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Em 2011 não ocorreu intervenção nesta modalidade envolvendo a Sureg-MT, sendo que as atividades relativas ao instrumento PEPRO, para o produto milho em grãos, ficaram restritas a conclusão das análises das comprovações e providências posteriores, seja para liberação dos pagamentos ou para cancelamentos totais ou parciais, todas efetuadas pelas Superintendências coordenadoras na Matriz.

Durante o exercício de 2011, foram analisadas 232 operações e liberadas para pagamento o montante de R\$ 8.946.233,12 de prêmios, conforme detalhado

Quadro 008 – Informações Gerais sobre operações de PEPRO

Quantidade de operações a analisar (DCO) - pendentes	4
Quantidade de operações analisadas	232
Valor total de prêmios a pagar	R\$ 268.900,00
Valor total de prêmios pagos (em 2011)	R\$ 8.946.233,12
Valor total de prêmios pagos (em 2010/2011/2012)	R\$ 10.574.020,78
Volume de produto subvencionado (ton)	234.328
Quantidade de operações arrematadas	236
10 maiores arrematantes por volume de operações COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE COOP AGROPECUARIA INDUSTRIAL CELEIRO NORTE COACEN	

GETULIO GONCALVES VIANA
O TELHAR AGROPECUARIA LTDA
AGRÍCOLA E PECUÁRIA MORRO AZUL LTDA.
AGROPECUÁRIA ÁGUA AZUL LTDA
VOLMIR SCHMIDT
ORCIVAL GOUVEIA GUIMARAES
WARLEN TEIXEIRA DE ARAÚJO
AGOSTINHO VIGOLO

10 maiores arrematantes por valor de prêmios pagos

COOP AGROPECUARIA INDUSTRIAL CELEIRO NORTE COACEN
GETULIO GONCALVES VIANA
VOLMIR SCHMIDT
COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
AGRÍCOLA E PECUÁRIA MORRO AZUL LTDA.
WARLEN TEIXEIRA DE ARAÚJO
O TELHAR AGROPECUARIA LTDA
AGOSTINHO VIGOLO
ORCIVAL GOUVEIA GUIMARAES
CONACENTRO - COOP. DOS PRODUTORES DO CENTRO OESTE

3.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Indicadores em desenvolvimento pela Matriz

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.
Tipo: Efetividade
Área Responsável: Sugof/Gerab
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtrai-los do volume de Vendas do mês correspondente [(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x= Preço de mercado em cada mês, x= Média de preço dos 12 meses do ano, y = Volume utilizado (compra e venda) no mês, y = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r=coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: -1 ≤ r ≤ 1 indica a intensidade da relação entre as variáveis. r=-1, r=1: perfeita / forte; 0,10 ≤ r ≤ 0,3: fraca; 0,40 ≤ r ≤ 0,6: moderada; 0,70 ≤ r ≤ 1: forte. Valores de "r" estão apresentados em módulo.
$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2 \sum (y_i - \bar{y})^2}}$
* - COHEN, Jacob. (1988), <i>Statistical power analysis for the behavioral sciences</i> . Hillsdale, NJ, Erlbaum. - DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), <i>Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows</i> . Porto Alegre, Artmed.
Fonte dos dados: Sugof/Suinf
Evolução dos resultados do Indicador:

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pepro=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPMBio)				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ea/Ep)*100$ onde Ea=Número de Extrativistas alcançados; Ep= N° de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta, com sua atividade e consequentemente evitando				
Fonte dos dados: Sugof/Gebio				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1 - Atuação da Conab/Sureg-MT

Alguns dos instrumentos, são utilizados também para complementação do abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados, casos dos instrumentos PEP, PEPRO e PROP. Quando há disponibilidade de estoques próprio e/ou interesse em atuar na estabilidade de preços, o Governo pode lançar mão de operações venda de produto, que podem ocorrer com ou sem subvenção. Antes de definir a intervenção, baseado na conjuntura de mercado e na logística para distribuição dos estoques, em muitas situações é necessário se reposicionar o produto a ser comercializado, motivo pelo qual ocorrem operações de remoção para outras regiões consumidoras.

As operações de venda podem ocorrer nas seguintes modalidades:

- **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** valor pago a um segmento consumidor/indústria definido, que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral do seu valor (valor do produto mais a subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Este tipo de operação é utilizado quando o Governo Federal tem estoques em locais distantes dos centros de consumo e necessita deslocá-los até as regiões consumidoras.

- **Vendas em Leilão Público:** Ocorre quando o Governo dispõe de estoques públicos e quando há a necessidade intervenção oficial no mercado para regular preços e para abastecer segmentos consumidores por meio de escoamento subvencionado (VEP). As operações (com ou sem subvenção) obedecerão ao Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos nº 004/04, publicado no Diário Oficial da União na sua edição de 30/12/2004 e aos Avisos específicos. A intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais.
- **Vendas em Balcão:** programa que objetiva garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em pregões públicos.

Trata-se de um programa destinado aos pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte, voltado à comercialização de produtos agrícolas, e que permite o acesso dos beneficiários, por meio de venda direta, aos estoques governamentais, tendo em vista que essa clientela dificilmente teria condições de participar de leilões públicos. Embora de abrangência nacional, o maior volume de negócios tem ocorrido no Nordeste e no Sul do país.

Por fim, vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

4.2 Ações desenvolvidas

4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM

a) Vendas em Leilões Públicos

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2011 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, consequentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do café e do milho.

Nas vendas dos Estoques Governamentais - Vínculo AGF, AF e COV, por meio de 93 Leilões Público, ao longo do exercício de 2011, em âmbito da Sureg-MT, foram ofertadas 2.248.277 toneladas de milho em grãos, sendo negociado 1.126.897 toneladas alcançando o valor total das operações de R\$328.949.991,00, conforme detalhado por leilão no quadro seguinte.

Quadro 009 - Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos

LEILÕES/PROCESSOS DE VENDAS EM 2011							
AVISO	Número de Processo	PRODUTO	ORIGEM	DATA	Quantidade (kg)		Valor Operação (R\$)
					Ofertada	Negociada	
001/2011	21212.000002/2011-44	MILHO	PGPM	05/01/11	6.907.400	6.587.000	1.646.750,00
002/2011	21212.000005/2011-99	MILHO	OPÇÃO	05/01/11	35.048.904	21.357.924	5.599.740,46
009/2011	21212.000005/2011-88	MILHO	PGPM	12/01/11	27.671.583	22.585.295	6.584.070,67
010/2011	21212.000006/2011-22	MILHO	OPÇÃO	12/01/11	13.690.980	13.690.000	3.683.796,00
013/2011	21212.000035/2011-94	MILHO	PGPM	19/01/11	5.086.288	5.086.288	1.403.225,89
015/2011	21212.000036/2011-39	MILHO	OPÇÃO	19/01/11	980	980	294,00
016/2011	21212.000037/2011-83	MILHO	PGPM	19/01/11	16.597.969	15.741.795	5.432.843,15
017/2011	21212.000038/2011-28	MILHO	OPÇÃO	19/01/11	87.077.319	73.869.820	24.916.920,10
022/2011	21212.000009/2011-29	MILHO	PGPM	26/01/11	67.647.472	66.291.472	19.374.725,44
023/2011	21212.000092/2011-73	MILHO	OPÇÃO	26/01/11	97.123.099	93.224.353	28.691.527,62
025/2011	21212.000121/2011-05	MILHO	PGPM	02/02/11	17.553.722	17.553.722	5.348.130,65
026/2011	21212.000122/2011-41	MILHO	OPÇÃO	02/02/11	135.521.770	131.933.770	37.706.363,88
027/2011	21212.000123/2011-96	MILHO	PGPM	02/02/11	1.356.000	1.354.000	365.684,70
028/2011	21212.000124/2011-31	MILHO	PGPM	02/02/11	3.898.746	3.862.246	1.141.621,58
031/2011	21212.000155/2011-91	MILHO	PGPM	09/02/11	2.000	0	0,00
032/2011	21212.000156/2011-36	MILHO	OPÇÃO	09/02/11	3.624.500	3.615.500	964.253,85
033/2011	21212.000157/2011-81	MILHO	PGPM	09/02/11	35.137.006	21.901.004	6.001.855,78
034/2011	21212.000158/2011-25	MILHO	OPÇÃO	09/02/11	164.824.416	101.697.100	27.765.652,72
038/2011	21212.000180/2011-75	MILHO	PGPM	16/02/11	41.476.395	20.895.806	6.101.587,62
039/2011	21212.000181/2011-10	MILHO	OPÇÃO	16/02/11	155.502.701	100.705.041	27.049.863,42
046/2011	21212.000208/2011-74	MILHO	PGPM	23/02/11	33.818.591	10.474.500	3.254.270,55
047/2011	21212.000209/2011-19	MILHO	OPÇÃO	23/02/11	63.136.316	13.814.000	4.261.524,50
048/2011	21212.000210/2011-43	MILHO	OPÇÃO	23/02/11	54.797.660	21.790.500	6.181.371,30
058/2011	21212.000241/2011-02	MILHO	PGPM	02/03/11	23.344.091	6.774.000	2.117.353,80

059/2011	21212.000242/2011-49	MILHO	OPÇÃO	02/03/11	82.329.476	23.673.035	6.752.454,62
071/2011	21212.000247/2011-71	MILHO	PGPM	16/03/11	16.570.091	3.096.000	877.406,40
072/2011	21212.000248/2011-16	MILHO	OPÇÃO	16/03/11	58.656.441	27.139.520	8.083.562,76
073/2011	21212.000249/2011-61	MILHO	PGPM	16/03/11	3.000.000	3.000.000	885.000,00
074/2011	21212.000250/2011-95	MILHO	OPÇÃO	16/03/11	19.523.826	14.168.500	4.158.976,25
077/2011	21212.000294/2011-15	MILHO	PGPM	23/03/11	13.454.091	3.770.820	1.068.650,39
078/2011	21212.000261/2011-75	MILHO	OPÇÃO	23/03/11	31.508.747	29.709.661	8.508.742,33
090/2011	21212.000274/2011-44	MILHO	PGPM	30/03/11	9.683.271	2.850.269	807.968,76
091/2011	21212.000275/2011-99	MILHO	OPÇÃO	30/03/11	1.799.086	615.650	181.616,75
092/2011	21212.000276/2011-33	MILHO	PGPM	30/03/11	13.000.000	13.000.000	3.684.200,00
093/2011	21212.000277/2011-88	MILHO	OPÇÃO	30/03/11	17.000.000	15.639.500	4.789.746,90
101/2011	21212.000295/2011-60	MILHO	PGPM	06/04/11	6.833.002	582.000	164.938,80
102/2011	21212.000296/2011-12	MILHO	OPÇÃO	06/04/11	2.543.936	1.457.500	413.055,50
103/2011	21212.000297/2011-59	MILHO	PGPM	06/04/11	11.582.978	10.350.670	3.098.054,33
104/2011	21212.000298/2011-01	MILHO	OPÇÃO	06/04/11	20.007.692	20.007.692	6.210.676,97
105/2011	21212.000299/2011-48	MILHO	MDA	06/04/11	2.497.080	2.049.500	721.424,00
110/2011	21212.000338/2011-15	MILHO	PGPM	13/04/11	7.483.310	4.072.308	1.154.281,78
111/2011	21212.000339/2011-51	MILHO	OPÇÃO	13/04/11	1.085.826	1.062.826	301.204,89
112/2011	21212.000340/2011-86	MILHO	MDA	13/04/11	447.580	447.580	155.623,57
113/2011	21212.000341/2011-21	MILHO	PGPM	13/04/11	4.071.086	4.071.086	1.170.697,11
114/2011	21212.000342/2011-75	MILHO	OPÇÃO	13/04/11	25.812.917	23.255.438	7.022.026,72
135/2011	21212.000398/2011-20	MILHO	PGPM	05/05/11	3.411.002	483.002	136.882,77
136/2011	21212.000399/2011-74	MILHO	OPÇÃO	05/05/11	2.580.479	2.580.479	776.306,33
137/2011	21212.000400/2011-61	MILHO	MDA	05/05/11	70.000	70.000	19.838,00
138/2011	21212.000401/2011-13	MILHO	PGPM	05/05/11	2.483.780	2.483.780	748.827,10
139/2011	21212.000402/2011-50	MILHO	OPÇÃO	05/05/11	88.570.632	77.327.664	22.611.257,16
149/2011	21212.000409/2011-71	MILHO	PGPM	12/05/11	3.368.000	470.000	136.872,00
150/2011	21212.000410/2011-04	MILHO	OPÇÃO	12/05/11	12.142.968	5.331.126	1.619.020,99
158/2011	21212.000417/2011-18	MILHO	PGPM	19/05/11	2.898.000	30.000	8.502,00
159/2011	21212.000418/2011-62	MILHO	OPÇÃO	19/05/11	6.811.842	1.607.500	455.565,50
160/2011	21212.000419/2011-15	MILHO	PGPM	19/05/11	89.219	89.219	26.944,14
161/2011	21212.000420/2011-31	MILHO	OPÇÃO	19/05/11	7.883.421	7.195.941	2.167.600,68
174/2011	21212.000423/2011-75	MILHO	PGPM	26/05/11	2.868.000	224.000	63.481,60
175/2011	21212.000424/2011-10	MILHO	OPÇÃO	26/05/11	5.891.822	1.699.370	488.400,10
185/2011	21212.000445/2011-35	MILHO	PGPM	02/06/11	2.644.000	600.000	170.040,00
186/2011	21212.000446/2011-80	MILHO	OPÇÃO	02/06/11	4.192.452	500.000	141.700,00
188/2011	21212.000447/2011-24	MILHO	PGPM	02/06/11	85.900	27.000	7.651,80
189/2011	21212.000448/2011-79	MILHO	OPÇÃO	02/06/11	47.528	47.438	13.443,93
209/2011	21212.000511/2011-77	MILHO	PGPM	15/06/11	2.102.900	1.800.000	510.120,00
210/2011	21212.000512/2011-11	MILHO	OPÇÃO	15/06/11	3.692.452	0	0,00
232/2011	21212.000513/2011-66	MILHO	OPÇÃO	30/06/11	5.511.467	5.511.467	1.561.949,75

279/2011	21212.000531/2011-48	MILHO	OPÇÃO	21/07/11	22.056.000	0	0,00
280/2011	21212.000530/2011-01	MILHO	PGPM	21/07/11	24.423.339	0	0,00
294/2011	21212.000538/2011-60	MILHO	OPÇÃO	28/07/11	22.056.000	0	0,00
295/2011	21212.000539/2011-12	MILHO	PGPM	28/07/11	24.423.339	0	0,00
310/2011	21212.000544/2011-17	MILHO	OPÇÃO	04/08/11	22.056.000	1.200.000	320.040,00
311/2011	21212.000545/2011-61	MILHO	PGPM	04/08/11	24.423.339	0	0,00
316/2011	21212.000552/2011-63	MILHO	PGPM	11/08/11	24.423.339	1.540.000	410.718,00
317/2011	21212.000553/2011-16	MILHO	OPÇÃO	11/08/11	20.856.000	300.000	80.010,00
325/2011	21212.000573/2011-89	MILHO	PGPM	18/08/11	22.883.339	1.376.000	366.979,20
326/2011	21212.000574/2011-23	MILHO	OPÇÃO	18/08/11	20.556.000	0	0,00
334/2011	21212.000606/2011-91	MILHO	PGPM	25/08/11	21.507.339	1.960.000	522.732,00
335/2011	21212.000607/2011-35	MILHO	OPÇÃO	25/08/11	22.556.000	960.000	256.032,00
349/2011	21212.000670/2011-71	MILHO	PGPM	01/09/11	19.547.339	10.662.377	2.807.817,60
350/2011	21212.000671/2011-16	MILHO	OPÇÃO	01/09/11	19.596.000	600.000	160.020,00
368/2011	21212.000718/2011-41	MILHO	PGPM	15/09/11	9.019.339	0	0,00
369/2011	21212.000719/2011-96	MILHO	OPÇÃO	15/09/11	18.996.000	0	0,00
378/2011	21212.000778/2011-64	MILHO	PGPM	22/09/11	21.849.383	4.347.896	1.436.873,46
379/2011	21212.000779/2011-17	MILHO	OPÇÃO	22/09/11	24.800.279	180.000	57.006,00
388/2011	21212.000852/2011-42	MILHO	PGPM	29/09/11	18.097.711	245.000	77.591,50
389/2011	21212.000853/2011-97	MILHO	OPÇÃO	29/09/11	44.956.249	3.910.000	1.328.516,60
405/2011	21212.000913/2011-71	MILHO	PGPM	06/10/11	17.852.711	3.939.000	1.155.354,30
406/2011	21212.000914/2011-16	MILHO	OPÇÃO	06/10/11	41.046.249	2.780.000	836.042,00
473/2011	21212.001075/2011-53	MILHO	PGPM	22/11/11	13.337.038	1.290.797	365.949,83
474/2011	21212.001076/2011-06	MILHO	OPÇÃO	22/11/11	36.969.279	2.483.000	707.687,20
493/2011	21212.001102/2011-98	MILHO	PGPM	29/11/11	12.046.241	45.000	15.376,50
494/2011	21212.001103/2011-32	MILHO	OPÇÃO	29/11/11	34.486.279	112.500	31.882,50
510/2011	21212.001116/2011-10	MILHO	PGPM	06/12/11	12.001.241	135.000	40.926,00
511/2011	21212.001117/2011-56	MILHO	OPÇÃO	06/12/11	34.373.779	1.927.000	504.295,90
Totais					2.248.277.359	1.126.897.227	328.949.991

Fonte: Conab/Geope/Secom

Parte das vendas realizadas nos últimos leilões, devido a paralisação de operações contábeis no período de 15 de dezembro até o final do exercício e atrasos na confirmação dos pagamentos (crédito na conta do Tesouro), não foram baixadas dos estoques dentro do exercício. Também, deve ser considerado que muitas operações foram canceladas, tendo como principal motivo a falta de pagamento.

b) Vendas em Leilão Público, com Subvenção

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto-VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de

seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

No primeiro trimestre de 2011 e no mês de abril, mais especificamente até o dia 14/04, a Conab realizou 16 leilões de VEP com oferta para venda de 540,5 mil toneladas de milho em grãos armazenados no Estado do Mato Grosso, dos quais foram negociadas 62.934 toneladas. Com o pequeno interesse demonstrado nos lotes ofertados, considerando que foi alcançado o objetivo de estabilizar a oferta de produto, foram encerradas as vendas dos estoques públicos, tendo em conta ainda, que o mercado já dispunha de produto novo da safra 2010/2011.

Quadro 010 - Demonstrativo das Vendas de Valor de Escoamento de Produto -VEP

UF de Origem	Valor da Operação (R\$)		Valor do Prêmio (R\$)	UF de Destino	Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R\$)	
	Sem ICMS e com Prêmio	Com ICMS e sem Prêmio			Vendida	Comprovada	Previsto	Pago
MT	17.829.421,58	16.589.261,51	2.631.082,51	AL	1.375	1.375	34.940,55	34.940,55
				BA	3.981	3.870	217.611,10	207.832,00
				CE	24.375	24.373	1.151.370,05	1.151.370,05
				MA	76	76	5.593,60	5.593,60
				PB	7.999	6.999	350.891,00	321.791,00
				PE	21.747	20.546	743.024,01	712.064,01
				PI	414	414	21.230,40	21.230,40
				RN	1.773	1.462	74.918,85	69.418,15
				SE	1.194	1.194	31.326,75	31.326,75
Subtotal	17.829.421,58	16.589.261,51	2.631.082,51	-	62.934	60.309	2.630.906,31	2.555.566,51
Total Geral	81.330.592,53	64.804.162,54	19.347.704,73	-	221.112	208.729	19.347.528,53	18.818.279,87

Fonte: Conab/Dirab/Suoape

As vendas realizadas no Mato Grosso representaram 28,4% do total geral negociado pela Companhia, com previsão de alcançar um montante superior R\$16,5 milhões, com ICMS e sem o Prêmio. Para pagamento do prêmio a previsão era de R\$2,63 milhões, após a comprovação no destino.

Para atendimento dos Normativos Internos, foram autuados processos para cada Aviso realizado, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 011 - Demonstrativo dos Avisos e Processos Administrativos de VEP

Operações de VEP Milho 2011 – Sureg/MT				
Aviso	Número de Processo	Data do leilão	Qtde. Ofertada	Vendida
35	21212000159/2011-70	10/02/11	87.726.555	29.445.000
36	21212000160/2011-02	10/02/11	13.062.612	6.165.000
42	21212000184/2011-53	17/02/11	6.897.612	3.272.500
43	21212000185/2011-06	17/02/11	73.281.555	1.087.500
52	21212000211/2011-98	24/02/11	70.009.055	5.962.000
53	21212000212/2011-32	24/02/11	5.810.112	0
61	21212000243/2011-93	03/03/11	64.047.055	1.725.000
62	21212000244/2011-38	03/03/11	5.703.722	0
66	21212000245/2011-82	17/03/11	62.322.055	0
67	21212000246/2011-27	17/03/11	5.810.112	0
84	21212000262/2011-10	24/03/11	47.510.555	1.924.000

Operações de VEP Milho 2011 – Sureg/MT				
85	21212000263/2011-64	24/03/11	5.703.722	0
95	21212000278/2011-22	31/03/11	45.586.555	7.109.630
96	21212000279/2011-77	31/03/11	5.703.722	2.272.142
107	21212000310/2011-70	07/04/11	37.968.925	3.259.500
108	21212000311/2011-14	07/04/11	3.431.580	0
Totais			540.575.504	62.222.272

Fonte: Geope/Secom

As quantidades apresentadas neste quadro, referem-se as quantidades publicadas no respectivos Avisos e Comunicados específicos. Muitas operações são posteriormente canceladas por falta de pagamento dentro do prazo, o que resulta em diferenças entre os valores previstos e efetivamente completados.

4.2.2 Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS complementado pelo Termo Aditivo nº 01, de 27/05/2011, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$62.100.000,00, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Na área de atuação da Sureg-MT tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas e as do Movimento dos Atingidos por Barragens, sendo realizados também, de forma eventual, atendimentos especiais. A quantidade de cestas distribuídas tiveram uma redução de 4,4% em relação ao exercício anterior.

No período de 2007 a 2011, foram realizados atendimentos conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 012 – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários						Total
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pesc. Artesanais
2007	N.º Famílias	19.529	701	-	-	965	2.398	-
	Quant. Cestas	135.415	4.106	-	-	6.755	9.390	-
	Quant. Produtos(t)	2.956	88	-	-	145	200	-
2008	N.º Famílias	20.129	654	-	-	965	4.198	-
	Quant. Cestas	54.312	1.962	-	-	965	6.594	-
	Quant. Produtos(t)	1.206	43	-	-	21	148	-
2009	N.º Famílias	9.767	868	100	-	965	2.111	-
	Quant. Cestas	56.443	3.472	400	-	3.860	10.966	-
	Quant. Produtos(t)	1.253	76	9	-	84	245	-
2010	N.º Famílias	9.767	1.077	100	-	965	2.111	-
	Quant. Cestas	68.370	6.912	700	-	4.895	10.644	-
	Quant. Produtos(t)	1.781	174	18	-	130	291	-
2011	N.º Famílias	9.767	1.077	100	-	500	1.161	-
	Quant. Cestas	66.369	7.539	700	-	3.500	9.330	-
	Quant. Produtos(t)	1.554	177	16	-	83	216	-

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens
Fonte: Supab/Gepab

Em 2011, foram realizadas doações especiais à Fundação Nacional do Índio em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, totalizando 2.000 cestas.

Da quantidade de gêneros alimentícios adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-MT recebeu 524,2 toneladas acrescidas de outras 1516,9 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (MDS e MDA), conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 013 - Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA (MDS)	PAA (MDA)	Total
Açúcar	174,8	-	-	174,8
Arroz beneficiado	-	874,5	-	874,5
Feijão	-	337,9	-	337,9
Farinha de mandioca	-	174,9	-	174,9
Fubá de milho	87,3	-	-	87,3
Leite em pó	-	38,0	91,6	129,6
Óleo de soja	174,8	-	-	174,8
Macarrão	87,3	-	-	87,3
Total	524,2	1.425,3	91,6	2.041,1

Fonte: Supab/Gepab

b) Distribuição de Alimentos -Ministério da Integração Nacional - MI

O Programa 1029 – Resposta aos Desastres, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por

desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as de menor renda.

Não houve ocorrência para distribuição nesse programa.

Na UA-Rondonópolis restou um estoque de 3.767 unidades de capa-fardo de polietileno, que deverá ser reencaminhado para utilização em outra Superintendência.

c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Conab, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, 737 kg de feijão para Casa de Repouso Caetana Sterni, de Guiratinga-MT.

d) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Por meio de operação desenvolvida pela Sureg-MT, autorizada pela SUPAB, foram doadas 198,2 toneladas de feijão para atendimento às sete etapas de distribuição aos grupos populacionais específicos e, também, para diversas instituições filantrópicas localizadas no Estado.

4.3 – Principais indicadores de desempenho

Indicadores em desenvolvimento pela Matriz

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial				
Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof/Geole				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Qnt/Qp \times 100$ onde, Qnt= Quantidade de produtos em Nota Técnica e Qp=Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.				
Fonte dos dados: Sugof/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes				
Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $VPCx = (PVx/PCRx) - 1 \times 100$ onde, VPCx=Variação do preço da cesta X para o consumidor, PVx=Preço da cesta X nos varejistas filiados e PCRx=Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas como objetivo				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

Além das ações concretas materializadas por meio de remoções dos estoques públicos para comercialização em áreas carentes, das vendas realizadas por meio de leilões, com ou sem subvenção, das vendas em balcão e da concessão de subsídios para o escoamento da produção, a Conab desenvolve ações objetivando a melhoria e organização do abastecimento.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte dos mercados passaram a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

Além deste, e na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, foi criada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, ainda em fase de estruturação. A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2011, para o Estado do Amazonas.

A Sureg-MT não desenvolveu nenhuma atividade efetiva relacionada ao Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Conab, por meio da suas Unidades Armazenadoras (UA), oferece serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

A Sureg-MT não está habilitada para prestação de serviços de classificação, conforme relação disponível no MOC - TÍTULO 09 – CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS - Documento 2 – Entidades Prestadoras de Serviços de Classificação, sendo que para tal serviço são contratadas as empresas classificadoras de produtos agropecuários credenciadas.

6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros apresentou redução em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2010, devido a remoção dos produtos armazenados e paralisação das atividades de prestação de serviços de armazenagem devido aos problemas nas estruturas/equipamentos das Unidades de Diamantino, Sinop e Sorriso. Os processos para correção dos problemas estruturais estão em andamento e visam principalmente a aquisição de novos secadores para as UA-Sorriso e Sinop, além da substituição das coberturas (telhas) dos principais armazéns das três unidades.

Para evitar a perda de produtos depositados, devido aos problemas citados nas Unidades de Diamantino, Sinop e Sorriso, também foram retirados os estoques públicos por meio de operações de venda em leilões públicos.

Quadro 014 - Demonstrativo Estoque Médio com Produtos de Terceiros

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)											
	2008			2009			2010			2011		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Alta Floresta	157	1.224	1.381	0	1.501	1.501	0	1.401	1.401	0	1.172	1.172
Diamantino	4.040	1.788	5.828	13.507	4.644	18.151	24.368	740	25.108	2.549	1.215	3.765
Rondonópolis	5.577	3.775	9.352	14.785	5.563	20.348	63.273	312	63.585	54.876	522	55.398
Sinop	3.901	5.034	8.935	23.146	3.583	26.729	24.806	1.095	25.901	2.486	116	2.602
Sorriso	9.899	4.724	14.623	32.002	5.268	37.270	26.794	458	27.252	7.547	246	7.793
Total	23.574	16.545	40.119	83.440	20.559	103.999	139.241	4.006	143.247	67.458	3.271	70.729

Fonte: Suarm/Gearm

A Sureg-MT obteve Receita de armazenagem com Produtos de Terceiros de R\$1.081.268,84, detalhado por UA conforme quadro seguinte.

Quadro 015 - Demonstrativo de Receita Armazenagem com Produtos de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sede-Sureg/MT	-	(266.104,10)	-	(159.387,36)	-	-	-
Alta Floresta	200.596,46	40.218,84	122.464,75	153.025,90	156.574,38	245.203,06	218.147,51
Diamantino	8.630,58	82.704,24	306.340,15	222.048,06	183.698,95	79.177,97	255.342,88
Rondonópolis	434.949,45	155.964,67	543.629,40	345.944,77	303.935,35	27.847,51	158.837,30
Sinop	443.506,76	43.021,30	126.659,12	455.195,72	249.576,23	12.881,67	213.015,84
Sorriso	698.689,47	399.535,77	535.669,43	767.374,30	646.440,81	80.457,77	253.974,68
Total-Sureg	1.786.372,72	455.340,72	1.634.762,85	1.784.201,39	1.540.225,72	445.567,98	1.099.318,21

Fonte: Suarm/Gearm

6.2 – Principais Indicadores de Desempenho

Indicador em desenvolvimento pela Matriz

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Valor em R\$ milhões. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Trimestral e anual.				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

A prestação de serviço da Companhia é voltada para formação e fiscalização dos estoques públicos, bem como, administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), não só nos armazéns próprios, mas principalmente daqueles mantidos nos armazéns privados que são contratados, tendo em conta que a capacidade da Companhia é mínima diante das necessidades de armazenagem demandada pelo Governo Federal.

A Sureg-MT atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no estado de Mato Grosso. De forma direta, mantém 5 unidades armazenadoras destinadas a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa e/ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Sureg-MT participa na manutenção do **Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras**, realizando operações de cadastramento e recadastramento, em âmbito regional.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as condições técnicas para abrigar os estoques governamentais, os quais poderão ser credenciados, a depender do interesse dos seus proprietários.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na **Movimentação dos Estoques Públicos (remoção)**, que tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção (safras novas), além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes.

Como ação extremamente relevante para a gestão dos estoques, durante todo o ano é realizada Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares sob sua guarda, procedendo sistematicamente, a avaliação das condições técnico-operacionais das Unidades Armazenadoras; o acompanhamento e a avaliação da integridade quantiquantitativa dos estoques, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques governamentais, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento. Nessa Ação, inclui-se também as fiscalizações especiais do agronegócio, objetivando o acompanhamento da correta aplicação dos instrumentos PEP, PROP, PEPRO.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais,

contam com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento.

7.1 – Rede Armazenadora

7.1.1 – Rede Armazenadora Própria

Na Rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Sureg-MT estão em operação cinco unidades armazenadoras, compostas por 23 armazéns, com capacidade estática total 204.189 toneladas, em ambientes natural, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Quadro 016 - Demonstrativo de Armazéns por UA

Município do Armazém	CDA	Endereço do Armazém	Tipo	CAP.(t)
Alta Floresta	56.0287.0215-3	Rod. MT-208, Km 145 s/nº	Convencional	6.196
Cuiabá	56.0287.0078-9	AV. "A" Quadra 03, nº 4360 Dist. Industrial	Convencional	2.398
Cuiabá	56.0287.0210-2		Convencional	2.398
Diamantino	56.0287.0095-9	Rod. MT-121, Km 02 – Setor Aeroporto	Graneleiro	13.800
Diamantino	56.0287.0121-1		Graneleiro	13.800
Rondonópolis	56.0287.0045-2	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial	Bateria de Silos	10.000
Rondonópolis	56.0287.0067-3		Convencional	2.399
Rondonópolis	56.0287.0068-1		Convencional	2.399
Rondonópolis	56.0287.0069-0		Convencional	2.399
Rondonópolis	56.0287.0080-0		Graneleiro	13.800
Rondonópolis	56.0287.0082-7		Graneleiro	13.800
Rondonópolis	56.0287.0083-5		Graneleiro	13.800
Rondonópolis	56.0287.0094-0		Graneleiro	13.800
Rondonópolis	56.0287.0096-7		Graneleiro	13.800
Rondonópolis	56.0287.0204-8		Convencional	3.602
Rondonópolis	56.0287.0214-5		Convencional	2.298
Sinop	56.0287.0097-5	Rod. Das Mangueiras, n.º 832 B. Jd. Celeste	Graneleiro	13.800
Sinop	56.0287.0098-3		Graneleiro	13.800
Sorriso	56.0287.0024-0	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial	Graneleiro	4.900
Sorriso	56.0287.0062-2		Graneleiro	4.900
Sorriso	56.0287.0099-1		Graneleiro	13.800
Sorriso	56.0287.0100-9		Graneleiro	13.800
Sorriso	56.0287.0203-0		Graneleiro	8.500
			TOTAL	

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gerap

7.1.1.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios

As variações de estoque durante o exercício ocorreram principalmente devido às operações de remoção, vendas e VEP.

Quadro 017 - Demonstrativo Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (kg)	Valor (R\$)	Quantidade (unid)	Valor
MT	53.528.813	19.878.190,27	5.844	12.711,57

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

Além dos produtos que compõem a cesta básica que são armazenados na UA-Rondonópolis, apenas 51.835 toneladas de produto milho em grãos vinculado a PGPM se encontravam armazenadas nas unidades próprias, conforme quadro seguinte.

Quadro 018 - Distribuição do Estoque de Milho por UA – Própria

ARMAZÉM DÉPOSITO	VÍNCULO		Estoque (t)	Participação
	AGF	OPÇÃO		
CONAB-RONDONOPOLIS	12.293.109	37.867.500	50.160.609	96,77%
CONAB-SORRISO	783.060	892.000	1.675.060	3,23%
Total Resultado	13.076.169	38.759.500	51.835.669	100,00%

Durante o exercício foram constatados divergências no saldo de estoque do sistema de controle de estoque – xFAC, as quais foram comunicadas à área responsável por meio de registros de mensagens do sistema x-FAC, ratificados por Comunicações Interna, sendo a última a CI Sureg-MT nº 4390, de 29/09/2011. Ao final do exercício, permaneciam pendentes as correções que envolviam as UA-Sorriso (escrituração fiscal a maior de 833.434kg) e a UA-Rondonópolis (escrituração a menor de 75.000kg)

Apesar de contar com quase 200 mil toneladas de capacidade estática, apenas as unidades de Rondonópolis e Alta Floresta estão aptas a manterem estoques com qualidade, conforme os motivos e justificativas apresentados no item seguinte.

7.1.1.2 – Serviços de Manutenção

A manutenção e modernização da rede armazenadora própria; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras, são atividades desenvolvidas dentro do previsto na Ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.

Para o exercício de 2011, a dotação orçamentária prevista para a Sureg-MT de R\$1.449.869,90 foi utilizada integralmente, sendo R\$233.000,00 em Despesas Correntes e R\$1.216.869,90 em Despesas de Capital .

Durante o exercício, foram autorizadas pequenas manutenções envolvendo atendimento para as cinco Unidades, apesar da existência de uma relação de processos e necessidades superior a R\$ 35 milhões.

A Sureg-MT representou cerca de 3,72% do total R\$39 milhões executados pela Companhia. Os serviços, aquisições e manutenções executados por UA estão detalhados no quadro seguinte.

Quadro 019 - Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	Corrente	Capital	
MT	Rondonópolis	Manutenção de 3 motores elétricos e 1 transformador	2.510,00	0,00	0,00	0,00	2.510,00
		Aquisição de materiais elétricos para manutenção da rede elétrica	950,00	0,00	0,00	0,00	950,00
		Aquisição de material elétrico para manutenção do sistema de distribuição de energia	1.080,00	0,00	0,00	0,00	1.080,00
		Aquisição de correias para reforma dos tatus carregadores	405,72	0,00	0,00	0,00	405,72
		Aquisição de 2 motores para reforma dos tatus carregadores	6.190,00	0,00	0,00	0,00	6.190,00
		Manutenção da rede elétrica	650,00	0,00	0,00	0,00	650,00
		Aquisição de 1 aparelho de ar condicionado	0,00	0,00	0,00	2.285,00	2.285,00
		Reforma de 2 tatus carregadores	0,00	0,00	29.164,00	0,00	29.164,00
		Aquisição de 1 roçadeira hidráulica	0,00	0,00	0,00	4.744,43	4.744,43
		Aquisição de 1 trator agrícola	0,00	0,00	0,00	71.000,00	71.000,00
	Sede-Sureg	Aquisição de peças para conserto/manutenção dos engenhos de prova das unidades de Alta Floresta, Sorriso e Sinop	1.846,00	0,00	0,00	0,00	1.846,00
	Diamantino	Conserto;manutenção de 3 conjuntos de bomba d'água	1.034,40	0,00	0,00	0,00	1.034,40
	Sorriso	Revisão/manutenção dos elevadores 1, 2 e 7 da central de processamento	22.203,00	0,00	0,00	0,00	22.203,00
		Conserto da balança rodoviária	4.180,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
		Manutenção do gerenciador eletrônico de demanda e fator de potência	0,00	0,00	4.964,52	0,00	4.964,52
	Alta Floresta	Manutenção de equipamentos, do exaustor de aeração, do comando dos elevadores e da máquina de pré-limpeza	2.650,00	0,00	0,00	0,00	2.650,00
Total			43.699,12	0,00	34.128,52	78.029,43	155.857,07

Fonte: Siafi

Além dos serviços/obras e aquisições citadas, foram programadas e autorizadas despesas para a UA-Rondonópolis no VOTO PRESI 003/20011 E DIRAB 015/2011, que resultaram nos processos 21212.000819/2011, 21212.000820/2011 e 21212.001015/2011 em andamento, detalhados no quadro seguinte.

Quadro 020 – Manutenção e Adequação das UAs - Processos autorizados

DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	VALOR TOTAL		SITUAÇÃO DA OBRA	OBSERVAÇÕES
		PREVISTO	CONTRATADO		
PROJETO PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DO ESCRITÓRIO CONTEMPLANDO AMPLIAÇÃO DOS BANHEIROS EXISTENTES PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUINDO O PÚBLICO EXTERNO.	12-1015/11	30.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	ELABORADO COLETA DE PROPOSTAS, TODAS ABAIXO DO VALOR EXIGIDO PARA CARTA CONVITE E ENVIADO O PROCESSO À SUARM/GERAP PARA ANÁLISE E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO DOS TRABALHOS.
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA, AERAÇÃO, SECAGEM, TRANSPORTE VERTICAL E HORIZONTAL DE CEREJAS DA CENTRAL DE PROCESSAMENTO 02 DA UNIDADE.	12-819/11	150.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	ELABORADO O PROJETO BÁSICO E O EDITAL ENVIADO O PROCESSO À SUARM/GERAP PARA ANÁLISE E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO DOS TRABALHOS.
INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE EXAUSTÃO ATRAVÉS DE EXAUSTORES EÓLICOS NOS ARMAZÉNS DA UNIDADE.	12-820/11	95.000,00	NÃO CONTRATADO	NÃO REALIZADO	ELABORADO COLETA DE PROPOSTAS, TODAS ABAIXO DO VALOR EXIGIDO PARA CARTA CONVITE E ENVIADO O PROCESSO À SUARM/GERAP PARA ANÁLISE E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO DOS TRABALHOS.

Das demandas levantadas junto às cinco unidade próprias para torná-las operacionais e prepará-las para a certificação, conforme relatórios periódicos de vistoria realizados pelos RTAs das respectivas unidades e pelo RTE lotado na Sede da Sureg-MT, foram apresentados projetos/processos conforme detalhados nos quadros individualizados por Unidade.

Quadro 021 – Manutenção e Adequação da UA-Alta Floresta - Projetos

RELAÇÃO DE OBRAS NECESSÁRIAS PARA RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE PRÓPRIA DE ARMAZÉNS DA SUREG/MT							
DEMANDANTE: UA-ALTA FLORESTA					Orçamento Total Previsto para a UA	R\$ 840.000,00	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE	VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
1.1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO (PROJETO E EXECUÇÃO DA OBRA).	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	200.000,00	
1.2	ELABORAÇÃO DO PROJETO E PARA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTROMECÂNICAS DA UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		70.000,00
1.3	REFORMA DA SALA DE COLETA E PRÉ-CLASSIFICAÇÃO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	DISPENSA DE LICITAÇÃO		20.000,00
1.4	PROJETAR E CONSTRUIR UM ABRIGO COM COLETA SELETIVA PARA LAVAGEM DE EPIS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	DISPENSA DE LICITAÇÃO	25.000,00	
1.5	REVISÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE CEREJAS DA UNIDADE.	P.12-1017/2011	2011/2	FACE URGÊNCIA DOS SERVIÇOS, ELABORAMOS O EDITAL E O ENVIAMOS À SUARM/GERAP P/ DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	TOMADA DE PREÇOS	160.000,00	
1.6	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X25,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAIS EXISTENTE NA UA DE DIAMANTINO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	200.000,00	
1.7	PROJETO E EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO DO CAPTADOR DE PÓ E RETENÇÃO DE PARTÍCULAS PARA A UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	165.000,00	
SUB TOTAL						750.000,00	90.000,00

Quadro 022 – Manutenção e Adequação da UA-Diamantino - Projetos

DEMANDANTE: UA-DIAMANTINO					Orçamento Total Previsto para a UA	R\$ 3.931.000,00	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE	VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
2.1	CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA CONFORME PROJETO ELABORADO ATRAVÉS DO PROC. Nº12.300/2008.	-	2010	PROJETO EXECUTIVO PRONTO AGUARDANDO LIBERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA LANÇAMENTO DO EDITAL. SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO EM 2010/2011 PORÉM NÃO FOMOS ATENDIDOS AINDA.	TOMADA DE PREÇOS	1.400.000,00	
2.2	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE DE INCÊNDIO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	250.000,00	
2.3	SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM $\epsilon=0,5\text{MM}$ DAS COBERTURAS DOS DOIS GRANELEIROS CODRASA, INCLUINDO EXAUSTORES EÓLICOS NA COBERTURA.	P.12-124/2012	2008	TEMOS SOLICITADO ORÇAMENTO PARA A OBRA DESDE 2008. MESMO SEM ORÇAMENTO ESPECÍFICO, EM 2012 ELABORAMOS O EDITAL E O ENVIAMOS À SUARM/GERAP P/ DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	TOMADA DE PREÇOS	611.000,00	
2.4	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X30,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS, EPTS, ETC., UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAIS EXISTENTE NA UA DE DIAMANTINO.	-	2007	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2007 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	240.000,00	
2.5	REFORMA DO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE INCLUINDO CONSTRUÇÃO DE RAMPAS E SANITÁRIO PARA "PNE", SUBSTITUIÇÕES DE COBERTURA, FORRO ILUMINAÇÃO E PISO, ESQUADRIAS E PORTAS, ASSIM COMO REVISÃO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E PINTURA DA EDIFICAÇÃO.	-	2007	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2007 À 2011	CONVITE		100.000,00
2.6	REVISÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS DE SECAGEM E PROCESSAMENTO INCLUINDO LIXAMENTO E PINTURA DOS EQUIPAMENTOS, REFORMA DA COBERTURA DE MÁQUINAS BEM COMO INSTALAÇÃO DO CAPTADOR DE PÓ NO SECADOR KW 25	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	270.000,00	
2.7	REDIMENSIONAMENTO/ SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZÉNS CODRASA,	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS		180.000,00
2.8	REVISAR CERCAS E PORTÕES	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		20.000,00
2.9	AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO JUNTO À MOEGA, CONF. P. 12.348/06	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		30.000,00
2.10	PROJETO E EXECUÇÃO DA AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	150.000,00	
2.11	PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	500.000,00	
2.12	PROJETO E EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ PARA TODA A UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	180.000,00	

Quadro 023 – Manutenção e Adequação da UA-Rondonópolis - Projetos

DEMANDANTE: UA-RONDONÓPOLIS					Orçamento Total Previsto para a UA	R\$ 12.293.000,00	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE	VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
3.1	SUBSTITUIÇÃO DAS CABLAGENS DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DAS CENTRAIS DE PROCESSAMENTO, SUBSTITUIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS QUADROS DE COMANDO E SISTEMAS ELÉTRICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA PARA OS EQUIPAMENTOS, CONFORME PROC. 12.299/2008	-	2010	PROJETO EXECUTIVO PRONTO AGUARDANDO LIBERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA LANÇAMENTO DO EDITAL. SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO EM 2010/2011 PORÉM NÃO FOMOS ATENDIDOS AINDA.	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	5.700.000,00	
3.2	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR ÁGUA PRESSURIZADA, ASSIM COMO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA-SPDA.	P.12-818/2011	2009	LICITADA A OBRA EM 2009 E SUSPENSA A CONTRATAÇÃO FACE AO REDIRECIONAMENTO DOS RECURSOS POR ORDEM DA DIRETORIA À ÉPOCA. FACE TEMPO DECORRIDO FOI ATUALIZADO O PROJETO BÁSICO E REFEITO O SPDA BEM COMO SUBMETIDO AO CORPO DE BOMBEIROS/MT PARA APROVAÇÃO EM 20	TOMADA DE PREÇOS	650.000,00	
3.3	REFORMA DOS OITO SILOS GRANELEIROS COM SUBSTITUIÇÃO TOTAL DAS COBERTURAS E 60% DAS CHAPAS DAS LATERAIS	P.12-285/2008	2007	PROJETO BÁSICO ELABORADO EM 2009 E ENVIADO A MATRIZ. O REFERIDO P.B. RETORNOU PARA REVISÃO PORÉM SEM ORÇAMENTO. SOLICITADO ORÇAMENTO EM PROGRAMAÇÃO DESDE 2010 VISANDO LICITAÇÃO DAS OBRAS E ATÉ O MOMENTO O ORÇAMENTO NÃO FOI LIBERADO.	TOMADA DE PREÇOS	900.000,00	
3.4	REVISÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO, MOVIMENTAÇÃO (VERTICAL E HORIZONTAL), AERAÇÃO DA CENTRAL DE PROCESSAMENTO Nº 02	P.12-818/2011	2010	ELABORADO O EDITAL E ENVIADO À SUARM/GERAP P/ DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	TOMADA DE PREÇOS	275.000,00	
3.5	PROJETO REFORMA/ADEQUAÇÃO/ MODERNIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA UA DE RONDONÓPOLIS INCLUINDO A SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA E FORRO, CONSTRUÇÃO DE RAMPAS E SANITÁRIO PARA "PNE", ASSIM COMO REVISÃO/AMPLIAÇÃO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E PINTURA DA EDIF	P.12-1015/2011	2010	ENVIADO O PROCESSO COM PROPOSTAS A SUARM/GERAP VISANDO DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	DISPENSA DE LICITAÇÃO		28.000,00
3.6	SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM esp=0,50MM DAS COBERTURAS DO GRANELEIRO CODRASA Nº 25, INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DE EXAUSTORES EÓLICOS.	-	2010	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO EM 2010.	TOMADA DE PREÇOS	380.000,00	
3.7	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO/VENTILAÇÃO FORÇADA DOS POÇOS DOS ELEVADORES	P.12-1015/2011	2011	EM ANDAMENTO EQUACIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO	CONVITE		50.000,00
3.8	SERVIÇO DE ASFALTAMENTO (COMPLEMENTAR) DO PÁTIO DA UNIDADE.	P.12-198/2012	2011	EM ANDAMENTO A ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (REVISÃO DOS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA DE CUSTO) VISANDO O EDITAL. SOLICITADO ORÇAMENTO PARA 2012	TOMADA DE PREÇOS	1.400.000,00	
3.7	CONSTRUÇÃO DE DUAS GUARITAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		30.000,00
3.8	REVISÃO DAS CERCAS E PORTÕES E SINALIZAÇÃO DO PÁTIO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		55.000,00
3.10	IMPERMEABILIZAÇÃO E REVISÃO DO PISO, PORTÕES E COBERTURAS E DAS TELAS LATERAIS DOS TRÊS ARMAZÉNS "FLAT STORAGE"	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	650.000,00	
3.11	INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE COLETA DE AMOSTRAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		70.000,00
3.12	REDIMENSIONAMENTO/SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZÉNS CODRASA, BEM COMO REVISÃO DOS RESPECTIVOS PISOS.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	550.000,00	
3.13	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL PARA CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X50,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAIS EXISTENTE NA UA DE DIAMANTINO.	P.12-1014/2011	2011	EM ANDAMENTO A COLETA DE PROPOSTAS	DISPENSA DE LICITAÇÃO		30.000,00
3.14	ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ PARA TODA A UNIDADE.	P.12-821/2011	2011	EM ANDAMENTO A COLETA DE PROPOSTAS NÃO FOI CONSEGUÍDO NENHUMA PROPOSTA ATÉ ENTÃO EM QUE PESE INÚMERAS EMPRESAS CONVIDADAS.	DISPENSA DE LICITAÇÃO		25.000,00
3.15	PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	1.500.000,00	
3.16	PROJETO E EXECUÇÃO DA AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO DOS GRANELEIROS.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	500.000,00	
SUB TOTAL						12.005.000,00	288.000,00

Quadro 024 – Manutenção e Adequação da UA-Sorriso - Projetos

DEMANDANTE: UA-SORRISO					Orçamento Total Previsto para a UA	R\$ 12.500.000,00	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE	VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
4.1	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR ÁGUA PRESSURIZADA, ASSIM COMO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA-SPDA.	P.12-396/2008	2008	LICITADA A OBRA EM 2009 E SUSPENSÃO A CONTRATAÇÃO EM 2010 FACE A SUSPENSÃO DOS RECURSOS POR ORDEM DA DIRETORIA À ÉPOCA. FACE TEMPO DECORRIDO TERÁ QUE SER ATUALIZADO O PROJETO BÁSICO E REFEITO O SPDA BEM COMO DEVERÁ SER SUBMETIDO AO CORPO DE BOMBEIROS/MT	TOMADA DE PREÇOS	400.000,00	
4.2	SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM e=0,42MM DAS COBERTURAS DOS DOIS GRANELEIRO CODRASA E DAS TELHAS ROLL FOR DOS DOIS ARMAZENS FLAT STORAGE , INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DE EXAUSTORES EÓLICOS	P.12-170/2012	2012	TEMOS SOLICITADO ORÇAMENTO PARA A OBRA DESDE 2008. MESMO SEM ORÇAMENTO ESPECÍFICO, EM 2012 ELABORAMOS O EDITAL E O ENVIAMOS À SUARM/GERAP P/ DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	TOMADA DE PREÇOS	950.000,00	
4.3	ADEQUAÇÃO/AUMENTO DA CAPACIDADE DE SECAGEM DO SECADOR KW 25 PARA 60T/H	P.12-821/2011	2008	ELABORADO O PROJETO EXECUTIVO, ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. SOLICITADO ORÇAMENTO NAS PROGRAMAÇÕES 2008 À 2011 VISANDO ASSINATURA DO EDITAL E LICITAÇÃO DA OBRA PORÉM ATÉ O MOMENTO NÃO FOMOS ATENDIDOS.	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	3.800.000,00	
4.4	CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA ELÉTRICA.	P.12-396/2008	2008	PROJETO EXECUTIVO PRONTO AGUARDANDO LIBERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA LANÇAMENTO DO EDITAL. SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO EM 2010/2011 PORÉM NÃO FOMOS ATENDIDOS AINDA.	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	3.300.000,00	
4.5	REVISÃO DAS CERCAS E PORTÕES, INCLUINDO A COLOCAÇÃO DE TELA NA CERCA FRONTAL.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		50.000,00
4.6	REVISÃO DA ENCASALHAMENTO DAS VIAS DE TRÂNSITO DO PÁTIO DA UNIDADE	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	DISPENSA DE LICITAÇÃO		30.000,00
4.7	REFORMA/ADEQUAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA, PISO, FORRO, BEM COMO CONTEMPLANDO A CONSTRUÇÃO DO SANITÁRIO PARA PNE E O ARQUIVO DO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS		200.000,00
4.8	REFORMA DO VESTIÁRIO/SANITÁRIO DOS BRACAGISTAS COM SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA, PISO, REVESTIMENTO INTERNO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIA.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		50.000,00
4.9	CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO FITOSSANITÁRIO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	DISPENSA DE LICITAÇÃO		25.000,00
4.10	REVISÃO GERAL DOS PISOS DOS ARMAZENS CODRASA E DAS DUAS MOEGAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	DISPENSA DE LICITAÇÃO		25.000,00
4.11	REFORMA/ADEQUAÇÃO NO ARMAZÉM AUTOPORTANTE	P.12-812/2007	2008	LICITAÇÃO LANÇADA EM 2009 PORÉM FRACASSOU EM FACE DA ÚNICA CONCORRENTE NÃO ATENDER AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA HABILITAÇÃO. EM 2010 FORA LICITADA NOVAMENTE PORÉM FOI CONSIDERADA "DESERTA". FACE NÃO TER HAVIDO ORÇAMENTO EM 2011, A OBRA NÃO MAIS FORA LICIT	TOMADA DE PREÇOS	120.000,00	
4.12	CONSTRUÇÃO DA CALÇADA DA FRENTE DA UNIDADE(300,00X3,00M,e=7,0CM)	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		40.000,00
4.13	EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DAS VIAS DE ACESSO E MOVIMENTAÇÃO INTERNA DA UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	1.600.000,00	
4.14	SUBSTITUIÇÃO DA ATUAL BALANÇA RODOVIÁRIA POR UMA DE 100.000KG(30,00X3,00M), TOTALMENTE AUTOMATIZADA.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE	130.000,00	
4.15	CONSTRUÇÃO DE UM VESTIÁRIO SANITÁRIO PARA PESSOAL DA CONAB.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE	60.000,00	
4.16	CONSTRUIR DOIS ABRIGOS DE LENHA PARA OS KW40, MEDINDO 15X30,00M	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	200.000,00	
4.17	PROJETO E EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	400.000,00	
4.18	SISTEMA AUTOMÁTICO DE COLETA DE AMOSTRAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE	80.000,00	
4.19	PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMAS DE TERMOMETRIAS COMPUTADORIZADOS PARA OS DOIS ARMAZENS FLAT STORAGE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	150.000,00	
4.20	PROJETO E EXECUÇÃO DA AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	300.000,00	
4.21	PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	500.000,00	
4.22	ADEQUAR O GALPÃO DE PROCESSAMENTO "MULTI" ATUALMENTE INOPERANTE PARA UTILIZAÇÃO COMO ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		90.000,00
SUB TOTAL						11.990.000,00	510.000,00

Quadro 025 – Manutenção e Adequação da UA-SINOP - Projetos

DEMANDANTE: UA-SINOP					Orçamento Total Previsto para a UA	R\$ 6.185.000,00	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE	VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
5.1	SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM $e=0,50$ MM DAS COBERTURAS DOS DOIS GRANELEIRO CODRASA, INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DE EXAUSTORES EÓLICOS.	P.12-111/2012	2008	TEMOS SOLICITADO ORÇAMENTO PARA A OBRA DESDE 2008. MESMO SEM ORÇAMENTO ESPECÍFICO, EM 2012 ELABORAMOS O EDITAL E O ENVIAMOS À SUARM/GERAP P/ DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	TOMADA DE PREÇOS	700.000,00	
5.2	ADEQUAÇÃO/AUMENTO DA CAPACIDADE DE SECAGEM E REVISÃO DOS EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS PARA AS MPs E MPLs.	P.12-364/2008	2008	ELABORADO O PROJETO EXECUTIVO, ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. SOLICITADO ORÇAMENTO NAS PROGRAMAÇÕES 2008 À 2011 VISANDO ASSINATURA DO EDITAL E LICITAÇÃO DA OBRA PORÉM ATÉ O MOMENTO NÃO FOMOS ATENDIDOS.	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	1.800.000,00	
5.3	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR ÁGUA PRESSURIZADA, ASSIM COMO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA-SPDA.	P.12-286/2008		LICITADA A OBRA EM 2009 E SUSPENSA A CONTRATAÇÃO FACE AO REDIRECIONAMENTO DOS RECURSOS POR ORDEM DA DIRETORIA À ÉPOCA. FACE TEMPO DECORRIDO SERÁ ATUALIZADO O PROJETO BÁSICO E REFEITO O SPDA BEM COMO DEVERÁ SER SUBMETIDO AO CORPO DE BOMBEIROS/MT PARA AP	TOMADA DE PREÇOS	280.000,00	
5.4	PROJETO E CONTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	1.500.000,00	
5.5	ADEQUAÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS SANITÁRIAS PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO E PNE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		30.000,00
5.6	REFORMA DO ESCRITÓRIO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		30.000,00
5.7	CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO FITOSSANITÁRIO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		25.000,00
5.8	CONSTRUÇÃO DE NOVOS PORTÕES RODOVIÁRIA DEVIDO À MUDANÇA DA ENTRADA DA UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		30.000,00
5.9	CONSTRUÇÃO DE UM LABORATÓRIO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE	70.000,00	
5.10	RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		50.000,00
5.11	PROJETO E EXECUÇÃO DO REDIMENSIONAMENTO/ SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZÉNS CODRASA.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	180.000,00	
5.12	PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	200.000,00	
5.13	CONSTRUÇÃO DO VESTIÁRIO/SANITÁRIO PARA OS EMPREGADOS DA CONAB	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		60.000,00
5.14	SISTEMA AUTOMÁTICO DE COLETA DE AMOSTRAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		50.000,00
5.15	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X30,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAIS EXISTENTE NA UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	250.000,00	
5.16	REVISÃO GERAL DOS PISOS DOS ARMAZÉNS CODRASA E DA MOEGAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	CONVITE		30.000,00
5.17	AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	150.000,00	
5.18	PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	450.000,00	
5.19	CONSTRUÇÃO (PROJETAR E EXECUTAR) DE 03 SEPTOS EM CONCRETO ARMADO NO INTERIOR DO ARMAZÉM 12	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2011	TOMADA DE PREÇOS	300.000,00	
SUB TOTAL						5.880.000,00	305.000,00
TOTAL GERAL						35.749.000,00	1.523.000,00

Grande parte das obras são necessárias para adequar as unidades às exigências mínimas previstas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, de 8 DE JUNHO DE 2011, que consolida todas as normas e procedimentos a serem adotados na implantação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. Porém, algumas das obras são imprescindíveis para tornar operacionais as UA-Sorriso, UA-Sinop e UA-Diamantino, tais como as obras de substituição das coberturas dos armazéns e substituição/adequação dos equipamentos de secagem de grãos.

O total geral de R\$35,7 milhões previsto nas manutenções/adequações dá uma imagem clara da situação em que se encontram as UA próprias, fato decorrente principalmente da falta de

manutenção preventiva, como se pode comprovar pelos pequenos orçamentos liberados nos últimos cinco anos e pelas demandas que são apresentadas ano após ano sem que ocorra a devida aprovação.

Na atual situação, entendemos que antes de liberar valores tão elevados para manutenção, seria importante reavaliar a importância e os objetivos das atuais unidades armazenadoras, bem como, se for o caso, definir um novo planejamento estratégico de reposicionamento das unidades e avaliação de custo/benefício entre a construção de novas estruturas com capacidade estática mais adequada e com tecnologias modernas e a simples manutenção das atuais, que permanecerão ultrapassadas e com altos custos operacionais.

7.1.2 – Rede Armazenadora Contratada

Para atendimento das necessidades de armazenagem dos estoques públicos, considerando a pequena capacidade estática dos armazéns próprios e o grande volume de estoques existentes na área sob jurisdição da Sureg-MT, obrigatoriamente e sistematicamente ocorre a utilização dos serviços de armazenagem da rede privada.

Todos os armazéns credenciados pela Companhia devem atender aos requisitos definidos TÍTULO 08 – ARMAZENAMENTO - Documento 4 – Cadastramento, Credenciamento, Impedimento, Desimpedimento e Descredenciamento de Unidades Armazenadoras - COMUNICADO CONAB/MOC Nº 029, DE 28/12/2007, que tem como objetivo inicial identificar e cadastrar as unidades existentes no país, registrando suas características técnico-operacionais e suas capacidades estáticas, na conformidade estabelecida pelo Decreto n.º 3.855/2001.

Durante as operações de fiscalização, todos os armazéns que detém estoque de produto do Governo Federal são avaliados e aqueles que não atendem aos requisitos são impedidos e até descredenciados, ficando todas estas avaliações registradas nos relatórios de fiscalização e nos cadastros dos respectivos armazéns.

Os armazéns que prestam serviços de armazenagem para a Companhia, devem obrigatoriamente constar no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Ação (4702) , estarem devidamente credenciados e com Contrato de Depósito vigente. A relação dos armazéns credenciados e habilitados para operar com a Conab estão disponíveis para consulta no endereço <http://sisdep.conab.gov.br/consultaarmazemweb/>.

7.1.2.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros

O estoque vinculado a PGPM – AGF ou Contrato de Opção, armazenado na área sob jurisdição da Sureg-MT na rede armazenadora contratada e habilitada para tal, compunha-se unicamente de produto milho em grãos das safras 2008 a 2011. O estoque de arroz, produto desclassificado, que consta contabilmente no sistema de controle de estoque, está sub-judice, conforme os processos judiciais em andamento.

Quadro 026 - Demonstrativo Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros

UF	Armazém	Estoque	Produto	Peso (kg)	Valor (R\$)
MT	Terceiros	Público	Arroz	544.777	380.104,61
MT	Terceiros	Público	Milho	1.185.517.025	508.398.263,00
Total				1.186.061.802	508.778.367,61

Fonte: Suope/Gefoc

Durante o exercício foram constatados divergências no saldo de estoque do sistema de controle de estoque – xFAC, as quais foram comunicadas à área responsável para providências, por meio de registros de mensagens do sistema x-FAC, ratificados por Comunicações Interna, sendo a última a CI Sureg-MT nº 4390, de 29/09/2011. Ao final do exercício, permaneciam pendentes as correções que envolviam o CDA 56.3407.0005-5 – Carolina Armazéns Gerais com um saldo contábil a maior de 1.868.429kg e o CDA 56.0000.0710-8 que apresenta divergência de 75.000kg no saldo do produto arroz, baixado indevidamente pelo sistema no saldo do produto milho da UA-Rondonópolis.

Durante o exercício de 2011, já deduzidas as quantidades de produto vendidos e em processo de remoção, mas que não foram emitidas nota fiscais até 31/12/2011, o saldo de estoque nos 86 armazenadores que armazenavam no início do exercício mais de 2,6 milhões de toneladas de produto milho em grãos, ficou reduzido a apenas 1,14 milhão de toneladas distribuídos por 37 armazenadores, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 027 - Distribuição do Estoque de Milho por UA – Terceiros

ARMAZÉM DÉPOSITO	VÍNCULO		Estoque (t)	Participação
	AGF	OPÇÃO		
BINOTTI ARMAZENS GERAIS LTDA	271.863		271.863	0,02%
LOCKS ARMAZENS GERAIS LTDA		317.102	317.102	0,03%
AGROPECUARIA MARBER LTDA		548.000	548.000	0,05%
CONACENTRO		877.240	877.240	0,08%
BOCA DA MATA ARMS GERAIS LTDA	1.218.000		1.218.000	0,11%
AGROPECUARIA TREMONHA LTDA		1.533.610	1.533.610	0,13%
C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL		2.000.000	2.000.000	0,17%
MUTUM IND E COM DE CEREAIS LTDA	2.705.000		2.705.000	0,24%
ARMAZENS GERAIS VEDANA LTDA	420.000	2.473.000	2.893.000	0,25%
GRAOS ARMAZENS GERAIS LTDA	2.099.711	1.115.111	3.214.822	0,28%
NOSSA SENHORA DO CARMO AG LTDA	5.160.000	427.500	5.587.500	0,49%
SEMENTES TANGARA LTDA		6.291.000	6.291.000	0,55%
DEMARTINI ZUANAZZI E CIA LTDA	6.000.000	600.000	6.600.000	0,58%
COOPERATIVA AGRIC. LUCAS R. VERDE LT	6.757.544		6.757.544	0,59%
AGROP REUNIDAS DO PAPAGAIO LTDA	3.000.000	5.102.000	8.102.000	0,71%
CEREALISTA CANGUÇU LTDA	5.809.761	3.250.000	9.059.761	0,79%
MARTELLI AGROPECUARIALTD		10.043.000	10.043.000	0,88%

ARMAZÉM DÉPOSITO	VÍNCULO		Estoque (t)	Participação
	AGF	OPÇÃO		
UIRAPURU ARMAZENS GERAIS LTDA	3.034.793	7.520.000	10.554.793	0,92%
BERRANTE DE OURO ARMAZENS G LTDA	6.536.447	4.463.553	11.000.000	0,96%
FERMAP ARMAZENS GERAIS LTDA		13.078.000	13.078.000	1,14%
SILVIO BURTET CERUTTI E CIA LTDA	6.447.677	7.973.520	14.421.197	1,26%
SPIERiNG E BENEZ LTDA	1.004.617	15.321.970	16.326.587	1,43%
GIACOMELLI ARMAZENS GERAIS LTDA	14.377	16.556.000	16.570.377	1,45%
LUCAS ARMAZENS GERAIS LTDA	18.691.945		18.691.945	1,63%
CELEIRO ARMAZENS GERAIS LTDA		19.943.324	19.943.324	1,74%
TROPICAL ARMAZENS GERAIS LTDA	10.800.000	10.795.000	21.595.000	1,89%
INDUSTRIAL DE CEREAIS SINOP LTDA	7.865.290	13.906.086	21.771.376	1,90%
PRANTE CHIARELLO & CIA LTDA	180.000	24.648.000	24.828.000	2,17%
IPIRANGA ARMAZENS GERAIS LTDA	7.379.360	18.281.452	25.660.812	2,24%
ARMAZENS GERAIS VALE VERDE LTDA	12.602.546	15.922.214	28.524.760	2,49%
W. PASTRO & CIA LTDA	13.821.676	14.715.000	28.536.676	2,50%
DAROIT ARMS GERAIS LTDA	5.456.916	29.711.878	35.168.794	3,08%
BOM FUTURO ARMAZENS GERAIS LTDA		39.173.020	39.173.020	3,43%
PICCINI ARMS GERAIS LTDA	4.400.000	34.921.000	39.321.000	3,44%
SANTA CRUZ ARMAZENS GERAIS LTDA	52.351.560	112.228.981	164.580.541	14,39%
CAROLINA ARMS GERAIS LTDA	19.455.700	169.718.950	189.174.650	16,54%
SIPAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	67.141.366	269.605.410	336.746.776	29,44%
Total Resultado	270.626.149	873.060.921	1.143.687.070	100,00%

Fonte: Sistema xFAC

As restrições identificadas nos armazéns durante as operações de fiscalização são registradas na base de dados do SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras e periodicamente é encaminhado relatório emitido pelo Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos – xFACWeb, para tomada de providências, listando os Estoques Públicos em Armazéns com Restrição Cadastral e/ou com Impedimento Técnico/Financeiro/Jurídico. O referido relatório visa subsidiar a gestão dos estoques públicos, à luz do que reza a Resolução Conab nº 030, de 18 de dezembro de 2002, que estabeleceu critérios de priorização para o escoamento de estoques públicos.

No decorrer do exercício, medidas de impedimento dos armazéns e a prioridade adotada para retirada dos estoques para aqueles armazenadores que não se adequaram, reduziram de 134 armazéns – CDA com 2.170.737 toneladas de produto estocado no início de 2011 para um total de 775 mil toneladas em 60 armazéns, o que significa uma redução 55,2%. Ressaltamos que a tomada de decisão para a retirada do produto, mesmo nos casos mais graves e urgentes, é tomada pela Matriz, cabendo à Sureg-MT apenas os registros e recomendações para as providências cabíveis.

7.1.3 – Oferta Regional de Armazenagem

A Conab, realiza o Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem, por meio da Ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.

Persiste as dificuldades para adesão à renovação do novo contrato de depósito com a inclusão da Cláusula 27ª – Da Garantia, principal fator na queda acentuada de armazéns credenciados, tanto na quantidade quanto na capacidade estática.

Visando atenuar a resistência na renovação do Contrato, por meio do COMUNICADO CONAB/MOC N.º 016, DE 15/07/2011, foi incluído 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE DEPÓSITO (GUARDA E CONSERVAÇÃO) DE PRODUTOS E/OU EMBALAGENS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU DA CONAB E/OU VINCULADOS A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS – VERSÃO IV DO PROCESSO CONAB N.º 0236/1992, onde foram acrescentadas na Cláusula 27ª – Da Garantia as *SUBCLÁUSULAS QUINTA e SEXTA, que possibilitam ao armazenador optar por oferecer caução* em dinheiro com pagamento da garantia por meio da conversão de 50% dos créditos da remuneração devida à DEPOSITÁRIA pelos serviços prestados (Cláusula Quarta) e pela proporção de 50% do valor da sobretaxa que lhe é pago quinzenalmente (Cláusula Décima Sexta), até o limite de 5% do valor do produto(s) depositado(s).

Quadro 028 - Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada

Situação	2009		2010		2011						Variação	
	Total		Total		Convencional		Granel		Total		N.º UA. (c/a)	Capac.(t) (d/b)
	N. UA	Capac.(t)	N. UA	Capac.(t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (c)	Capac. (t) (d)		
Credenciados	96	1.741.401	73	1.164.035	8	24.089	64	1.044.972	72	1.069.061	-1,37	-8,16
Descredenciados	24	234.129	31	458.911	12	64.557	20	417.288	32	481.845	3,23	5,00
Aptos s/ Contrato	37	590.294	64	1.167.719	16	74.236	35	661.794	51	736.030	-20,31	-36,97
Impedidos	1.213	9.500.339	1.298	11.124.912	292	1.370.054	983	9.094.795	1.275	10.464.849	-1,77	-5,93
Impedidos no SICAF	637	12.422.894	649	12.850.910	134	807.489	566	13.763.553	700	14.571.042	7,86	13,39
Cadastrados	2.007	24.489.057	2.115	26.766.487	462	2.340.425	1.668	24.982.402	2.130	27.322.827	0,71	2,08

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gecad

As vistorias para alterações de dados cadastrais e novos cadastros tiveram volume reduzido, tendo em conta que não foram realizadas operações de subvenção ou de AGF em 2011, fatos que normalmente influenciam no interesse dos armazenadores atualizarem os cadastros para aumento de capacidade estática ou cadastrarem novas unidades.

Mesmo assim, as poucas vistorias realizadas demandaram menor despesa pois, sempre que possível, foram feitas por técnicos que participaram em operações de fiscalização ou de remoção, aproveitando o mesmo itinerário de viagem ou proximidade do armazém em que se realizava a remoção.

7.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 – Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

As atividades de fiscalização são realizadas dentro da Ação 2137.

Na Sureg-MT foram realizadas fiscalizações em 575 unidades, superando a meta física em 2,68% e representando cerca de 9,5% de todas as fiscalizações executadas pela Companhia.

7.2.1 – Quadro de Fiscais da Regional

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc.

Para realização das fiscalizações são formados equipes com dois fiscais, normalmente utiliza-se um da Sureg. A Sureg-MT possui 12 empregados habilitados para operações de fiscalização, porém, 4 deles ocupam atualmente cargos de gerentes e encarregados, restando, portanto, apenas 8 empregados disponíveis para as operações de fiscalização, vistoria e acompanhamento de remoções.

Quadro 029 – Relação de Fiscais da Regional

Empregado	Lotação
Adair Martins da Silva	UA-Sorriso
Adiberto Pedro da Costa	UA-Sorriso
Diniz Almeida de Belém	UA-Diamantino
Luiz Carlos Morais	UA-Rondonópolis
Humberto Clovis Kothe	UA-Rondonópolis
Marcos Bebeto Balbuena	Sede Sureg-MT

Empregado	Lotação
Ramilton Thomaz da Silva	Sede Sureg-MT
Ricardo Alexandre Lourenconi Cardoso	UA-Sorriso
Rubens Benedito da Silva	UA-Diamantino
Selmo Jacindo de Oliveira	Sede Sureg-MT
Valdete Ferreira da Silva	UA-Alta Floresta
Valmor Antônio Barbieri	UA-Sorriso

7.2.2 - Fiscalização dos Estoques Públicos

A fiscalização periódica, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias, foram fundamentais para a manutenção qualiquantitativa dos estoques depositados em armazéns de terceiros.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-MT nos meses de fevereiro, abril/maio, julho, setembro e novembro/dezembro.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas na região sob jurisdição da Sureg-MT foram fiscalizadas cumulativamente 6.9 milhões de toneladas de produtos conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 030 - Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	3.255.453	3.252.852	1.755.225	1.749.980
Contrato de Opção	11.062.134	11.038.407	5.240.912	5.202.634
Agricultura Familiar	9.201	9.201	2.567	2.567
Fome Zero	5.906	5.906	3.672	3.672
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	12.369	12.369	9.344	9.344
Total	14.345.063	14.318.735	7.011.720	6.968.197

Fonte: Conab/Dirab/Sufis/Gefis

7.2.2.1 – Perdas

Para as ocorrências classificadas como Perda em Armazenagem (diferenças até 8%), foram emitidas 29 TVNs envolvendo 15 armazenadores para um montante de 14.868.195kg de produto. Dos vários processos de cobrança autuados, apenas 6 não foram ainda concluídos, sendo que os demais, equivalente a 10.256.281kg já foram devidamente recuperados, representando 71,3% de êxito nas cobranças.

Nos armazéns do Estado de Mato Grosso foram registradas as ocorrências de perdas quantitativas e qualitativas em armazenagem de 14.868 toneladas de milho em grãos.

7.2.2.2 – Desvios

No exercício de 2011, foram emitidos Termos de Vistoria e Notificação – TVN com identificação de Desvio de produto para quatro armazenadores, totalizando 31.733.687kg de produto milho em grãos. Deste total, 4.128.355kg já foram devidamente contabilizados como recuperados e 4.844.533kg foram pagos em espécie e ainda não haviam sido contabilizados, aguardando o encerramento do processo. Os demais 21.896.412kg estão em processos de cobrança coordenados pela Sufin/Gecob e pela área jurídica.

Quadro 031 - Perdas Quantitativas e Qualitativas – 2011

Produto	Ocorrência (Em t)				Total
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
Milho	0	0	31.734	14.868	46.602
Total	0	0	31.734	14.868	46.602

Fonte: Gefis

7.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Na apuração das condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais e avaliação da situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias, conforme as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do MOC ou em orientações específicas estabelecidas pela Companhia, foram constatados diferenças entre os estoques contabilizados e estoques físicos, sendo parte considerada como desvio (diferenças acima de 8%) e parte como perda de armazenagem. E ambos os casos, as quantidades de produto deverão ser igualmente ressarcidas em espécie ou em produto, conforme prevê o Contrato de Depósito.

Se considerado o volume inicial de estoque, com montante superior a 2.64 milhões de toneladas, e que no decorrer do exercício houve a saída por venda/VEP e remoção de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas, observa-se que as perdas e desvios identificadas ficaram num patamar inferior a 2% do volume armazenado, com envolvimento crítico de 4 armazenadores dos 86 que detinham produto estocado.

Em 2011, foram constatadas ocorrências de 241 irregularidades nos armazéns vistoriados.

Quadro 032 – Demonstrativo das Irregularidades em Armazéns Vistoriados

IRREGULARIDADES	ETAPAS									TOTAL
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	
INSETOS VIVOS		33		21		16		9		79
GOTEIRAS SOBRE PRODUTO		14		7		5		3		29
ANIMAIS NO PÁTIO E ARMAZÉM		9		2						11
SOJA SOBRE PRODUTO		1								1
ESCADA DE ACESSO INADEQUADA		3		2		1		3		9
INFILTRAÇÃO		3		4		4		3		14
CONSERVAÇÃO DE PRODUTO		2		1		1				4
HIGIENIZAÇÃO		8		4		2		3		17
TERMOMETRIA COM AVARIA		7		5		6		3		21
FALTA TELA CONTRA PÁSSAROS		4		1		2		5		12
FALTA PASSARELA		1		1		1				3
RESÍDUOS DE CONDENSAÇÃO		1								1
FALTA PLATAFORMA DE DESCANÇO		2		2						4
PRODUTO DERRAMADO		1								1
CDA COM NUMERAÇÃO ERRADA		3		1						4
EMPOÇAMENTO DE ÁGUA		2						1		3
BALANÇA COM AFERIÇÃO VENCIDA		1		1						2
GUARDA CORPO		1								1
SECADOR DESATIVADO		1		1						2
CHAPAS DO SILO PERFURADAS		1								1
DETERMINADOR UMIDADE AFERIÇÃO VENCIDA		1								1
RACHADURA NO TALUDE				1		2				3
PISO DANIFICADO				1						1
TUNEIS DA AERAÇÃO OBSTRUIDOS				1						1
PILHAS COM TOPO IRREGULAR				1		1		1		3
PILHAS COM RUAS ESTREITAS				1						1
ANIMAIS MORTOS				1						1
FALTA ESCADA DE ACESSO						2				2
AVARIAS NO PISO						1				1
FALTA TERMOMETRIA										0
MASSA AQUECIDA						1				1
PÁSSAROS DENTRO DO ARMAZÉM						1		2		3
TRANSFERÊNCIA IRREGULAR						1		1		2
AFASTAMENTO INSUFICIENTE ENTRE PILHAS						1				1
FALTA MAPEAMENTO						1				1
TOTAL		99		59		49				241

Fonte: Gefis/Sufis

7.2.4 – Fiscalizações da Operações de Garantia e Sustentação de Renda

a) Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização

Objetiva realizar a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de renda, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Em 2011, não houve operação de fiscalização voltada aos instrumentos de apoio à comercialização.

Quadro 033 - Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento 2008/2011

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	-	-	-	0
AGF	-	-	-	0
PEPRO	125	54	-	0
PEP	-	35	178	0
VEP	-	-	-	0
PROP	-	32	-	0
Propostas de Seguro Rural	25	69	44	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	0
Total	150	190	222	0

Fonte: Gevep

Na execução da Ação a Sureg-MT gastou R\$112.149,80. Nesses custos não estão incluídas despesas (deslocamento, diárias etc) de fiscais de outras Suregs, cujos custos são contabilizados na unidade de origem do empregado.

Quadro 034 - Demonstrativo de Despesas - Fiscalização dos Estoques

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	69.677,50	12.234,55	121.202,45	0,00	1.080,95	0,00	2.508,99	0,00	206.704,44
2008	60.530,00	9.372,26	43.217,59	0,00	248,60	0,00	0,00	0,00	113.368,45
2009	78.095,00	11.088,10	33.721,55	0,00	285,00	0,00	2.520,00	0,00	125.709,65
2010	84.546,00	10.728,70	49.771,98	214,40	0,00	0,00	0,00	0,00	145.261,08
2011	62.737,00	14.239,34	34.188,76	984,70	0,00	0,00	0,00	0,00	112.149,80

Fonte: Siafi

b) Fiscalização de Apólices de Seguro Rural

Para Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural, concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário, o MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações

são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA descentraliza recursos orçamentários e financeiros, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária e na Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.**

Em 2011, para as propostas de apólices de seguro rural, foram realizadas duas etapas e fiscalizadas 33 apólices, porém com recursos recebidos nos elementos de diárias, serviços de terceiros etc. Portanto, não foram utilizados recursos da fiscalização (Elemento 39) nos trabalhos do seguro rural.

7.3 – Remoção de Produtos

7.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2011 foi contratada a remoção de 176,98 mil toneladas de milho na região sob jurisdição da Sureg-MT, vinculado a Contrato de Opção e à PGPM. Do volume total contratado foi removido até 31/12/2011 a quantidade de 116.633 mil toneladas. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

A realização das remoções teve como motivo principal o atendimento do Programa Vendas em Balcão e/ou motivadas por um dos fatos geradores previstos no TÍTULO 13 – MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUES DA CONAB - COMUNICADO CONAB/MOC Nº 016, DE 16/06/2006.

As quantidades contratadas e removidas estão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro 035 - Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM

UF		Produto	Motivo	Valor (R\$)		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
MT	AC	Milho	Vendas em Balcão	184.635,50	159.335,00	700,0	700,0	-	-	0,0
	AL	Milho	Vendas em Balcão	914.800,00	685.620,00	2.000,0	2.000,0	-	-	0,0
	AM (1)	Milho	Vendas em Balcão	1.086.780,00	755.960,80	3.000,0	1.499,2	1.502	-	0,0
	BA	Milho	Vendas em Balcão	41.344,50	30.990,00	150,0	150,0	-	-	0,0
	CE	Milho	Vendas em Balcão	16.107.150,00	11.554.655,31	32.500,0	32.500,0	-	-	0,0
	ES	Milho	Vendas em Balcão	3.737.064,00	2.639.514,15	12.000,0	5.630,9	-	-	6,4
	MA	Milho	Vendas em Balcão	1.580.265,93	1.171.128,35	3.908,8	3.908,8	-	-	0,0
	MG	Milho	Vendas em Balcão	1.972.420,00	1.483.395,56	7.000,0	7.000,0	-	-	0,0
	PA	Milho	Vendas em Balcão	632.385,00	475.572,84	1.500,0	1.500,0	-	-	0,0
	PB	Milho	Vendas em Balcão	8.742.298,62	5.856.231,74	17.500,0	11.857,3	-	-	5,4
	PE	Milho	Vendas em Balcão	96.340,00	62.388,00	200,0	200,0	-	-	0,0
	PI	Milho	Vendas em Balcão	9.387.340,02	6.584.816,84	21.000,0	11.300,6	-	-	9,7
	RN	Milho	Vendas em Balcão	7.981.220,00	5.247.064,05	16.446,0	16.446,0	-	-	0,0
	RO	Milho	Vendas em Balcão	622.085,00	573.885,00	4.000,0	1.977,1	-	-	2,0
	RR	Milho	Vendas em Balcão	1.588.820,00	1.384.883,00	4.000,0	2.523,8	-	-	1,5
	RS	Milho	Vendas em Balcão	14.799.833,71	10.264.845,75	51.074,8	15.697,4	-	-	35,4
Total				69.474.782,28	48.930.286,39	176.980	114.891	1.502	-	60,3

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gemov

Notas: (1) Cancelamento por falta de espaço na UA-Manaus

As remoções para os estados das Regiões Norte e Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e os estados do Espírito Santo e Santa Catarina foram justificadas por meio da Nota Técnica Supab n.º 03/2011, anexa ao Voto Dirab n.º 8/2011 e aprovada na 991.ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, em 13 de abril de 2011, conforme detalhado a seguir.

- Acre - para atendimento aos 560 produtores de Rio Branco e mais 12 municípios circunvizinhos cadastrados no Programa de Vendas em Balcão, a Sureg-AC solicitou a remoção de 700 toneladas de milho em grãos, em duas etapas. O pleito foi atendido com a remoção de milho do Estado de Mato Grosso.
- Alagoas - a Sureg-AL tinha cadastrados 64 criadores e uma fábrica de ração como clientes habituais da UA-Maceió; esta quantidade tende a aumentar devido a reabertura da UA-Palmeira dos Índios. Para suprir a necessidade dos clientes foi solicitada a remoção de 3.000 toneladas de milho em grãos, devidamente atendida pela contratação de remoção de 1.000 toneladas oriunda do Estado de Mato Grosso e 2.000 toneladas de Goiás.
- Amazonas - também é caracterizado como estado importador de milho para suprir a demanda interna não atendida por uma produção incipiente e com característica de agricultura de subsistência. Por entender que o Programa Vendas em Balcão é de extrema importância para a produção de ovos e carnes, sobretudo de aves, e também para a geração de empregos na região, a Sureg-AM solicitou a remoção de 3.000 toneladas deste produto para atendimento aos clientes cadastrados. A remoção com origem no Estado do Mato Grosso foi contratada pela Matriz e durante o exercício de 2010 foram removidas 1.499 toneladas, o restante foi cancelado pois não havia espaço suficiente nos armazéns para o recebimento do produto.
- Bahia – com base no histórico de comercialização do Programa Vendas em Balcão de exercícios anteriores, os estoques armazenados nas UAs de Itabaiana e Entre Rios, localizadas no Estado da Bahia, foram considerados suficientes para a venda prevista para todo o exercício de 2011, sendo necessária apenas a remoção de 150 toneladas para a UA-Santa Maria da Vitória. O pleito foi atendido com a contratação de frete de milho armazenado em unidade de terceiros em Lucas do Rio Verde-MT.
- Ceará - Devido a baixa produção cearense as vendas realizadas pela Conab atendem a clientes de todo o Estado e tem apresentado contínuo crescimento. Os estoques existentes no início do exercício eram insuficientes levando a Sureg-CE a demandar a remoção de 34.000 mil toneladas de milho, sendo 10.000 t para a unidade de Maracanaú e 3.000 t para as unidades de Russas, Sobral, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte, Iguatu, Icó, Crateús e Tauá. Tendo como origem os estoques existentes em armazéns nos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Ipiranga do Norte e Sapezal, todos no Estado do Mato Grosso, as remoções foram contratadas pela Matriz; apenas a UA-Sobral teve atendimento parcial, sendo contratada a remoção de 1.500 toneladas.
- Espírito Santo - em 2011 a Sureg-ES tinha cadastrado cerca de 2.800 criadores rurais da agricultura familiar com demanda prevista de aquisição de 15.000 toneladas de milho em grãos para a UA-Colatina e também de 10.000 toneladas em virtude das negociações para abertura de uma unidade armazenadora no município de Cachoeiro do Itapemirim, o que não foi concretizado até o fim do exercício. Durante o ano foi contratada a remoção de 12.000 toneladas de milho estocadas no Estado do Mato Grosso.

- Maranhão - objetivando a continuidade de atendimento a pequenos produtores a Sureg-MA solicitou a remoção de 5.500 toneladas de milho, tendo sido contratada a remoção de 3.909 toneladas oriundas do Estado do Mato Grosso, totalmente removidas durante o exercício.
- Pará - para atendimento dos 50 clientes inscritos no Programa Vendas em Balcão (33 avicultores, 4 bovinocultores, 5 suinocultores, 3 ovinocultores, 2 caprinocultores e 3 pequenas indústrias) a Sureg-PA solicitou a remoção de 1.500 toneladas de milho para a UA-Ananindeua. A contratação foi realizada durante o 1.º semestre de 2011, com produtos retirados de unidades localizadas no município de Lucas do Rio Verde-MT.
- Paraíba - objetivando o atendimento aos 2.247 clientes cadastrados no início de 2011, e considerando que o Programa Vendas em Balcão tem boa aceitabilidade, credibilidade e tem oferecido para venda milho com preços competitivos aos praticados nos mercados atacadistas e, também, pelo aumento dos pontos de venda e pela reativação de duas unidades armazenadoras (Monteiro e Patos), a Sureg-PB solicitou a remoção de 17.500 toneladas de milho em grãos. As remoções foram contratadas a partir dos estoques disponíveis em Ipiranga do Norte, Nova Ubiratã, Santa Rita Trivelato, Sinop e Sorriso, todos no Estado do Mato Grosso.
- Pernambuco - considerando a existência de estoques remanescentes de 2010 e a baixa demanda existente, a Sureg-PE solicitou a remoção de apenas 200 toneladas de milho destinadas à UA-Arcoverde. A solicitação foi atendida com a contratação e remoção de produtos oriundos do Estado de Mato Grosso.
- Piauí - no Estado do Piauí o Programa Vendas em Balcão tem se consolidado como instrumento de garantia da atividade dos pequenos e médios criadores, em função da distância entre as áreas de produção e consumo e pelo fato de a produção não ser suficiente para suprir a demanda. Em decorrência, a Sureg-PI solicitou a remoção de 21.000 toneladas para a recomposição dos estoques destinados à comercialização pelo Programa. As remoções foram contratadas a partir dos estoques disponíveis no Estado do Mato Grosso e, até o fim do exercício, foram removidas 11.301 toneladas.
- Rio Grande do Norte - o Programa Vendas em Balcão também tem alta importância no Estado do Rio Grande do Norte, pois a produção de milho é insuficiente para o atendimento à demanda interna, principalmente do segmento de pecuária leiteira, composto, em sua maioria, por pequenos produtores alijados das oportunidades de negócio junto ao mercado interno. Em decorrência das secas prolongadas a produção de milho em 2010 foi de apenas 9.185 toneladas, redução de 79% em relação ao ano anterior, representando apenas 6,12% do consumo estimado. A partir desta demanda foi contratada a remoção de 16.446 toneladas oriundas do Estado de Mato Grosso.
- Rondônia - para atendimento aos 1.335 clientes cadastrados, principalmente de pequenos produtores do setor suinocultor, a Sureg-RO solicitou a remoção de 4.000 toneladas de milho destinadas às UAs de Porto Velho, Cacoal e Vilhena. A partir dos estoques disponíveis em armazéns localizados nos municípios de Lucas do Rio Verde e Campos Novos de Parecis, a Conab contratou a remoção do quantitativo solicitado, com remoção efetiva, até o fim do exercício, de 1.977 toneladas.
- Roraima – neste Estado, o governo estadual implantou programas de incentivo à avicultura (Programa Frango Caipira), à ovinocultura (Programa de Enfrentamento da Fome na Agricultura Familiar) e mais recentemente um programa de desenvolvimento

da piscicultura, todos altamente dependentes de rações à base de milho. Em 2011 o número de clientes cadastrados no Programa Vendas em Balcão atingiu 750 produtores, um incremento de aproximadamente 200% em relação aos existentes em 2010 e 2009. Para a manutenção do fluxo de vendas a Sureg-RR solicitou a remoção de 4.000 toneladas de milho em grãos, em duas etapas, para comercialização em 2011. As remoções foram contratadas a partir de estoques públicos disponíveis no Estado do Mato Grosso.

•Rio Grande do Sul – Apesar do crescimento na produção de milho a demanda interna deste cereal é maior que a oferta. A Conab providenciou a contratação de frete para remoção de 62.000 toneladas armazenadas nos estados de Mato Grosso e do Paraná, com remoção efetiva em 2011 de 16.544 toneladas.

7.3.2 – Remoção de Produtos do PAA

Não ocorreram remoções de produto vinculados ao PAA na área sob jurisdição da Sureg-MT.

7.3.3 – Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 19 toneladas de cestas de alimentos, de produtos alimentícios para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra.

Quadro 036 – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
MT	GO	12.751,85	12.751,85	147.000	147.000	-	-	-
	MT	6.293,67	6.293,67	70.000	70.000	-	-	-
Subtotal		19.045,52	19.045,52	217.000	217.000	-	-	-

7.4 – Principais indicadores de desempenho

Indicadores em desenvolvimento pela Matriz

Nome do Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC, onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R\$ por Armazém cadastrado comp				
Fonte dos dados: Siafi e Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe				
Objetivo do Indicador: Avaliar o Desempenho da Equipe de Cadastramento				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: AC/TE, onde: AC=Armazéns cadastrados e TE=Total de equipe. A equipe é composta por duas pessoas. A periodicidade é anual, com base geográfica por UF e Brasil.				
Fonte dos dados: Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias				
Objetivo do Indicador: Avaliar a composição dos estoques em Unidades Armazenadoras Próprias				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geam				
Fórmula de Cálculo e método de medição: (Pg/E)*100 onde Pg=Produtos do governo e E=Estoque. Os produtos do governo incluem grãos e produtos processados. Estoque inclui grãos e produtos processados, de governo e de terceiros. Base geográfica: UF e Brasil				
Fonte dos dados: Geam				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
a definir				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Deságio em leilões de frete				
Objetivo do Indicador: Verificar o deságio em cada operação de frete, uma vez que o sistema é voz (-), ou seja, lances menores.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: [(PF/PA)-1]x100, sendo: PF=Preço de fechamento, PA=Preço de abertura. No leilão de frete a Conab estipula um preço de abertura baseado na mediana entre a planilha de frete da Conab, a planilha de frete da NTC e na p				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
(PA-PF) máxima				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida				
Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: (QR/QC)x100, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada. O indicador reflete as condições em que as Unidades armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal, bem como as condições de receb				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade de unidades armazenadoras fiscalizadas/ Fiscal/ Etapa				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: UA/F onde: $Uaf=N^{\circ}$ de Unidades Armazenadoras fiscalizadas e $F=n^{\circ}$ de fiscais; Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual.				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pf/Ec) \times 100$ onde: Pf =quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec =total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual				
Fonte dos dados: X=Sufis/Gefis Y= XFac				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(DA/Ef) \times 100$ onde DA =total de Desvios Apurados (ton) e Ef =total de Estoque fiscalizado (ton) Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior				
Tipo: Economia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Dt/Dt-1)-1] \times 100$ onde: Dt =Despesas no ano corrente (R\$) e $Dt-1$ =Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo médio da Fiscalização				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Df/Qf , onde: Df=Despesas da fiscalização (R\$) e Qf=Quantidade fiscalizada (ton) O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros). Base g				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Economia potencial gerada pela fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a economia proporcionada pela fiscalização				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $PD \cdot Pme / Df$ onde: PD=Perdas e Desvios ocorridos (ton) Pme=Preço médio do produto e Df=Total de Despesas com a fiscalização. Despesa potencial é o valor de perdas e desvios ocorridos e detectados pela fiscalização e				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

Conforme já informado no início do relatório, este item foi considerado classificado no rol dos que não se aplicam no Relatório de Gestão da Sureg-MT, face ao fato de que toda a Gestão Tecnológica é desenvolvida pela área responsável dentro da estrutura da Matriz, com as correspondentes informações dadas no Relatório de Gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) - Sede

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

Assim como no item anterior, também para Gestão Estratégica foi considerado classificado no rol dos que não se aplicam no Relatório de Gestão da Sureg-MT, face ao fato de que ela é desenvolvida pela área responsável dentro da estrutura da Matriz, ficando as correspondentes informações compondo o Relatório de Gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) - Sede

10 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

10.1 - Levantamento de Safras

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os **Levantamentos de Safras Agrícolas** realizados pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de

forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas, atividade que vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação, fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial, obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam no segmento agro-produtivo, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

As atividades para realização do levantamento de safra são desenvolvidas dentro da Ação 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras e são coordenadas pela SUINF - Superintendência de Informações do Agronegócio, subordinada a Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.

Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

Como resultado final dos levantamentos, o resumo das informações dos principais produtos da região agrícola sob jurisdição da Sureg-MT, a título de registro, compõem o quadro seguinte.

**Quadro 037 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safr 2009/10 e 2010/11**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	428,1	723,5	69,0	295,4	912,7	1.626,4	78,2	713,7
Amendoim total	3,2	3,0	-6,3	-0,2	7,8	7,5	-3,8	-0,3
Amendoim 1ª safr								
Amendoim 2ª safr	3,2	3,0	-6,3	-0,2	7,8	7,5	-3,8	-0,3
Arroz	246,9	256,0	3,7	9,1	742,7	795,9	7,2	53,2
Feijão total	103,8	208,2	100,6	104,4	120,9	234,9	94,3	114,0
Feijão 1ª safr	14,9	18,1	21,5	3,2	22,2	29,9	34,7	7,7
Feijão 2ª safr	71,7	169,9	137,0	98,2	73,3	164,0	123,7	90,7
Feijão 3ª safr	17,2	20,2	17,4	3,0	25,4	41,0	61,4	15,6
Girassol	40,6	39,9	-1,7	-0,7	41,7	49,0	17,5	7,3
Milho total	1.990,1	1.898,4	-4,6	-91,7	8.118,1	7.619,7	-6,1	-498,4
Milho 1ª safr	85,2	62,1	-27,1	-23,1	409,0	366,3	-10,4	-42,7
Milho 2ª safr	1.904,9	1.836,3	-3,6	-68,6	7.709,1	7.253,4	-5,9	-455,7
Soja	6.224,5	6.398,8	2,8	174,3	18.766,9	20.412,2	8,8	1.645,3
Sorgo	81,4	111,0	36,4	29,6	145,0	203,5	40,3	58,5
Total MT	9.118,6	9.638,8	5,7	520,2	28.855,8	30.949,1	7,3	2.093,3

Fonte: Supor, Geasa

**Quadro 038 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safr 2010/11 e 2011/12**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	723,5	723,5	0,0	0,0	1.626,4	1.696,2	4,3	69,8
Amendoim total	3,0	2,9	-3,3	-0,1	7,5	7,1	-5,3	-0,4
Amendoim 1ª safr								
Amendoim 2ª safr	3,0	2,9	-3,3	-0,1	7,5	7,1	-5,3	-0,4

Arroz	256,0	139,8	-45,4	-116,2	795,9	419,4	-47,3	-376,5
Feijão total	208,2	205,1	-1,5	-3,1	234,9	256,8	9,3	21,9
Feijão 1ª safra	18,1	15,0	-17,1	-3,1	29,9	28,5	-4,7	-1,4
Feijão 2ª safra	169,9	169,9	0,0	0,0	164,0	186,9	14,0	22,9
Feijão 3ª safra	20,2	20,2	0,0	0,0	41,0	41,4	1,0	0,4
Girassol	39,9	39,9	0,0	0,0	49,0	47,9	-2,2	-1,1
Milho total	1.898,4	1.955,0	3,0	56,6	7.619,7	7.921,3	4,0	301,6
Milho 1ª safra	62,1	118,7	91,1	56,6	366,3	759,7	107,4	393,4
Milho 2ª safra	1.836,3	1.836,3	0,0	0,0	7.253,4	7.161,6	-1,3	-91,8
Soja	6.398,8	6.769,9	5,8	371,1	20.412,2	20.986,7	2,8	574,5
Sorgo	111,0	111,0	0,0	0,0	203,5	199,8	-1,8	-3,7
Total MT	10.148,1	10.453,3	3,0	305,2	31.592,5	32.220,1	2,0	627,6

Fonte: Supor, Geasa

10.2 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Para subsidiar o setor agropecuário e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar, a Conab disponibiliza um conjunto de informações composto de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres. Também integra esse conjunto, o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Técnicos da Sureg-MT participaram de levantamentos e pesquisas de custo de máquinas/insumos e de produção de aves e suínos, gerando custos que somaram R\$4.099,25, informações estas que foram repassadas a área de coordenação da Ação (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar na Matriz.

Os resultados do projeto SIGABrasil estão apresentados no Relatório de Gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) – Sede.

11. Gestão de Pessoas

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas. Conta também com estagiários de nível superior, além de empregados terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

11.1 – Distribuição de Empregados

A estratégia adotada para a alocação dos empregados da Sureg/MT consiste primeiramente na análise do cargo e da função ou espaço ocupacional, verificando se está compatível com a lotação pretendida, visando também deste modo evitar situações de desvio de função. A este procedimento, também está atrelada a análise da formação do empregado, como forma de incentivo para a contínua aprendizagem, bem como as habilidades apresentadas no desempenho de suas atividades.

As propostas de mudanças de lotação são realizadas por intermédio de Atos de Superintendência; as sugestões/recomendações de alteração de função ou espaço ocupacional, são enviados para análise dos órgãos responsáveis na Matriz, pois são efetivadas por meio de Portaria emitida pelo Presidente da Companhia. No decorrer do exercício 2011, a Sureg/MT apresentou 12 (doze) propostas de alterações de função ou espaço ocupacional, das quais todas foram efetivadas.

Anualmente é realizada pelo Setor de Recursos Humanos a verificação dos dados constantes no quadro de pessoal, na qual as incorreções detectadas são informadas à Matriz (GECAP), considerando que as Superintendências Regionais não tem permissão de acesso ao banco de dados dos empregados (Sistema SENIOR e SIAPE).

Quadro 039 – Transferências Internas

EMPREGADO	CARGO/FUNÇÃO	DE	PARA
ANTONIO VALDIVINO DE SIQUEIRA	ATA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GEOPE/SEOPE	GEFAD/SETAD
RAMILTON TOMAZ DA SILVA	AUXILIAR/AUX. DE OPERAÇÕES	UARON	GEOPE/SEOPE
GEIZA DA SILVA CONCEIÇÃO	AUXILIAR/AUX. REC.HUMANOS	GEFAD/SEREH	GEFAD
HERBERT RAMOS DA SILVA	ATA/ASSISTENTE ADMINSTRATIVO	GEFAD/SETAD	GEFAD
CLAUDIA AP. R. DINERO COELHO	ANALISTA/ANALISTA DE OPERAÇÕES	GEFAD	SUPERINTENDÊNCIA

Fonte: Sereh/MT

Quadro 040 – Alteração de Função/Espaço Ocupacional

EMPREGADO	DO CARGO/FUNÇÃO:	PARA O CARGO/FUNÇÃO
ANTONIO VALDIVINO DE SIQUEIRA	ATO II/ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	ATA II/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ACELINO DE OLIVEIRA	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
BENEDITO MÁXIMO DA CUNHA FILHO	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JOEL SIQUEIRA DE CASTRO	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
LEONICE DE OLIVEIRA	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO

SEBASTIÃO SOUZA DOMINGOS	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AUXILIAR/AUXILIAR FINANCEIRO
CAETANO OVIDES	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
DOMICINHA DORALICE DOS SANTOS	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ELENIR DE MORAES	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
MARILENE GUIMARÃES DE JESUS DE SOUZA	AUXILIAR/AUXILIAR DE REC. HUMANOS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
RINALDO DA SILVA	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
MARIZÉLIO GOMES DE LIMA	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
SÔNIA MARIA MARTINS	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JOEL FELIZARDO DA SILVA	AUXILIAR/AUXILIAR DE OPERAÇÕES	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ADRIANA FONSECA BARBOZA	AUXILIAR/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR/AUXILIAR ADMINISTRATIVO
SULAMIRTES MARCONDES DE ARRUDA	ATA I/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ATO I/ASSISTENTE DE OPERAÇÕES

Fonte: intranet/Boletim informativo

11.2 - Sistema de Comunicação

Todo empregado da Companhia, inclusive os cedidos, possui um endereço eletrônico corporativo, para o qual as correspondências de interesse geral são enviadas pelas Gerências demandantes da Matriz. Também é utilizado o informativo eletrônico “Notícias do Dia” na intranet. Podemos também citar como canais de comunicação: a Ouvidoria, o Fórum de Relações de Trabalho e o Boletim Administrativo, que trata das alterações de pessoal, designações/destituições no âmbito da Companhia. No âmbito da Sureg/MT, além dos expedientes convencionais, informações gerais são disponibilizadas no quadro mural, e para a disseminação dos assuntos relacionados a gestão de pessoas foi implementado o informativo “Notícias do Sereh”, distribuído eletronicamente.

11.3 – Melhoria do Clima Organizacional

O diagnóstico do clima organizacional da Companhia foi efetuado pela Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC no ano de 2008 e a Sureg/MT, por entender que a satisfação pessoal do colaborador é fundamental para um bom clima organizacional, busca estabelecer uma relação de confiança, mantendo-se disponível para atender aos pleitos dos colaboradores quando procurados, demandando, se necessário, providências das áreas/chefias envolvidas.

11.4 – Ações de Capacitação

As Superintendências Regionais podem propor a realização de cursos de capacitação dentro do limite orçamentário estabelecido pela Diretoria competente, sendo que as atividades com valor superior ao limite estabelecido são encaminhadas para análise da área de TD&E da Matriz.

As ações de treinamento podem ser demandadas pelas áreas da Matriz, pela Superintendência ou pelo empregado interessado. No exercício de 2011, devido às orientações do

Governo Federal, houve restrição orçamentária, o que gerou uma significativa redução nas ações de capacitação da Sureg/MT.

Foram realizados apenas 11 (onze) eventos de treinamentos de curta duração, sendo que os mesmos foram promovidos e coordenados pela GECAP, representando uma redução de 65% em relação ao exercício 2010.

Houve também redução de 31% no quantidade de empregados em relação ao exercício de 2010, de 48 para 15.

Quadro 041– Ações de Treinamento

EVENTOS	CH	ORG.
CURSO SOBRE SISTEMA NACIONAL DE PREÇOS DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO	16h00	CONAB
PALESTRA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA E DOS CONTROLES	02h00	CONAB
PALESTRA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA NA ADM PÚBLICA	03h00	SUREG/MT
PALESTRA O PODER DO ENTUSIASMO E A FORÇA DA MOTIVAÇÃO NO TRABALHO	02h30	CONAB
ENCONTRO - SUPERINTENDENTES E GERENTES DE ÁREA E PAA	36h00	CONAB
CURSO AGRONEGOCIO	08h00	ABAG
OFICINA SOBRE PAA e PGPM Bio	24h00	CONAB
SIASGNET - DIVULGAÇÃO DE COMPRAS	12h00	SUREG/MT
CURSO OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DO PAA	28h00	CONAB
CONGRESSO NACIONAL SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	30h00	CONSEA
DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS DA CONAB	40h00	CONAB
	201h30	

Fonte: Relatório GECAP/Matriz

A Companhia visando contribuir para o desenvolvimento organizacional, profissional e social de seus empregados, subsidia cursos de pós-graduação, compreendendo programas *Lato Sensu* (especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado), denominados cursos para desenvolvimento futuro, sendo oferecidas 02 (duas) vagas para cada Superintendência. Na Sureg/MT durante o período compreendido entre 2007 a 2011, 09 (nove) empregados foram beneficiados com o programa.

Quadro 042 – Empregados Beneficiários dos Cursos de Desenvolvimento para o Futuro

MAT	EMPREGADO	LOTAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	SITUAÇÃO
35031	CLAUDIA APARECIDA R.D COELHO	SUPER	ANALISTA DE OPERAÇÕES	CONCLUÍDO
107337	DIOGO NÉIA EBERHARDT	SEGE	ENGENHEIRO AGRONOMO	EM CURSO
106930	FRANCIELLE TONIETTI CAPILE GUEDES	SEGE	ENGENHEIRA AGRONOMA	EM CURSO
16720	JUSSARA CAROLINA DE F ZAMBONINI	SEOE	TÉCNICA DE OPERAÇÕES	CONCLUÍDO
66948	KATERI DEALTIMA F DOS ANJOS	PRORE	PROCURADOR	CONCLUÍDO
107207	MARCOS BEBETO BALBUENA	SEOE	ENGENHEIRO AGRONOMO	EM CURSO
106618	MARLY APARECIDA CRUZ DA SILVA	SEGE	ENGENHEIRO AGRONOMO	EM CURSO
106781	OSCASIR SOARES OLIVEIRA JÚNIOR	SECOM	ANALISTA DE OPERAÇÕES	CONCLUÍDO
106676	SOLANGE FERREIRA DE MORAES	SEREH	ANALISTA ADMINISTRATIVO	CONCLUÍDO

Fonte: Sereh/MT

11.5 - Composição e Custos de Pessoal

No fim do exercício, a Sureg-MT contava com 128 empregados, sendo 113 em efetivo exercício na Regional e 15 cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 043 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva(1)		
1 Provisamento de cargo efetivo	0	128	3	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	84	3	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	0	-	0
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	15	0	0
1.4.1 Cedidos	-	14	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	1	-	-
2 Provisamento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	29	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	29	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	128	3	0

Fonte: Sumoc/Gecav

(1) Não inclui 2 pensões vitalícias

Do quadro de pessoal da Sureg/MT, 62 empregados apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 48,43% do quadro.

Quadro 044 - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual

Discriminação	Quantidade de Empregados – em 31/12/2011		
	Sureg-MT		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	67	66	(1)
Reintegrado (Transitado)	-	-	-
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	-	-	-
Anistiado (Liminar)	-	-	-
Anistiado (Lei 8878/94)	60	62	2
Outros (Pensão Judicial)	2	2	
Outros (Apos.Invalidez)	0	1	1
Total	129	131	2

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

11.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo

O quadro de pessoal da Sureg/MT, ao final do exercício de 2011, contava com 128 empregados. As alterações foram decorrentes da readmissão de 03 ex-empregados beneficiados pela Lei da Anistia, sendo 01 lotado na Sede da Sureg e 02 nas unidades armazenadoras, o retorno de um empregado que estava em licença particular, de uma transferência externa e de um desligamento decorrente da concessão por aposentadoria por invalidez.

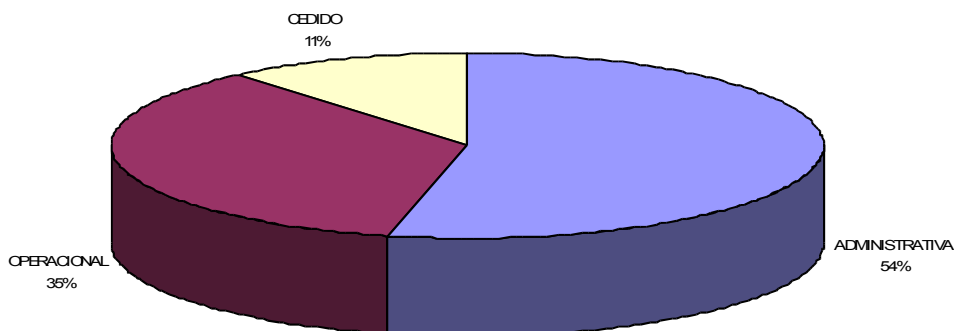
Quadro 045 – Distribuição por área comparativa 2010 e 2011

ÁREA	2010	2011
ADMINISTRATIVA	65	68
OPERACIONAL	46	45
CEDIDOS	14	14
LICENCIADOS	2	1
	127	128

Fonte: Sereh/MT

O quadro de pessoal da SUREG/MT é composto por 128 empregados assim distribuídos: 69 empregados lotados na área administrativa (Sede da Sureg/MT), estando um licenciado, 45 empregados lotados na área operacional (Unidades Armazenadoras) e 14 empregados cedidos aos demais órgãos da administração pública federal (PRT/MT, M.T.E/MT, TRT/MT, T.R.E/MT, UFMT), correspondendo respectivamente a 54%, 35% e 11% do quadro de pessoal.

Gráfico I - Distribuição de pessoal por área



Quadro 046 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

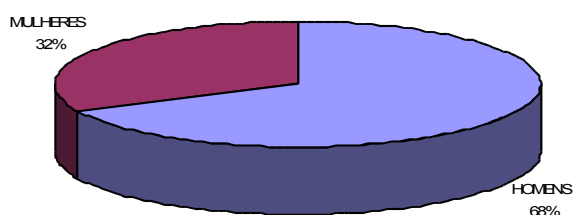
CARGOS	FUNÇÕES	ADM	OPE	CED	TOT
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (ASG)	AJUDANTE GERAL	0	8	1	9
	ARMAZENISTA	0	6	1	7
	ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO CONTÍNUO	1	1	0	2
	MECÂNICO DE MANUTENÇÃO	1	0	0	1
	MOTORISTA	0	3	0	3
	OP. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1	0	0	1
		0	9	0	9
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (PCS/91)		3	27	2	32
AUXILIAR ADMINISTRATIVO (AAD)	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	0	0	1
	AUXILIAR DE OPERAÇÕES	3	8	0	11
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	2	0	0	2
	AUXILIAR DE REC. FINANCEIROS	1	1	0	2
	AUXILIAR DE RECURSOS MATERIAIS	0	0	1	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVO (PCS/91)		7	9	1	17
AUXILIAR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	5	1	9	15
	AUXILIAR FINANCEIRO	3	0	0	3
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3	1	0	4
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	1	0	0	1
	AUXILIAR DE OPERAÇÕES	11	0	0	11
	MOTORISTA	1	0	0	1
AUXILIAR (PCCS/2009)		24	2	9	35
ASSISTENTE TÉCNICO (ATO/ATA)	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	5	0	0	5
	ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	5	1	0	6

CARGOS	FUNÇÕES	ADM	OPE	CED	TOT
	ASSISTENTE DE REC. FINANCEIROS	1	0	0	1
	CLAS. DE PROD. ORIGEM VEGETAL	0	3	0	3
	TÉCNICO AGRÍCOLA	1	0	0	1
ASSISTENTE TÉCNICO (PCS/91)		12	4	0	16
ASSISTENTE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2	0	1	3
	ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	2	1	0	3
	ASSISTENTE DE REC HUMANOS	0	0	1	1
ASSISTENTE (PCCS/2009)		4	1	2	7
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR (TNS)	ENGENHEIRO	1	0	0	1
	PROCURADOR	1	0	0	1
	TÉCNICO DE OPERAÇÕES	4	0	0	4
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR (PCS/91)		6	0	0	6
ANALISTA	ANALISTA ADMINISTRATIVO	1	0	0	1
	ANALISTA DE CONTABILIDADE	2	0	0	2
	ANALISTA DE OPERAÇÕES	5	0	0	5
	ENGENHEIRO AGRONOMO	5	2	0	7
ANALISTA (PCCS/2009)		13	2	0	15

Fonte: Sereh/MT

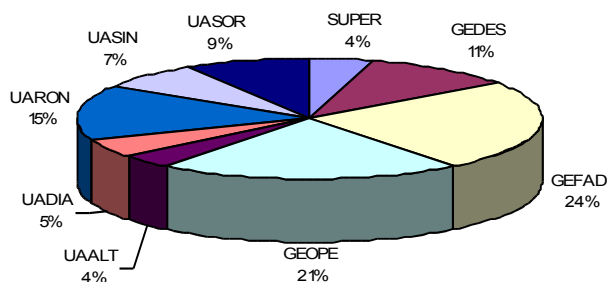
11.5.1.1 – Distribuição dos Empregados da Sureg/MT

Gráfico II - Distribuição dos Empregados Por Sexo - 2011



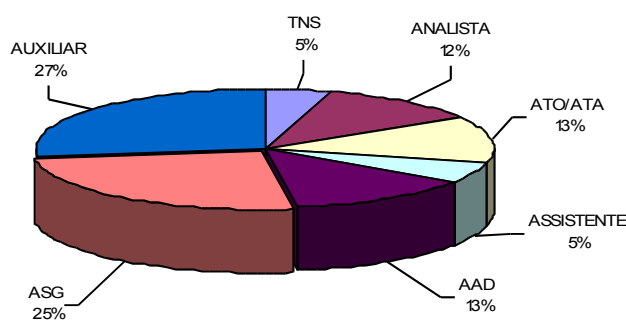
O quadro de pessoal da SUREG/MT é composto por 87 homens e 41 mulheres, correspondendo respectivamente a 68% e 32% do total do quadro.

Gráfico III - Distribuição dos Empregados – Por Gerências/Unidades - 2011



Apesar do quadro de pessoal da SUREG/MT ser composto por 128 empregados, efetivamente apenas 114 empregados laboram na Companhia. Os 69 empregados lotados na Sede da Sureg/MT (área administrativa), estão assim distribuídos pelas Gerências e Superintendência: 05 empregados na SUREG (4%), 12 empregados na GEDES (11%), 28 empregados na GEFAD (21%) e 24 empregados na GEOPE (24%). Os demais 45 empregados lotados nas unidades armazenadoras (área operacional), estão assim distribuídos: 04 empregados na UA Alta Floresta (4%), 06 empregados na UA Diamantino (5%), 17 empregados na UA Rondonópolis (15%), 08 empregados na UA Sinop (7%) e 10 empregados na UA Sorriso (9%).

Gráfico IV - Distribuição dos Empregados – Por Cargos - 2011



Os 128 empregados do quadro de pessoal da Sureg/MT estão enquadrados em cargos de nível fundamental, médio e superior. Os cargos de nível fundamental englobam os 07 Auxiliares Administrativos (AAD) e os 32 Auxiliares de Serviços Gerais (ASG), pertencentes ao PCS/91 e os 35 Auxiliares pertencente ao PCCS/2009, que totalizam 84 empregados, representando 65% do quadro de pessoal. Os cargos de nível médio englobam os 10 Assistentes Técnico Operacional (ATO) e os 06 Assistentes Técnico Administrativo (ATA) pertencentes ao PCS/91 e os 07 Assistentes pertencentes ao PCCS/2009, que totalizam 23 empregados, representando 18% do quadro de pessoal. Os cargos de nível superior englobam os 06 Técnicos de Nível Superior (TNS)

pertencentes ao PCS/91 e os 15 Analistas pertencentes ao PCCS/2009, que totalizam 21 empregados, representando 17% do quadro de pessoal.

Quadro 047 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

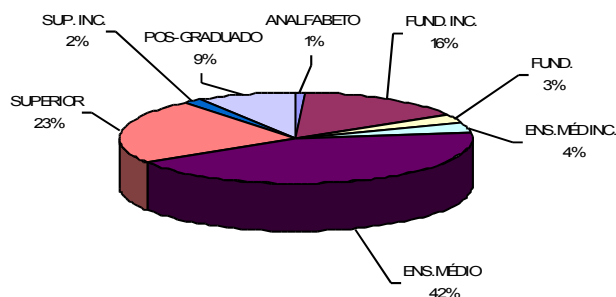
Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade (1)										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	1	12	10	10	53	30	11	1	0	0	128
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	1	9	10	7	38	16	3	0	0	0	84
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	3	0	1	5	5	0	1	-	-	15
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	0	-	2	9	10	8	-	-	-	29
3. Total	1	12	10	10	53	30	11	1	0	0	128

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Obs.: Não inclui 2 pensões judiciais e 01 aposentadoria por invalidez

Gráfico V - Distribuição dos Empregados – Por Escolaridade – 2011



Apesar dos ocupantes dos cargos de nível fundamental da Sureg/MT representarem 65% do quadro de pessoal, 55 empregados possuem o ensino médio completo, 30 empregados possuem o ensino superior, 02 empregados estão cursando o ensino superior e 12 empregados são pós-graduados, que representam respectivamente 42%, 23%, 2% e 9% do quadro de pessoal.

11.5.1.2 – Distribuição dos Empregados – Por Faixa Etária - 2011

A faixa etária entre 51 a 60 anos com 44% é a que apresenta maior concentração, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos ou 35% do número de empregados, conforme detalhado no quadro seguinte.

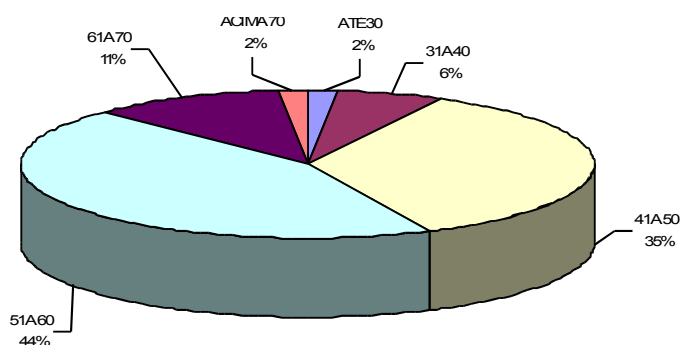
Quadro 048 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	2	8	45	57	16	128
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	1	2	31	38	12	113
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	1	0	2	8	4	15
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	6	12	11	-	29
3. Outros	0	0	0	0	0	0
31. Pensão Judicial				2		2

Fonte: Sutin

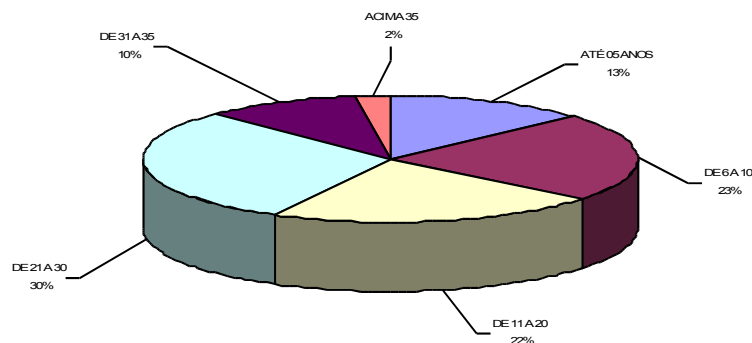
Obs.: Inclui 2 pensões judiciais e 01 aposentadoria por invalidez

Gráfico VI - Distribuição dos Empregados – Por Faixa Etária – 2011



Denota-se destas informações que 57% do quadro de pessoal da Sureg/MT estão com idade superior a 51 anos.

Gráfico VII - Distribuição dos Empregados – Por Tempo de Serviço - 2011

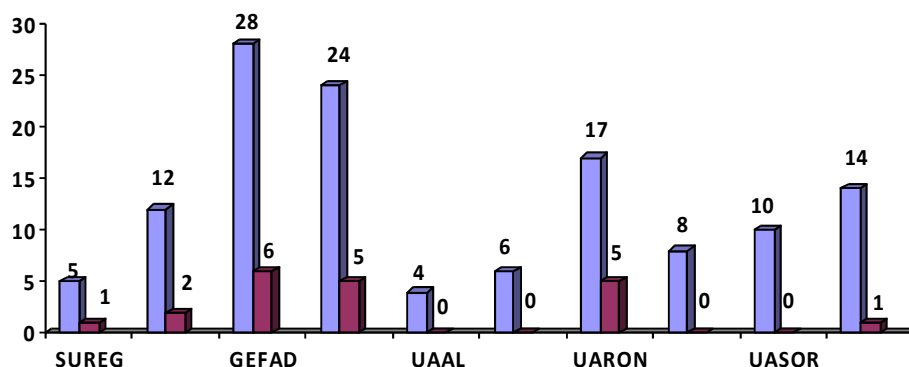


Do quadro de pessoal, 38 possuem de 21 a 30 anos de tempo de serviço na Companhia, representando 30% do quadro e 13 empregados possuem de 31 a 35 anos de tempo de serviço, representando 10% do quadro

11.5.1.3 – Distribuição dos Empregados Aposentados

Do total de empregados, 20 já estão aposentados pelo Regime Geral da Previdência, representando 15,6%.

Gráfico VIII - Distribuição dos Empregados Aposentados



O quadro de pessoal da Sureg/MT é composto por 128 empregados dos quais 20 já estão aposentados pelo Regime Geral da Previdência, assim dos 05 empregados lotados na Superintendência, 01 já se encontra aposentado; dos 12 empregados lotados na Gedes, 02 estão aposentados; dos 28 empregados lotados na Gefad, 06 já estão aposentados; dos 24 empregados lotados na Geope, 05 estão aposentados. Na UA Rondonópolis dos 17 empregados lotados, 05 estão aposentados. Dentre os empregados cedidos, apenas 01 está aposentado.

11.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências

No decorrer do ano de 2011 foram readmitidos três ex-empregados beneficiados pela Lei da Anistia, sendo que um foi lotado na Sede da Sureg e dois nas Unidades armazenadoras. Foi realizada uma transferência externa e um desligamento decorrente da concessão por aposentadoria por invalidez pelo INSS.

É importante ressaltar que os empregados aposentados por invalidez são desligados da Conab, com a possibilidade de retornar as suas atividades laborais se considerados reabilitados ao trabalho por decisão INSS, conforme dispõe o art. 475 da CLT.

11.5.3 Perspectivas de Aposentadoria

A Sureg/MT possui em seu quadro de pessoal 20 (vinte) empregados já aposentados, seja por idade ou por tempo de contribuição, correspondendo a 16% do quadro de ativos. Até o ano de 1995, os empregados que eram aposentados por qualquer motivo, exceto os aposentados por invalidez, tinham a rescisão do seu contrato de trabalho automática, porém a ADINS 1770-4 e 1721-3 suspendeu os efeitos do parágrafo 1º do art. 453 da CLT.

Assim, com base na análise do tempo de serviço efetivo na Companhia, a projeção dos empregados que cumprirão os requisitos para a habilitação à aposentadoria, no período compreendido entre os anos de 2012 a 2017, está disposta no quadro abaixo:

Quadro 049 – Faixa Etária X Tempo de Trabalho

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	31 a 35	3	1	-	-	-	-	-	-	-	4
	36 a 40	2	2	-	-	0	-	-	-	-	4
	41 a 45	4	9	1	-	4	1	-	-	-	19
	46 a 50	2	6	4	-	7	6	1	-	-	26
	51 a 55	3	5	4	6	4	9	8	-	-	39
	56 a 60	1	2	2	3	3	1	4	2	-	18
	61 a 65	0	1	3	1	-	0	-	1	-	6
	66 a 70	0	3	3	-	-	2	-	-	-	8
	Mais de 70	-	0	-	1	1	-	-	-	-	2
Total		17	29	17	11	19	19	13	3	0	128

Fonte: Sureh

Quadro 050 - Perspectivas de Aposentadoria

FUNÇÕES	TOT (A)	APS (B)	(A-B)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ASG/AJUDANTE GERAL	9	1	8						
ASG/ARMAZENISTA	7	0	7						
ASG/ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO	2	1	1						
ASG/CONTÍNUO	1	1	0						
ASG/MECÂNICO DE MANUTENÇÃO	3	0	3						

ASG/MOTORISTA	1	1	0						
ASG/OP. DE MÁQ. E EQUIPAMENTOS	9	3	6		2(*)				
AAD/AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	0	1						
AAD/AUXILIAR DE OPERAÇÕES	11	1	10				1(*)		
AAD/AUX. DE RECURSOS HUMANOS	2	1	1						
AAD/AUX. DE REC. FINANCEIROS	2	0	2						
AAD/AUX. DE RECURSOS MATERIAIS	1	1	0						
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	15	0	15						
AUXILIAR FINANCEIRO	3	0	3						
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	4	0	4						
AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	1	0	1						
AUXILIAR DE OPERAÇÕES	11	0	11			1(*)			
MOTORISTA	1	0	1						
ATA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	5	2	3			1(*)			
ATO/ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	6	2	4			1(*)			
ATA/ASSIST DE REC. FINANCEIROS	1	0	1						
ATO/CLAS. DE PROD. ORIG. VEGETAL	3	1	2						
ATO/TÉCNICO AGRÍCOLA	1	1	0						
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3	0	3						
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	3	1	2						
ASSISTENTE DE REC HUMANOS	1	0	1						
TNS/ENGENHEIRO	1	1	0						
TNS/PROCURADOR	1	0	1			1(*)			
TNS/TÉCNICO DE OPERAÇÕES	4	1	3						
ANALISTA ADMINISTRATIVO	1	0	1						
ANALISTA DE CONTABILIDADE	2	0	2						
ANALISTA DE OPERAÇÕES	5	1	4	1(*)					
ENGENHEIRO AGRONOMO	7	0	7						
	128	20	108	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sereh/MT

(*) Os empregados completarão o tempo de contribuição pelas regras atuais do INSS, 30 anos para mulher e 35 para os homens. Nos dados apresentados não foi considerado o tempo de serviço prestado a outras empresas.

11.5.4 - Recomposição do Quadro de Pessoal

A competência regimentar quanto à identificação da necessidade de força de trabalho, controle e manutenção do quadro de pessoal, elaboração e estudos relativos à reestruturação e à

reorganização administrativa, planejamento e coordenação das atividades de recrutamento e seleção pública para o preenchimento de cargos de provimento efetivo são dos órgãos da Administração Central da Conab (Matriz), todavia a Sureg/MT, ciente que a gestão de recursos humanos deve ser revista, considerando que ainda há lacunas em termos quantitativos e qualitativos, que poderão comprometer os resultados almejados e o cumprimento da missão institucional da Companhia, externou sua preocupação em expedientes direcionados às áreas competentes: CI SUREG/MT 2733/2009, onde apresentou sua necessidade de pessoal, para fazer frente à demanda de serviços no Estado, o cenário agropecuário e social, reiterada em 2010 pela CI SUREG/MT nº 1954/2010. Além disso, naquele mesmo ano, foi apresentado o relatório “Panorâmica das Atividades e da Estrutura da Conab/Sureg/MT” que entre outros assuntos, também tratava da estruturação de pessoal da Regional. A recomposição do quadro de pessoal será realizada conforme Nota Técnica AUDIN nº 05/2012 – Relatório de Auditoria Especial – CGU – nº 00190.021911/2011-41 – Plano de Providências.

11.5.5 – Quadro de Pessoal Inativo ou Pensionista

A Companhia não mantém pessoal inativo ou pensionista em seu quadro de pessoal. Os 02 casos apresentados de concessão de pensão foram decorrentes de sentenças judiciais, movidas por terceiros e ex-empregados.

Quadro 051 - Pessoal Inativo ou Pensionista

PENSIONISTA	PROCESSO JUDICIAL
ANA JUREMI DA CRUZ SILVA	1997.36.00.005606-6
LEANDRA ROSARIA C. CARVALHO	5626/1993

11.5.6 – Quadro de Estagiários

O Programa de Estágio da Companhia foi implementado através do Voto DIAFI nº378/2003 com o objetivo de proporcionar a complementação educacional dos estudantes de ensino médio e superior, e o seu desenvolvimento profissional por meio da vivência na Companhia. O Voto DIRHU nº 12/2008, definiu o número de 32 (trinta e duas) vagas para estagiários na Sureg/MT, sendo que ao final do exercício 2011, constava com 29 estagiários de nível superior, distribuídos nas áreas meio e fim.

Quadro 052 – Composição do Quadro de Estagiários

VAGAS APROVADAS	31/12/11	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		CUSTO (R\$)
		Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	
32	29	14	12	16	14	14	15	15	14	R\$ 232.909,58

11.5.7 – Custos de Pessoal

As despesas de pessoal, conforme lançamentos constantes do DRE, alcançaram R\$9,9 milhões durante o exercício, considerando as despesas nas Unidades Armazenadoras e na Sede em Cuiabá.

Quadro 053 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008 a 2011

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (Em R\$)	Despesas Variáveis (Em R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	6.821.086,31	0,00	1.331.021,56	0,00	0,00	0,00	0,00	8.152.107,87
2009	7.719.862,36	0,00	1.351.742,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.071.604,60
2010	8.766.615,42	0,00	1.428.689,68	0,00	0,00	0,00	0,00	10.195.305,10
2011	8.357.167,10	0,00	1.539.745,30	0,00	35.721,09	0,00	0,00	9.932.633,49
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	302.235,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.235,32
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte : DRE

11.5.7.1 Auxílio-Transporte aos Empregados

O programa de transporte funcional é um benefício institucional oferecido pela Conab aos seus empregados por meio da concessão do auxílio-transporte em pecúnia ou a aquisição de créditos em cartão transporte, com a finalidade de assegurar os deslocamentos dos empregados de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, e nos deslocamentos para a realização dos exames médicos periódicos, mediante apresentação de requerimento comprobatório, conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho.

Os recursos orçamentários são liberados por meio da Ação (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados e realizada em função do número de empregados pertencentes ao quadro de pessoal habilitados à percepção do benefício. A Sureg MT teve um custo total de R\$180.647,88 com o programa de transporte funcional, dos quais apenas o valor de R\$11.245,20 foi executado na Regional (aquisição de créditos para cartão transporte), o valor de R\$169.402,68 foi executado pela Matriz (auxílio-transporte), por meio de comandos enviados para lançamento em folha de pagamento.

11.5.7.2 – Auxílio-Alimentação aos Empregados

O auxílio alimentação é um benefício institucional oferecido pela Conab com o objetivo de assegurar alimentação básica para o empregado, em consonância com a política de melhoria de qualidade de vida de seus recursos humanos, mediante a concessão de 23 (vinte e três) créditos em cartão magnético, cujo valor foi definido em ACT, nas modalidades refeição ou alimentação, conforme opção formalizada pelo empregado. Percebidos mensalmente, com participação financeira dos empregados descontada em folha de pagamento com os percentuais também definidos em Acordo Coletivo de Trabalho.

A dotação orçamentária é obtida da Ação (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, sendo basicamente realizada em função do número de empregados pertencentes ao quadro de pessoal habilitados à percepção do benefício, como não havia projeções quanto a contratações de novos empregados, foi previsto pela Matriz (Gebem) o valor de R\$715.000,00 para custear a concessão do auxílio-alimentação aos beneficiários da Sureg/MT, dos quais foi executado no exercício de 2011 o total de R\$684.418,88.

11.5.7.3 – Assistência Médica e Odontológica aos Empregados e seus Dependentes

A Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde (SAS) que é caracterizado por um conjunto de medidas administrativas voltadas para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social dos empregados e dependentes, em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde. Os empregados têm participação financeira na cobertura das despesas do SAS oferecido pela Companhia, cujo desconto ocorre em folha de pagamento em percentuais fixados de acordo com faixa/nível salarial definidos em Acordo Coletivo de Trabalho. Não há contribuição mensal, sendo também reembolsadas as despesas com saúde pagas pelos usuários quando não há prestadores credenciados ao SAS.

A dotação orçamentária é obtida da Ação (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, sendo realizada em função do número de empregados e seus dependentes e a utilização do benefício. Foi previsto pela Matriz (Gesas) o valor de R\$714.000,00 para custear a concessão do Serviço de Assistência à Saúde aos beneficiários da Sureg/MT, dos quais foi executado no exercício de 2011 o total de R\$707.836,47.

11.5.7.4 – Assistência Médica Empregados - Exames Periódicos

Para realização do previsto na Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) da Portaria M.T.E. nº 3214/1978, são aplicadas exames médicos ocupacionais a todos os empregados da Companhia, com o objetivo de verificar as condições de saúde do empregado para o desempenho das funções que irá exercer, estiver exercendo ou exerceu, compreendendo avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental, além dos exames complementares voltados para o controle da exposição aos agentes de risco. A convocação é realizada no mês de aniversário, contemplando exames específicos por sexo, faixa etária e atividade.

A dotação orçamentária é obtida da Ação (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, sendo realizada em função do número de empregados convocados. A Sureg/MT não dispõe de serviço médico/laboratorial para a realização dos exames periódicos, utilizando para o cumprimento os prestadores credenciados ao Serviço de Assistência à Saúde.

11.5.7.5 - Capacitação

A Conab realiza diversas ações de treinamento aos seus empregados, delineados em função das características e da natureza das atividades laborais, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento profissional e o aprimoramento contínuo.

A dotação orçamentária é obtida da Ação (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação, que engloba o custeio dos eventos de TD&E aos empregados, incluindo o pagamento taxa de inscrição, passagens e diárias quanto pertinentes, sendo no exercício 2011, foi realizada em função da quantidade de eventos autorizados e/ou proporcionados pela Matriz (Gecap). A execução orçamentária realizada em 2011 na Sureg-MT foi de R\$2.632,13.

11.5.8 – Mão de Obra Terceirizada

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2011.

Quadro 054 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: SUREG/MT														
UG/Gestão: 135209							CNPJ: 26.461.699/0003/42							
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
						F		M		S				
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2008	L	O	L.H	17/11/08	16/11/11	F	F					P	2	
2006	V	O	V.O	01/03/07	29/02/12	F	F					P	28	
Observação:														
Legenda:														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada														

Fonte: Sureg-MT/GEFAD/ SETAD

Quadro 055 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

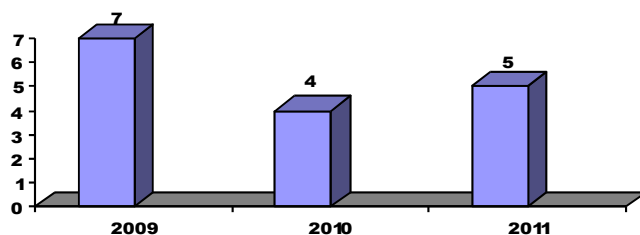
Unidade Contratante															
Nome: SUREG/MT															
UG/Gestão: 135209										CNPJ: 26.461.699/0003-42					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F	M	S	P	C	P		C	
01/02/10			BRAÇAGEM	03.514.206/0001-28	16/08/10	15/08/11							E		
01/07/08			ADVOCAT.	07.473.009/0001-69	30/12/08	29/12/11							P		
Observação: NÃO EXISTE NUMEROS FIXOS DE TRABALHADORES															
Legenda:															
Área:															
1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;															
2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;															
3 – Serviços de Copa e Cozinha;															
4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;															
5 – Serviços de Brigada de Incêndio;															
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;															
7 – Outras.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Sureg-MT/GEFAD/ SETAD

11.5.9 – Principais Indicadores Gerenciais

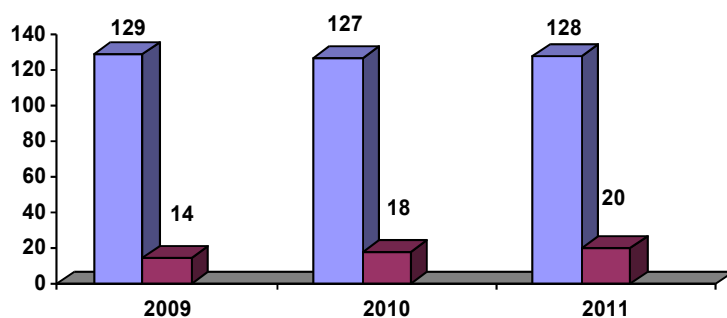
A Sureg/MT utiliza os seguintes indicadores para a gestão dos processos de recursos humanos, para a tomada de decisão.

Gráfico IX – N° de afastamentos superiores a 15 dias



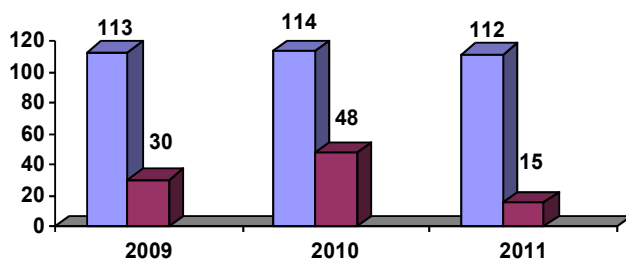
Finalidade: acompanhar as situações de afastamento em relação ao exercício anterior, identificar as principais causas com objetivo de propor ações/medidas.

Gráfico X – N° de aposentados



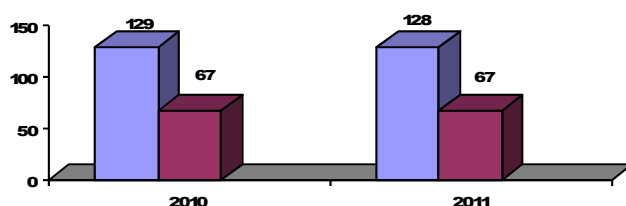
Finalidade: acompanhar a evolução do número de empregados aposentados em relação ao exercício anterior, identificando as principais consequências com objetivo de propor ações/medidas.

Gráfico XI – Empregados capacitados



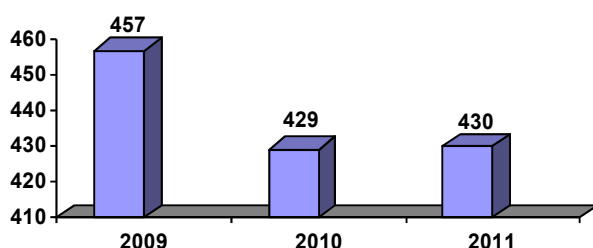
Finalidade: verificar a evolução do número de empregados capacitados em relação ao exercício anterior, para efetivação de análise futura de modo a determinar metas quando da elaboração de planejamento.

Gráfico XII –Empregados por Plano de Cargos



Finalidade: acompanhar o número de empregados que solicitaram migração para o PCCS/2009, em relação ao exercício anterior, visando a adoção de futuras medidas de incentivo a migração.

Gráfico XIII –Usuários do Serviço de Assistência à Saúde



Finalidade: acompanhar o número de usuários do serviço de assistência em relação ao exercício anterior.

Estão sendo avaliados outros indicadores de desempenho pela área responsável na gestão de RH na Matriz, conforme detalhados nos quadros seguintes.

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 5%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Taxa de Integração de concursados				
Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Dc/Ac)*100$ onde $Dc=N^{\circ}$ de demissões de concursados e $AD=N^{\circ}$ de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil.				
Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 1%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PPCSO				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$, onde: $ASOem=n^{\circ}$ de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e $QLex=$ Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência:				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: N° de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais. Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
próximo a zero				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1 – Análise da Execução orçamentária

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-MT estão inseridas em 3 programas do PPA, distribuindo-se em 13 Ações.

12.1.1 - Programas

12.1.1.1 – Programa 0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Público-Alvo** (beneficiários): O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**
 - a) Produção Nacional de Grãos:**
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.
 - b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários**
Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).
 - c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.
 - d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.
 - e) Margem de Disponibilidade de Trigo**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.
 - f) Margem de Disponibilidade de Milho**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

12.1.1.2 Programa 0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária

- Tipo de Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- Objetivo Geral: coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- Público-Alvo: Governo Federal
- Indicadores ou parâmetros utilizados: Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícolas e pecuárias, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

12.1.1.3 Programa 0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- Tipo de Programa: Operações Especiais
- Objetivo Geral: cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- Gerente do Programa: Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

12.1.2 – Principais Ações dos Programas

- **0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar**
 - 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
 - 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos;
 - 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
 - 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
 - 2130 - Formação de Estoques Públicos-PGPM;
 - 2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;
 - 2272 - Gestão e Administração do Programa;
 - 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
 - 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
 - 4706 - Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento;
 - 8579 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar;
- **0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária**
 - 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; e
 - 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.
- **0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**
 - 0022 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Os resultados realizados por Ação durante o exercício de 2011 e as metas previstas para 2012 estão resumidas no quadro seguinte.

Quadro 056 - Demonstrativo de Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	460	477	465	714.000,00	707.836,47
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	125	85	130	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	122	123	125	715.000,00	684.418,88
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	97	119	113	12.000,00	11.245,20
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	45	50	5.000,00	2.778,47
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	35	22	31	36.000,00	2.632,13
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	280.000,00	251.293,18
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	560	575	296	150.000,00	112.149,80
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	500000	130.000.000,00	73.442.524,68
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	6.472.000,00	6.395.418,88
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	5.000,00	4.099,25
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	5	5	5	1.449.869,90	43.699,12
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	11	11	11	50.000,00	42.406,85

12.1.2.1 – (2130) - Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Quadro 057 – Metas e execução Ação (2130)

(2130) Formação de Estoques Públicos			
Controle: SIAFI – PTRES 01678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	130.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	130.000.000,00	5,99
Execução Orçamentária	918.235.408,22	73.442.524,68	8,00
Índice	42,32	56,49	-
Meta Física (em t)	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	20,13	-	-

Para a realização das atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2011 consignou, para a Conab, dotação inicial de R\$2.169.760.000,00 (fonte 160) e meta física de 4.031.000 toneladas de produtos agrícolas.

No exercício de 2011, não ocorreram aquisições de produtos vinculados a PGPM na Conab/Sureg-MT.

Quadro 058 - Demonstrativo de Despesas na Formação de Estoques Públicos

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-MT	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	118.000,00	8,76
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	318.099,16	46,74
Embalagens	5.342.883,52	0,00	0,00
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	70.994.713,01	21,13
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	1.053.861,95	8,52
ICMS	47.485.159,88	500.606,77	1,05
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	181.533,43	11,63
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	253.519,95	94,29
Taxas e pedágios	29.016,97	11.702,80	40,33
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	10.487,61	0,02
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	73.442.524,68	8,00

Fonte: Siafi,

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos	
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA	
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA	
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$	
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto	
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Anual	
Responsável: Superintendente da Sugof	
Resultados:	
2007	15,26
2008	50,50
2009	99,34

2010				4,13
2011	Meta:	100,00	Resultado:	-
Análise:				
Resultado previsto, considerando que a expectativa dos preços de produto milho, base do estoque e das operações realizadas dentro da PGPM para a região de Mato Grosso, se mantiveram em patamares elevados, muito acima do preço mínimo em vigor. Assim, não houve nenhuma aquisição de produto.				

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				14,29
2008				35,48
2009				89,35
2010				35,82
2011	Meta:	100,00	Resultado:	56,49
Análise:				
Os valores estabelecidos para execução financeira levaram em conta o máximo de despesa possível para despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários dos estoques existente ao final do exercício anterior.				
Durante o exercício houve sensível redução dos estoques devido as operações de venda e remoção para atendimento a política governamental de intervenção no mercado para garantir o preço e regular o abastecimento interno, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais).				

12.1.2.2 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das

condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

Quadro 059 – Metas e execução Ação (2137)

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 150.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 150.000,00	3,57
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 112.149,80	6,91
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	560	10,18
Execução Física	6.030	575	9,54
Índice	109,64	102,68	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A meta física para a Conab aprovada na LOA/2011 previa a fiscalização de 5.500 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$4.200.000,00.

Na Sureg-MT foram realizadas 575 fiscalizações, superando a meta física em 2,68% e representando cerca de 9,5% de todas as fiscalizações executadas pela Companhia.

Quadro 060 - Demonstrativo de Despesas - Fiscalização dos Estoques

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	69.677,50	12.234,55	121.202,45	0,00	1.080,95	0,00	2.508,99	0,00	206.704,44
2008	60.530,00	9.372,26	43.217,59	0,00	248,60	0,00	0,00	0,00	113.368,45
2009	78.095,00	11.088,10	33.721,55	0,00	285,00	0,00	2.520,00	0,00	125.709,65
2010	84.546,00	10.728,70	49.771,98	214,40	0,00	0,00	0,00	0,00	145.261,08
2011	62.737,00	14.239,34	34.188,76	984,70	0,00	0,00	0,00	0,00	112.149,80

Fonte: Siafi

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				103,71
2009				126,09
2010				577,00
2011	Meta:	100,00	Realizado:	102,68
Análise:				
Resultado final ficou dentro do planejado, considerando a pequena variação de 2,68% a maior.				
Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				

Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				99,86
2008				75,58
2009				98,98
2010				83,01
2011	Meta:	100,00	Realizado:	74,77
Análise:				
Resultado obtido face a redução dos estoque e a melhor coordenação das operações. Também, durante a execução das operações de venda e remoção buscou-se dar prioridade para retirada de produto em armazéns com localização geográfica mais distante e/ou com pequenos estoques, objetivando redução da quantidade de equipes de fiscalização em campo e redução nas distâncias dos roteiros, economizando combustível, diárias dos empregados e diárias de locação de veículos.				
Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,17
2008				0,71
2009				0,00
2010				0,08
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,21
Análise:				
O contrato de depósito prevê o pagamento de sobretaxa para cobertura de qualquer perda de armazenagem, motivo que leva a não estabelecer meta para perda de armazenagem nos estoque mantido em armazéns de terceiros. Mesmo assim, foram emitidas 29 TVNs envolvendo 15 armazenadores para um montante de 14.868 toneladas de produto. Dos vários processos de cobrança autuados, apenas 6 ainda estão em andamento, sendo que os demais, equivalente a				

10.256 toneladas, já foram devidamente recuperados.

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados

Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários

Tipo: Efetividade

Unidade de Medida: %

Meta: 0,00%

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$

Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)

Fonte: X e Y = Gefis/Sufis

Base Geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Anual

Responsável: Gerente da Gefis

Resultados:

2007				0,43
2008				0,24
2009				0,00
2010				0,10
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,45

Análise:

Emissão de TVN com identificação de Desvio de produto para quatro armazenadores, totalizando 31.733 toneladas de produto milho em grãos. Deste total, 4.128 toneladas já foram devidamente contabilizados como recuperados e 4.844 toneladas foram pagos em espécie e ainda não haviam sido contabilizados. O saldo de 21.896 toneladas está em processo de cobrança.

Busca-se a meta de perda zero, adotando-se medidas para melhoria das fiscalizações e da análise dos armazenadores contratados, fato que está ocorrendo a medida que se implementa a obrigatoriedade de oferta de garantia real nos novos contratos de depósito e a manutenção de registro de ocorrências dos armazéns.

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados

Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil

Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados

Tipo: Efetividade

Unidade de Medida: %

Meta: 0,00%

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$

Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)

Fonte: X e Y = Gefis/Sufis

Base Geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Anual

Responsável: Gerente da Gefis

Resultados:

2007				0,03
2008				0,08
2009				0,00
2010				0,02
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: Resultado dentro da meta				
Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,03
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,03
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: Resultado dentro da meta				
Nome: Custo por Fiscalização realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				

2007				-
2008				168,95
2009				111,79
2010				125,88
2011	Meta:	125,88	Realizado:	195,04
Análise:				
Resultado abaixo da meta estabelecida considerando os os valores realizados no exercício anterior. Devido aos reajustes das diárias de locação de veículos, diárias dos empregados e custos de combustíveis, a meta não foi alcançada, apesar da medidas adotada para otimização das rotas. O custo de combustível tem peso significativo na composição final, tendo em conta as distâncias que se percorre face a grande extensão territorial do Estado de Mato Grosso.				

12.1.2.3 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

Quadro 061 – Metas e execução Ação (2829)

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	1.449.869,90	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	1.449.869,90	3,72
Despesas Correntes	5.000.000,00	233.000,00	4,66
Despesas de Capital	34.000.000,00	1.216.869,90	3,58
Execução Orçamentária	503.777,46	43.699,12	8,67
Despesas Correntes	250.594,84	43.699,12	17,44
Despesas de Capital	253.182,62	-	0,00
Índice	1,29	3,01	-
Meta Física – unidade modernizada	70	5	7,14
Execução Física	57	5	8,77
Índice	81,43	100,00	-

Fonte: Supor e Siafi

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Geran e Y = Sunor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geran				
Resultados:				
2007				200.00
2008				60.00
2009				100.00
2010				166.67
2011	Meta:	100.00	Realizado	100.00
Análise:				
Se considerado a realização dos processos aprovados a meta foi alcançada, porém, a grande maioria dos processos necessários para efetiva Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria não foi aprovada.				
Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Sunor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geran				
Resultados:				
2007				96.86
2008				87.87
2009				98.61
2010				99.67
2011	Meta:	100.00	Realizado	3.01
Análise: Devido a restrição orçamentária, muitos dos processos não foram aprovados, o que resultou no baixo índice de desempenho para a Ação.				

12.1.2.4 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

Quadro 062 – Metas e execução Ação (4702)

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Controle: SIAFI – PTRES 001.692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	5.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	5.000,00	1,00
Execução Orçamentária	60.970,43	2.778,47	4,56
Índice	12,19	55,57	-
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	-	0,00
Execução Física	1.889	45	2,38
Índice	41,98	-	-

Devido a contenção de gastos de diárias e despesas de viagem, procurou-se realizar os atendimentos para novos cadastramento, sempre que possível, utilizando-se os empregados que estivessem em campo nas operações de fiscalização. Com esta medida, as despesas de cadastramento/recadastramento de 45 unidades armazenadoras referente a novos cadastros de unidades armazenadoras ou solicitações de revisões e alterações nas capacidades estáticas dos armazéns, ficou reduzida R\$2.778,47 durante todo o exercício.

No âmbito da Sureg-MT, não foi estabelecido meta física, ficando limitado novos cadastramentos às demandas que pudessem ocorrer durante o exercício.

Quadro 063 - Demonstrativo de Despesas - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras 2009					
Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	6.860,00	1.615,96	4.477,98	-	12.953,94
2008	3.000,00	3.033,71	1.143,45	59,24	7.236,40
2009	35.878,00	13.816,15	10.001,80	457,50	60.153,45
2010	14.390,00	6.016,20	4.837,92	70,00	25.314,12
2011	1.692,00	1.086,47	-	-	2.778,47

Fonte: SIAFI

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				22,90
2008				-
2009				123,45
2010				-
2011	Meta:	-	Realizado	45 unidades
Análise: Não havia planejamento para operações de cadastramento de armazéns. As ocorrências pontuais foram realizadas de acordo com a demanda recebida.				
Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				99,65
2008				90,46
2009				50,13

2010				90,41
2011	Meta:	100,00	Realizado	55,57
Análise: Os cadastramentos realizados foram executados, em sua maioria, por técnicos que estavam em campo para realização de outras atividades, tais com, remoção e fiscalização. Desta forma, buscou-se redução nas despesas de cadastramento e vistorias.				
Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				56,57
2008				50,25
2009				23,71
2010				105,92
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	61,74
Análise: Os cadastramentos realizados foram executados, em sua maioria, por técnicos que estavam em campo para realização de outras atividades, tais com, remoção e fiscalização. Desta forma, obteve-se um significativa redução nos custos por unidade cadastrada, chegando a 42% de redução em relação ao custo do exercício anterior.				

12.1.2.5 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e

consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI

Quadro 064 – Metas e execução Ação (8579)

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	315.000,00	5.000,00	1,59
Execução Orçamentária	294.066,15	4.099,25	
Índice	93,35	81,99	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	0,00
Execução Física	7.845	-	
Índice	98,06	-	

Fonte: Supor e Siafi

Para o desenvolvimento da Ação, foi programado coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a criação de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados.

Para elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres previstas na meta física da Conab Matriz, técnicos da Sureg-MT participaram de levantamentos e pesquisas de levantamento de custo de máquinas/insumos e de produção de aves e suínos, gerando custos que somaram R\$4.099,25, informações estas que foram repassadas a área de coordenação da Ação na Matriz.

Quadro 065 - Demonstrativo de Despesas - Geração e Difusão de Informações da Agro. e do Abastecimento Agroalimentar

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	675,00	223,50	485,00	-	-	1.383,50
2009	3.117,00	796,92	1.224,00	-	-	5.137,92
2010	4.794,00	1.912,14	3.972,70	-	-	10.678,84
2011	2.684,50	450,67	964,08	-	-	4.099,25

Fonte: Siafi

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agroeconômicas				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Geopor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				19.08
2009				85.63
2010				53.39
2011	Meta:	100.00	Realizado	81.99
Análise: A participação da Sureg-MT nesta Ação é bastante reduzida. Não há meta física estabelecida e a dotação orçamentária é atribuída de acordo com a eventual realização da operação que tenha a participação de empregados da regional.				

12.1.2.6 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados e seus dependentes condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD

Quadro 066 – Metas e execução Ação (2004)

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Controle: SIAFI – PTRES 024581 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	714.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	714.000,00	2,90
Execução Orçamentária	24.534.231,29	707.836,47	2,89
Índice	99,71	99,14	-
Meta Física	14.849	460	3,10
Execução Física	14.880	477	3,21
Índice	100,21	103,70	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da CONAB e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2011+Créditos Suplementares dotação orçamentária de R\$24.605.292,00 e para a Sureg-MT foi descentralizado crédito de R\$ 714.000,000. Durante o exercício de 2011 foram gastos R\$707.836,47 , perfazendo 99,1% da meta financeira.

No acumulado de 2011, a média mensal de beneficiários foi de 477, isto é, 3,7% acima da meta física de 460 beneficiários.

A distribuição das despesas ocorreram conforme detalhamento seguinte.

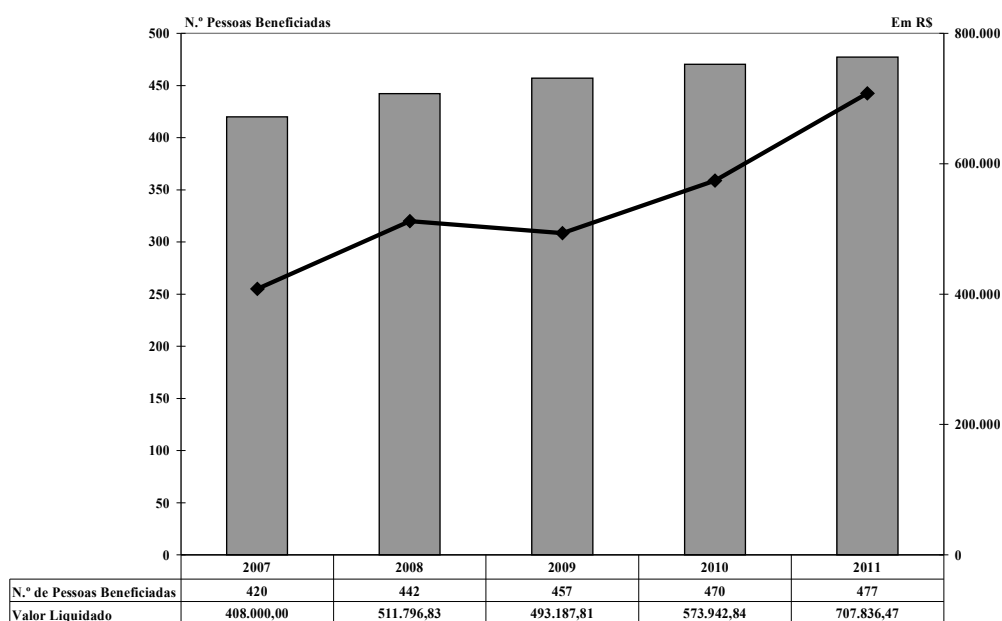
Quadro 067 - Demonstrativo de Despesas - Assistência Médica e Odontológica

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	103.092,72	258.487,52	27.272,19	18.624,88	407.477,31
2008	10.200,00	96.307,93	367.030,99	38.257,91	-	511.796,83
2009	6.124,00	90.877,44	365.367,95	30.643,42	175,00	493.187,81
2010	-	75.882,47	468.221,82	28.368,55	1.470,00	573.942,84
2011	3.632,00	142.569,86	522.248,37	39.386,24	-	707.836,47

Fonte: Siafi

Em relação ao exercício anterior, a execução física de atendimentos teve uma variação de apenas 1,49%, enquanto que para os gastos por atendimento, houve uma aumento de 23,3% .

Gráfico XIV - Demonstrativo comparativo de execução 2007/2011 Assistência Médica e Odontológica



Fonte: Siafi, Supor e Gesas

O Serviço de Assistência a Saúde (SAS) da Conab dá a garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios e caracteriza-se pela auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível/faixa salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), definida em Acordo Coletivo de Trabalho.

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orcamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $I(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				65.42
2008				64.15
2009				99.35
2010				102.17
2011	Meta:	100.00	Realizado	103.70
Análise:				
Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orcamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $I(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99.87
2008				99.96
2009				99.84
2010				93.78
2011	Meta:	100.00	Realizado	99.14

Análise:				
Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				970.18
2008				1.157.91
2009				1.079.19
2010				1221.15
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	1.483.93
Análise:				

12.1.2.7 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD

Quadro 068 – Metas e execução Ação (20CW)

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos			
Controle: SIAFI – PTRES 030856 – Programa de Trabalho 20.301.0352.20CW.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	-	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	754.740,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	753.997,08	-	0,00
Índice	99,90	0,00	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	125	2,98
Execução Física	2.488	85	3,42
Índice	59,34	68,00	-

Fonte: Geare e Gebem

Quadro 069 - Demonstrativo de Despesas - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Sureg-MT				
Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
Exercício	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2.010	1.280,41	22.673,38	1.546,95	25.500,74
2.011	-	-	-	0.00

Fonte: SIAFI

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Atendimento no Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)
Tipo: Eficácia
Unidade de Medida: %
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos

Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				88.75
2011	Meta:	100.00	Realizado	68.00
Análise: A convocação para realização dos exames periódicos foi realizada para atender a todos os empregados, porém muitos não entregarão os comprovantes de realização por motivos de viagens a serviço, licenças, férias e até por impossibilidade de concluírem os exames por falta de médicos e laboratórios conveniados na região onde estão lotados				
Nome: Percentual de Execução Financeira Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $I(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				99.61
2011	Meta:	100.00	Realizado	-
Análise: A dotação orçamentária leva em consideração o número de empregados lotados na Sureg. A Sureg/MT não dispõe de serviço médico/laboratorial para a realização dos exames periódicos, utilizando para o cumprimento os prestadores credenciados ao Serviço de Assistência à Saúde.				

12.1.2.8 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares,

servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

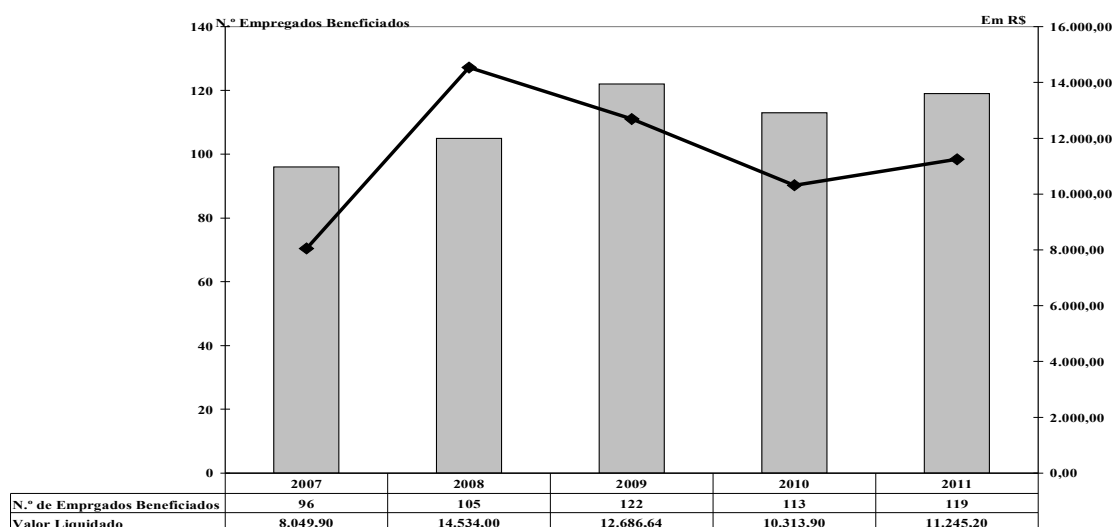
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD

Quadro 070 – Metas e execução Ação (2011)

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 001.685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	12.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	12.000,00	0,16
Execução Orçamentária	7.352.073,59	180.647,88	2,46
Valor Liquidado na Sureg-MT	0,00	11.245,20	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	169.402,68	93,78
Índice	98,8	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	97	2,96
Execução Física	4.286	119	2,78
Índice	130,59	122,68	

A Sureg MT teve como meta física atender uma média de 97 beneficiários/mês durante o ano de 2011, tendo beneficiado 119, ultrapassando a meta prevista em 22,68%. As despesas lançadas pela Regional nessa Ação foram de R\$180.647,88, sendo R\$11.245,20 em Vale-Transporte /crédito em cartão magnético e R\$169.402,68 executado pela Matriz.

Gráfico XV - Comparativo de execução 2007/2011 – Auxílio-Transporte



Fonte: Siafi e Gebem

A execução orçamentária desta Ação é realizada da seguinte forma:

- a) pela Matriz, por meio da folha de pagamentos, para aqueles empregados que optaram pelo recebimento do benefício em pecúnia; e
- b) pela Sureg-MT, quando a opção for pelo recebimento em créditos em cartão magnético ou vale-transportes.

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $I(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Sunor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				89.72
2008				99.06
2009				122.00
2010				98.26
2011	Meta:	100	Realizado	122.68
Análise: A quantidade prevista foi superada devido aos deslocamentos para a realização dos exames médicos periódicos, mediante apresentação de requerimento comprobatório, conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho.				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $I(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Sunor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				80.50
2008				96.89

2009				90.62
2010				93.76
2011	Meta:	100	Realizado	93.71
Análise:				
Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				83.85
2008				138.42
2009				103.99
2010				91.27
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	94.50
Análise:				

12.1.2.9 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD

Quadro 071 – Metas e execução Ação (2012)

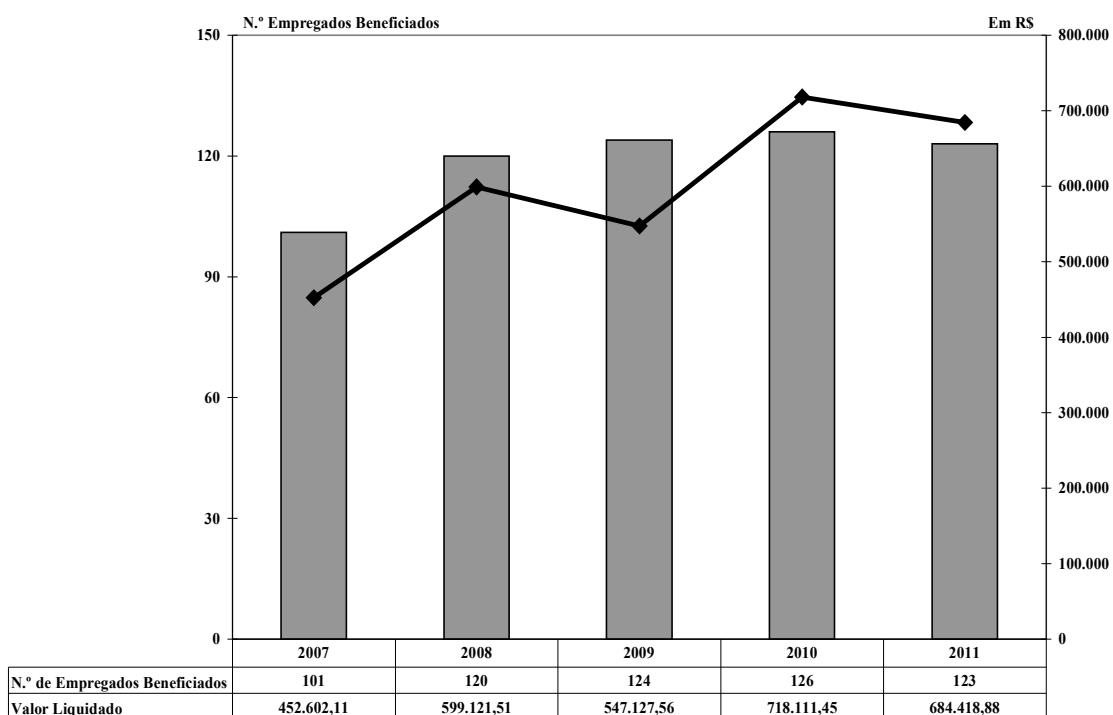
(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 001.684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	715.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	715.000,00	3,21
Execução Orçamentária	21.662.047,14	684.418,88	3,16
Índice	97,37	95,72	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	122	2,91
Execução Física	4.334	123	2,84
Índice	103,36	100,82	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A dotação aprovada na LOA/2011+Suplementação/Cancelamentos foi de R\$22.246.764,00, dos quais foram gastos R\$21.662.047,14, perfazendo 97,37% do previsto.

A Sureg-MT previa o atendimento a 122 empregados/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$20,00/dia (Acordo Coletivo biênio 2009/2011, vigente de 1/09/2009 até 31/10/2011, e beneficiou 123 (0,82% acima da meta). Com relação à meta financeira, a Regional previa uma dotação orçamentária de R\$715.000,00 e executou R\$684.418,88 (95,72%), o que equivale a 3,16% da execução orçamentária nacional.

Gráfico XVI - Comparativo de execução 2007/2011 – Auxílio-Alimentação



Fonte: Siafi, Supor e Gesas

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orcamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $I(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gebor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				94.39
2008				104.35
2009				103.33
2010				109.57
2011	Meta:	100.00	Realizado	100.82
Análise: Resultado dentro da previsão				
Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orcamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $I(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gebor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99.91
2008				98.22
2009				99.93
2010				92.54
2011	Meta:	100.00	Realizado	95.72
Análise: Resultado dentro da previsão				
Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				

Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gehem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gehem				
Resultados:				
2007				4.481.21
2008				4.992.68
2009				4.412.32
2010				5.699.30
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.564.38
Análise: Resultado dentro da previsão				

12.1.2.10 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – DIFIN

Quadro 072 – Metas e execução Ação (2272)

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	6.475.000,00	1,33
Pessoal	391.071.326,00	3.130.000,00	0,80
Custeio	77.070.000,00	3.340.000,00	4,33
Investimentos	20.275.000,00	5.000,00	0,02
Execução Orçamentária	461.250.028,94	6.395.418,88	1,39
Pessoal	387.327.794,86	3.124.794,22	0,81
Custeio	73.477.389,40	3.267.924,66	4,45
Investimentos	444.844,68	2.700,00	0,61
Índice	94,44	98,77	-

Fonte: Supor e Siafi

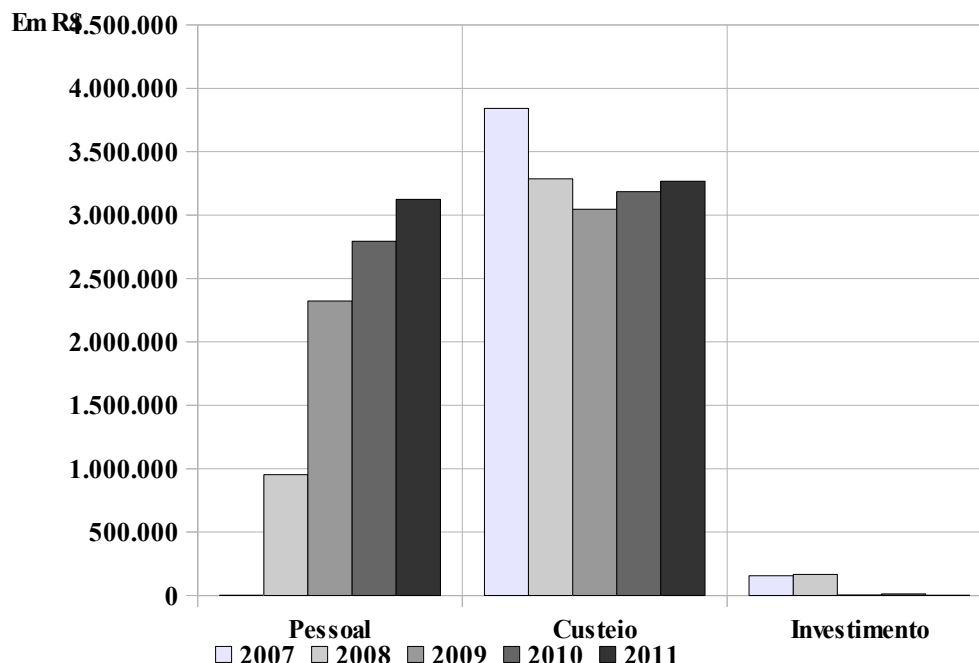
Quadro 073 - Demonstrativo Despesas - Gestão e Administração do Programa

Discriminação	MT				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	1.582,78	952.912,98	2.321.999,01	2.793.041,16	3.124.794,22
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	3.718,50	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	119.097,42	416.430,48	451.560,62	491.204,84
Obrigações patronais	0,00	830.193,19	1.905.568,53	2.326.662,21	2.632.519,24
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	1.582,78	3.622,37	0,00	11.099,83	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,14
Custeio	3.841.700,99	3.286.101,08	3.046.254,31	3.184.159,70	3.267.924,66
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	116.688,00	137.022,50	162.392,00	257.462,50	171.356,15
Material de consumo	704.948,75	398.219,65	310.528,79	271.351,43	0,00
Passagens e Despesas com locomoção	61.779,85	85.618,81	156.133,50	188.128,32	37.448,09
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	129.702,69	136.625,95	114.761,92	114.246,56	118.026,94
Locação de mão-de-obra	542.840,32	536.134,76	525.020,21	624.381,74	792.076,95
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.990.927,39	1.760.364,04	1.565.733,70	0,00	1.929.820,46
Obrigações tributárias e contributivas	204.253,32	0,00	0,00	145.818,78	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	90.560,67	92.219,43	67.158,71	32.700,43	29.404,40
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	1.550.069,94	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	139.895,94	144.525,48	0,00	188.591,67
Investimentos	155.197,51	166.456,96	3.882,43	13.219,95	2.700,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	155.197,51	166.456,96	3.882,43	13.219,95	2.700,00
Total	3.998.481,28	4.405.471,02	5.372.135,75	5.990.420,81	6.395.418,88

Fonte: Siafi

A meta prevista para a Sureg-MT era de R\$6.475.000,00, sendo liquidado no período R\$6.395.418,88, representando 98,77% da dotação e 1,39% do gasto total da Companhia.

Gráfico XVII – Comparativo de Despesas do GAP- execução 2009/2011



1 - Despesas Correntes e Investimentos

As principais despesas relativas a esta Ação, no âmbito da área administrativa, foram realizadas por meio de pregão eletrônico e cotação eletrônica, dando maior transparência às operações.

Durante o exercício de 2011, ocorreram os seguintes procedimentos:

a) Processos Licitatórios

No exercício de 2011, foram concretizados apenas 04 procedimentos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico, conforme registrados nos Processos a seguir especificados.

Este número reduzido de processos licitatórios foi devido a limitação de empenho para as despesas de custeio, determinadas pela Companhia através da Resolução nº 003, de 05/04/2011, para cumprimento as restrições orçamentárias impostas pelos Decretos 7.445 e 7446, de 1º de março de 2011.

Quadro 074 - Demonstrativo de Pregões Eletrônicos realizados no exercício de 2011

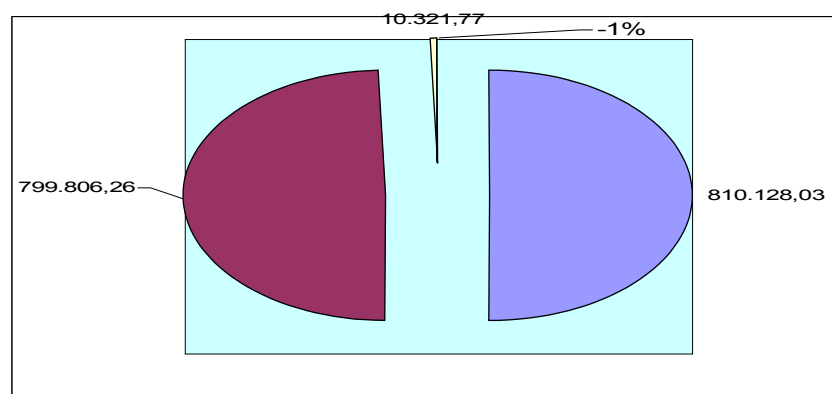
Nº	OBJETO	PROCESSO	Vlr de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia (R\$)	Economia %
001/2011	Contratação dos serviços de braçagem	21212.000458/2011-12	696.944,28	690.545,54	6.398,74	-1,00%
003/2011	Contração empresa Forn. Combustíveis UA/ROO	21212.000462/2011-72	10.846,75	10.029,17	817,58	-8,00%
004/2011	Contratação empresa Forn. Combustíveis SEDE	21212.000422/2011-21	26.337,00	23.487,12	2.849,88	-11,00%
006/2011	Aquisição de Equip. Trator e Roçadeira UA/ROO	21212.000683/2011-41	76.000,00	75.744,43	255,57	0,00%
TOTAL			810.128,03	799.806,26	10.321,77	-1,00%

Fonte: GEFAD/SETAD

Os resultados dos pregões não demonstram a mesma economia verificada em exercícios anteriores para a aquisição/contratação de serviços e produtos, pois o valor de referência de R\$810.128,03 foi determinado pelo menor custo obtido em pesquisa de mercado e no resultado do pregão (valor contratado) não foi possível uma redução a exemplo dos anos anteriores, que era utilizado o custo médio das propostas apresentadas na pesquisa de preços, reduzindo portanto, em 2011, o percentual de economia para menos de 1%.

No entanto, não podemos classificar este desempenho como negativo, pois como já mencionado o valor inicial dos lances esteve mais próximo do valor de mercado, logo o custo dos bens/serviços mantiveram a mesma exequibilidade verificada em períodos anteriores, caso contrário, não haveria um resultado positivo na fase contratual.

Gráfico XVIII – Economia de Licitações - Valor de referência X Valor contratado



b) Cotação Eletrônica

Durante o exercício de 2011, foram realizadas 16 cotações eletrônicas para aquisição de produtos e/ou bens visando o atendimento das necessidades pontuais na Sede da Regional e Unidades Armazenadoras.

Estas despesas, consideradas de pequeno porte, são realizadas mediante cotações eletrônicas, as quais além de proporcionar um custo de processamento menor do que nos certames licitações, existe a mesma transparência do pregão eletrônico, com possibilidade de maior disputa, pois também é utilizado o ambiente “on line” do COMPRASNET.

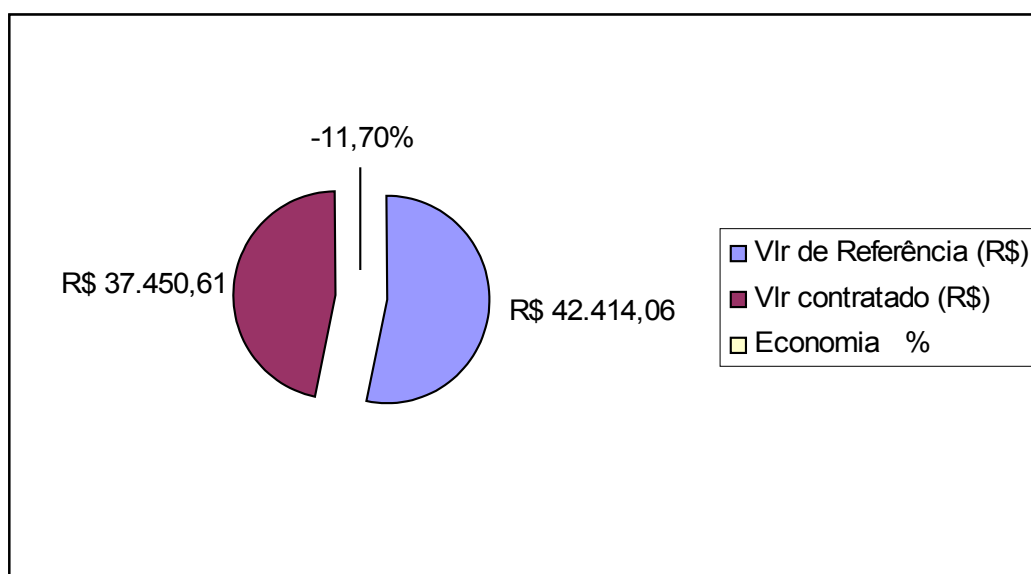
Entre o valor de referência (R\$42.414,06) e o valor contratado (R\$37.450,61) verificou-se uma economia de 11,70%, com um número médio de participantes nas cotações eletrônicas superior ao verificado nos pregões eletrônicos, isto ocorreu em razão deste último envolver maior complexidade em seu objeto, além de maior exigência habilitatória.

Portanto, nas aquisições em que há possibilidade de dispensar a licitação (art. 24, Inciso II, lei 8.666/93) o Gestor deve continuar observando o princípio da economicidade, seja pela redução nas despesas de processamento, seja pela possibilidade de obter um maior número de concorrentes (maior disputa).

Quadro 075 - Demonstrativo de Cotações Eletrônicas realizadas no exercício de 2011

Nº	Nº PROCESSO	OBJETO	VALOR REF.	VLR CONT.	ECONOMIA
001/2011	21.212.000098/2011-41	Aquisição de papel sulfite A-4 75 gramas	R\$ 1.888,00	R\$ 1.440,00	-23,73%
002/2011	21.212.000023/2011-60	Aquisição de herbicida líquido para as UA's	R\$ 1.360,00	R\$ 1.292,00	-5,00%
003/2011	21.212.000114/2011-03	Aquisição de embalagens plásticas p/ cestas básicas	R\$ 1.755,00	R\$ 1.449,00	-17,44%
004/2011	21.212.000116/2011-94	Aquisição de açúcar e café p/ consumo sede	R\$ 3.210,00	R\$ 3.204,00	-0,19%
005/2011	21.212.000115/2011-40	Aquisição de copo descartável de água e café.	R\$ 1.910,00	R\$ 1.660,00	-13,09%
006/2011	21.212.003320/2011-03	Aquisição de água mineral e gás de cozinha	R\$ 3.480,00	R\$ 3.442,50	-1,08%
008/2011	21.212.000098/2011-41	Aquisição de 840 caixas de papel sulfite c/ 10 resmas	R\$ 9.408,00	R\$ 7.750,00	-17,62%
009/2011	CI Nº 072/2011	Aquisição de 4 rolos de arames farpados	R\$ 766,00	R\$ 699,99	-8,62%
011/2011	21.212.000044/2011-13	Aquisição de 4 pneus p/ Renault Clio	R\$ 853,44	R\$ 760,00	-10,95%
013/2011	21.212.000481/2011-07	Aquisição de materiais elétricos p/ Rondonópolis	R\$ 1.469,46	R\$ 1.203,35	-18,11%
014/2011	21.212.000528/2011-24	Aquisição de amortecedores Siena	R\$ 505,30	R\$ 440,97	-12,73%
015/2011	21.212.000813/2011-64	Aquisição de peças p/ reforma de tatu carregador.	R\$ 7.162,86	R\$ 6.595,92	-7,91%
017/2011	21.212.000739/2011-67	Aquisição de 4 pneus p/ o veículo Siena/UA Rondonópolis	R\$ 760,00	R\$ 760,00	0,00%
018/2011	21.212.000912/2011-2	Aquisição de 7 Nobreaks p/ uso na sede	R\$ 3.500,00	R\$ 2.700,00	-22,86%
019/2011	21.212.001104/2011-87	Aquisição de 4 pneus.	R\$ 1.996,00	R\$ 1.767,88	-11,43%
022/2011	21.212.000769/2011-73	Aquisição de 1 ar condicionado p/ UA Rondonópolis	R\$ 2.390,00	R\$ 2.285,00	-4,39%
VALOR TOTAL			R\$ 42.414,06	R\$ 37.450,61	-11,70%

Gráfico XIX – Economia de Cotação Eletrônica (valor de referência X valor contratado)



c) Contratos Administrativos

No quadro seguinte estão relacionados os contratos administrativos vigentes durante o exercício de 2011.

Quadro 076 - Demonstrativo de Contratos Administrativos vigentes no exercício de 2011

razão social	processo administrativo	nº do contrato/ano	nº da licitação/ano	base legal	objeto do contrato	vigência do contrato (início e término)	T. ADITIVO	VLR Mensal (R\$)
F. rocha & cia	21.212.691/2007-19	001/2008	001/2008	pregão eletrônico	locação de equip. reprográficos	14/01/2008 a 13/01/2009	14.01.2011 a 13.01.2012	2.400,00
fortesul -serv.esp.de vigilância e segurança	21212-359/2006	002/2007	0001/2007	pregão eletrônico	vigilância	01.03.2007 a 29.02.2008	03.03.2011 a 29.0.2012	62.230,35
mega business	21.212.0036/2010	002/2010	001/2010	pregão eletrônico	braçagem	16.08.2010 a 15.08.2011		26.416,66
castilho advogado associados	21.212.798/2007-59	007/2008	001/2008	concorrência	prestação de serviços advocatício	30.12.2008 a 29.12.2009	30.12.2010 a 29.12.2011	22.819,38
marmeleiro auto posto ltda	21.212.036/2010-58	004/2010	008/2010	pregão eletrônico	combustível e lubrificante	17.09.2010 a 16.09.2011		1.653,98
castoldi auto posto 10 Ltda	21.212.379/2010-12	005/2010	008/2010	pregão eletrônico	combustível e lubrificante	17/09/2010 a 16/10/2011		2.000,00
sul américa prest. de serviços ltda	21.212.253/2008-23	005/2008	008/2008	pregão eletrônico	limpeza e conservação	17.11.2008 a 16.11.2009	17.11.2010 a 16.11.2011	3.209,70
summer turismo e viagens ltda	21.2120092/2010-92	0001/2011	0003/2010	pregão eletrônico	aquisição de passagens aéreas	24.01.2011 a 23.01.2012		3.400,00
eliseu shuring e outros	21.212.109/2008-97	004/2008	dispensa	dispensa	locação de 02 imóveis	04.07.2008 a 03.07.2009	04.07.2010 a 03.07.2011	8.856,48
cunha , queiroz & garafalo ltda	21.212.00783/2010-96	004/2011	0009/2010	pregão eletrônico	locação de veiculo 1.6	23.03.2011 a 22.03.2012		7.945,80
Dylan Auto Peças e Locadora Ltda	21.212.00783/2010-96	002/2011	0009/2010	pregão eletrônico	locação de veiculos 1.0	23.03.2011 a 22.03.2012		16.136,50
polo ar condicionado serviços e refrigeração ltda	21.212.93/2010-37	001/2010	005/2010	pregão eletrônico	manutenção ar condicionado	15.06.2010 a 14.06.2011	15.06.2011 a 15.06.2012	1.199,99
cunha , queiroz & garafalo ltda	21.212.00783/2010-96	003/2011	009/2010	pregão eletrônico	locação de veiculo camionete 4x4	23.03.2011 a 22.03.2012		1.416,65
Braulio Alvarenga Naya – ME	21.212.000229/2009-75	006/2010		concorrência	Pavimentação asfáltica UA/Roo/MT	18.03.2011 a 14.11.2011		543.335,96
Secretaria de Estado de MT	12-098/2004		Cessão uso	Cessão Uso	Cessão de imóvel	01/12/2004 a 30/11/2024		0,00

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				40,43
2008				42,81
2009				51,34
2011				97,46
2010	Meta:	100,00	Realizado	98,77
Análise: Resultado dentro da meta				

12.1.2.11 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI

Quadro 077 – Metas e execução Ação (4711)

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	50.000,00	5,00
Execução Orçamentária	794.110,27	42.406,85	5,34
Índice	79,41	84,81	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	11	91,67
Execução Física	12	11	91,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Em 2011, a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1,0 milhão. Na Sureg-MT, da dotação orçamentária de R\$50.000,00 foram liquidados R\$42.406,85.

A meta física global aprovada na LOA/2011 previa a realização de doze pesquisas de campo (nacional), realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras, procedidos de levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc.

Quadro 078 - Demonstrativo de Despesas - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Exercício	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp c/ Locomoção	Outro Servs Terceiros – Pessoa Jurídica	Total
2007	6.545,00	1.666,48	17.085,97		25.297,45
2008	10.650,00	4.881,04	12.700,92	-	28.231,96
2009	18.671,00	7.927,13	22.493,08	75,00	49.166,21
2010	22.184,00	8.825,22	18.024,68	90,00	49.123,90
2011	19.176,00	8.314,23	14.820,62	96,00	42.406,85

Fonte: Siafi

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				150,00
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: Dentro da meta – sem observações				
Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				

Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				97,30
2008				65,16
2009				70,24
2010				98,50
2011	Meta:	100,00	Realizado	84,81
Análise:				

12.1.2.12 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria Administrativa – DIRAD

Quadro 079 – Metas e execução Ação (4572)

(4572)Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
Controle: SIAFI – PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	2,35
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	2.632,13	0,71
Índice	24,35	7,31	
Meta Física	4.300	35	0,81
Execução Física	3.165	22	0,70
Índice	73,60	62,86	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A dotação orçamentária para a Companhia nesta Ação aprovada na LOA/2011 foi de R\$1.530.000,00 e a meta física previa o treinamento de 4.300 empregados. Durante o exercício foram treinados 3.165 empregados, 73,6% da meta, ao custo total de R\$372.576,40, representando 24,35% da previsão orçamentária.

Quadro 080 - Demonstrativo comparativo de execução 2010/2011 - Capacitação de Servidores

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	161	35	-78,26	40.000,00	36.000,00	-10,00
Execução	71	22	-69,01	35.220,04	2.632,13	-92,53
Percentual de Execução	44,1	62,86	-	88,05	7,31	-
Gasto per capita (R\$)				496,06	119,64	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

As despesas financeiras com a referida Ação apresentaram os gastos em Diárias e Passagens, referentes à participação de empregados em treinamentos. A participação da Sureg-MT em relação a despesa total da Conab nesta Ação, foi de 0,71%.

Quadro 081 - Demonstrativo das Despesas Treinamentos Realizadas Exercícios 2007 a 2011

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas		Indenizações e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	19.872,50	444,34	10.774,22	90,00	3.668,80	-	3.213,00	38.062,86
2008	21.392,50	763,12	4.402,67	-	14.013,50	-	-	40.571,79
2009	6.090,00	-	1.615,64	300,00	21.036,54	-	-	29.042,18
2010	18.120,00	-	5.722,34	-	11.377,70	-	-	35.220,04
2011	2.025,00	-	607,13	-	-	-	-	2.632,13

Fonte: Siafi

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecan e Y=Supor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecan				
Resultados:				
2007				72.22
2008				43.10
2009				190.91
2010				44.10
2011	Meta:	100.00	Realizado	62.86
Análise: Meta não alcançada devido a contenção de despesas correntes, principalmente para pagamento de diárias e despesas de viagens				
Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y=Supor/Genor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecan				
Resultados:				
2007				97.60
2008				90.16
2009				96.81
2010				88.05
2011	Meta:	100.00	Realizado	7.31
Análise: Meta não alcançada devido a contenção de despesas correntes, principalmente para pagamento de diárias e despesas de viagens				
Nome: Custo por Empregado Capacitado				

Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecan				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecan				
Resultados:				
2007				585.58
2008				316.97
2009				276.59
2010				496.06
2011	Meta:	496.06	Realizado	119.64

12.1.2.13 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE

Quadro 082 – Metas e execução Ação (0022)

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	280.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	280.000,00	1,50
Execução Orçamentária	17.353.314,98	251.293,18	1,45
Índice	92,99	89,75	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Na LOA/2011 foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$14.000.000,00 e suplementação de R\$4.661.376,00.

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-MT era de R\$280.000,00, sendo liquidados no exercício R\$251.293,18 (89,75%).

Quadro 083 - Demonstrativo de Despesas - Cumprimento de Sentenças Judiciais

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes			
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	
2007	55.018,56	209.111,79	-		-	264.130,35
2008	5.112,63	559.291,16	-		-	564.403,79
2009	40.355,16	2.843,76	-		-	43.198,92
2010	107.361,63	15.374,98	-		2.238,32	124.974,93
2011	239.696,15	1.359,39	0,00	204,00	10.033,64	251.293,18

Fonte: Siafi Gerencial

INDICADORES DE DESEMPENHO DEFINIDOS PELA MATRIZ

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da SUMAJ				
Resultados:				
2007				97,83
2008				86,83
2009				77,19
2010				99,19
2011	Meta:	100,00	Realizado	89,75

12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

12.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 084 - Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2010

RP PROCESSADOS 2010				
UG	INSCRITO 29.521.01.01	PAGO 29.521.02.01	CANCELADO	A PAGAR 29.521.01.01
135209	62.257,29	62.257,29	0,00	0,00
135214	0,00	0,00	0,00	0,00
135215	8.442,10	7.842,10	0,00	600,00
135216	8.847,63	784.763,00	0,00	1.000,00
135218	18.440,98	18.431,07	0,00	9,91
135224	11.715,03	11.715,03	0,00	0,00
135446	11.815,98	11.071,75	0,00	744,23
135043	594.126,13	594.126,13	0,00	0,00
135210	106.808,73	106.808,73	0,00	0,00
135211	9.012.169,97	9.001.107,14	618,00	11.680,83
135539	689.627,71	689.627,71	0,00	0,00
TOTAL	10.524.251,55	11.287.749,95	618,00	14.034,97

Fonte: Gefad/Secof

Quadro 085 - Demonstrativo de Restos a Pagar Inscritos no SIAFI – ano 2011

RP PROCESSADOS 2011					RP NÃO PROCESSADOS 2011			
UG	INSCRITO 29.521.01.01	PAGO 29.521.02.01	CANCELADO 19.524.0100	A PAGAR 29.521.01.01	INSCRITO 29.511.0100	PAGO 29.511.0300	CANCELADO 19.514.0200	A PAGAR 29.511.0100 29.511.0200
135209	18.796,13	18.796,13	0,00	0,00	180.786,50	136.441,83	44.344,67	0,00
135214	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135215	6.020,27	5.420,27	600,00	0,00	23.822,17	21.873,44	1.948,73	0,00
135216	11.812,59	10.812,59	1.000,00	0,00	2.444.379,19	1.632.477,46	5.891,73	806.010,00
135218	7.166,27	7.166,27	0,00	0,00	60.727,10	56.832,13	3.894,97	0,00
135224	89.056,42	89.056,42	0,00	0,00	55.400,49	52.113,07	2.967,42	320,00
135446	66.799,64	66.055,41	744,23	0,00	24.884,11	23.700,57	1.183,54	0,00
135043	1.693.716,56	1.133.036,20	0,00	560.680,36	11.895.921,06	7.322.673,52	4.548.761,91	24.485,63
135210	764,46	764,46	0,00	0,00	5.239,79	5.239,79	0,00	0,00
135211	365.515,59	272.696,13	18.258,01	74.561,45	4.683.305,39	1.927.564,20	2.755.741,19	0,00
135539	82.288,71	82.288,71	0,00	0,00	542.434,47	378.488,12	163.946,35	0,00
TOTAL	2.341.936,64	1.686.092,59	20.602,24	635.241,81	19.916.900,27	11.557.404,13	7.528.680,51	830.815,63

Fonte: Gefad/Secof

12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Exercício

As transferências de recursos orçamentários/financeiros foram recebidos e executados na Sureg por meio de descentralização orçamentária/financeira da Matriz, para desenvolvimento das ações.

Quadro 086 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Recebida

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebida	135100	135043	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-3.268,96	-3.268,96
		135100	135209	08.244.1049.2792.0001	0,00	-630,48	0,00	0,00	-630,48
		135100	135209	08.605.1049.2802.0001	0,00	-1.109,82	0,00	0,00	-1.109,82
		135100	135209	20.122.0352.2272.0001	3.194.928,83	0,00	0,00	0,00	3.194.928,83
		135100	135209	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.968.544,69	3.500,00	0,00	3.972.044,69
		135100	135209	20.122.0352.2829.0001	0,00	4.496,00	76.500,00	0,00	80.996,00
		135100	135209	20.122.0360.2272.0001	0,00	14.450,53	0,00	0,00	14.450,53
		135100	135209	20.122.1492.2272.0001	0,00	5.906,91	0,00	0,00	5.906,91
		135100	135209	20.125.0352.2137.0001	0,00	122.945,53	0,00	0,00	122.945,53
		135100	135209	20.126.0352.4702.0001	0,00	4.378,47	0,00	0,00	4.378,47
		135100	135209	20.128.0360.4572.0001	0,00	2.632,13	0,00	0,00	2.632,13
		135100	135209	20.301.0352.2004.0001	0,00	737.654,20	0,00	0,00	737.654,20
		135100	135209	20.306.0352.2012.0001	0,00	711.584,18	0,00	0,00	711.584,18
		135100	135209	20.331.0352.2011.0001	0,00	11.245,20	0,00	0,00	11.245,20
		135100	135209	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	88.264.547,51	88.264.547,51
		135100	135209	20.605.0352.8579.0001	0,00	8.588,58	0,00	0,00	8.588,58
		135100	135209	20.605.0360.4711.0001	0,00	50.349,51	0,00	0,00	50.349,51
		135100	135209	28.846.0901.0022.0001	241.055,54	10.237,64	0,00	0,00	251.293,18
		135100	135211	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-262.992,82	-262.992,82
		135100	135215	20.122.0352.2829.0001	0,00	1.034,40	0,00	0,00	1.034,40
		135100	135216	20.122.0352.2272.0001	0,00	-169.508,30	0,00	0,00	-169.508,30
		135100	135216	20.122.0352.2829.0001	0,00	50.430,64	78.134,43	0,00	128.565,07
		135100	135218	20.122.0352.2829.0001	0,00	31.347,52	0,00	0,00	31.347,52
		135347	135209	08.244.1049.2792.0001	0,00	992.151,61	0,00	0,00	992.151,61
		135347	135209	08.605.1049.2802.0001	0,00	363.447,98	0,00	0,00	363.447,98
		135347	135209	21.122.0351.2B83.0001	0,00	9.336,72	0,00	0,00	9.336,72
		135347	135209	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1.031.100,00	1.031.100,00
		135347	135209	08.244.1133.4963.0001	0,00	5.487,60	0,00	0,00	5.487,60
		135347	135209	08.306.1049.2798.0001	0,00	11.367.421,21	0,00	0,00	11.367.421,21
		135347	135210	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,02	0,00	0,00	-0,02
		135347	135539	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,21	0,00	0,00	-0,21
		135461	135216	20.301.0352.2004.0001	0,00	171,65	0,00	0,00	171,65

Fonte: Siafi

Quadro 087 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Enviada

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Enviada	135043	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	2.628.303,66	2.628.303,66
		135209	135100	08.244.1133.4963.0001	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
		135209	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	9.096,09	0,00	0,00	9.096,09
		135209	135100	20.122.0352.2272.0001	70.134,61	0,00	0,00	0,00	70.134,61
		135209	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	352.133,79	800,00	0,00	352.933,79
		135209	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	76.500,00	0,00	76.500,00
		135209	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	566,71	0,00	0,00	566,71
		135209	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	160,98	0,00	0,00	160,98
		135209	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	7.631,54	0,00	0,00	7.631,54
		135209	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
		135209	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	24.580,46	0,00	0,00	24.580,46
		135209	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	4.489,33	0,00	0,00	4.489,33
		135209	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	6.580,12	0,00	0,00	6.580,12
		135210	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	350,70	0,00	0,00	350,70
		135211	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	5.243.241,46	5.243.241,46
		135215	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	961,94	0,00	0,00	961,94
		135216	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	53.488,67	0,00	0,00	53.488,67
		135216	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	9.480,92	105,00	0,00	9.585,92
		135216	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	524,35	0,00	0,00	524,35
		135224	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.396,70	0,00	0,00	2.396,70
		135224	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	10,79	0,00	0,00	10,79
		135446	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.054,71	0,00	0,00	1.054,71
		135539	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	104,74	0,00	0,00	104,74
		135539	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	9.418,62	0,00	0,00	9.418,62
		135539	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	864,00	864,00
		135216	135461	20.301.0352.2004.0001	0,00	171,65	0,00	0,00	171,65
		135209	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	300,18	0,00	0,00	300,18
		135209	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	-554,91	0,00	0,00	-554,91
		135209	135347	21.122.0351.2B83.0001	0,00	298,97	0,00	0,00	298,97
		135539	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	54,85	0,00	0,00	54,85
		135539	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	308,20	0,00	0,00	308,20

Fonte: Siafi

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Quanto à modalidade de licitação, destacaram-se em 2011 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Pregão – no valor total de R\$3.373.774,50, sobressaindo-se as despesas realizadas com Mercadorias para Doação, Vigilância Ostensiva e Programa de alimentação do Trabalhador, no valor total de R\$2.321.669,65, representando 68,82% do total.

Quadro 088 - Natureza da Despesa Detalhada

Natureza da Despesa Detalhada – SIAFI		Total Empenhado
33903205	MERCADORIAS PARA DOACAO	856.546,23
33903001	VIGILANCIA OSTENSIVA	753.539,24
33903940	PROGRAMA DE ALIMENTACAO DO TRABALHADOR	711.584,18
		2.321.669,65

- Dispensa de Licitação, no valor total de R\$93.287.961,01, incluindo R\$77.300.177,45 gastos no pagamento de armazenagem de produtos dos estoques públicos dentro da PGPM ,e R\$11.367.008,27 aplicados na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, representando cerca de 95% dos empenhos realizados nesta modalidade.

Quadro 089 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	613.522,06	631.393,69	613.522,06	631.393,69
Pregão	6.939.711,20	3.373.774,50	6.939.711,20	3.373.774,50
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	157.009.984,44	93.287.961,01	157.009.984,44	93.287.961,01
Inexigibilidade	657.482,42	721.640,81	657.482,42	721.640,81
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	84.215,14	78.564,65	84.215,14	78.564,65
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	2.915.777,77	239.696,15	2.915.777,77	239.696,15
Diárias	440.610,00	300.861,00	440.610,00	300.861,00
Não se Aplica	456.219,76	660.112,76	456.219,76	660.112,76

Fonte: SIAFI

Quadro 090 - Demonstrativo da Execução Orçamentária

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	2.915.777,77	3.366.053,76	2.915.777,77	3.366.053,76	0,00	0,00	2.673.186,18	3.099.522,48
Outros Benefícios Assistenciais	3.718,50	0,00	3.718,50	0,00	0,00	0,00	3.718,50	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	451.560,62	491.204,84	451.560,62	491.204,84	0,00	0,00	416.395,79	453.527,18
Obrigações Patronais	2.326.662,21	2.632.519,24	2.326.662,21	2.632.519,24	0,00	0,00	2.119.235,45	2.403.665,62
Depósitos Compulsórios	107.361,63	239.900,15	107.361,63	239.900,15	0,00	0,00	107.361,63	239.900,15
Sentenças Judiciais	15.374,98	1.359,39	15.374,98	1.359,39	0,00	0,00	15.374,98	1.359,39
Indenizações e Restituições Trabalhistas	11.099,83	1.070,14	11.099,83	1.070,14	0,00	0,00	11.099,83	1.070,14
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	17.606.081,17	17.816.398,38	16.910.156,05	16.684.492,83	695.925,12	1.131.905,55	16.779.286,20	15.798.504,35
Diárias	440.610,00	300.861,00	440.610,00	300.724,65	0,00	136,35	440.610,00	300.724,65
Material de Consumo	347.825,46	0,00	318.091,80	0,00	29.733,66	0,00	317.963,05	0,00
Material de Distribuição Gratuita	12.197.829,22	12.223.554,50	11.857.510,00	11.360.349,76	340.319,22	863.204,74	11.792.795,37	10.657.331,16
Passagens e Despesas com Locomoção	296.015,62	105.012,36	287.920,32	95.478,13	8.095,30	9.534,23	284.190,54	95.478,13
Serviços de Consultoria	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.140,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	211.138,85	263.576,80	193.409,44	263.576,80	17.729,41	0,00	191.593,39	253.648,95
Locação de Mão-de-Obra	627.591,44	792.076,95	624.381,74	792.076,95	3.209,70	0,00	594.045,14	784.802,92
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.237.837,54	3.761.267,95	2.948.910,88	3.540.937,21	288.926,66	220.330,74	2.919.219,54	3.378.570,40
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	210.824,29	329.410,78	202.913,12	290.711,29	7.911,17	38.699,49	202.460,42	287.370,10
Indenizações e Restituições	34.170,43	29.404,40	34.170,43	29.404,40	0,00	0,00	34.170,43	29.404,40
Sentenças Judiciais	2.238,32	10.033,64	2.238,32	10.033,64	0,00	0,00	2.238,32	10.033,64
4 – Investimentos	2.467.388,08	80.729,43	22.775,94	2.700,00	2.444.612,14	78.029,43	22.775,94	2.700,00
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	2.399.982,14	0,00	0,00	0,00	2.399.982,14	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	67.405,94	80.729,43	22.775,94	2.700,00	44.630,00	78.029,43	22.775,94	2.700,00
5 – Investimentos Financeiros	146.128.275,77	81.156.976,61	129.351.912,76	74.254.960,68	16.776.363,01	6.902.015,93	127.286.811,44	73.715.096,48
Aquisição de Produtos para Revenda	146.128.275,77	81.156.976,61	129.351.912,76	74.254.960,68	16.776.363,01	6.902.015,93	127.286.811,44	73.715.096,48
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	169.117.522,79	102.420.158,18	149.200.622,52	94.308.207,27	19.916.900,27	8.111.950,91	146.762.059,76	92.615.823,31

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 15,44%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e da variação de 123,45% nos Depósitos Compulsórios.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$17.816.398,39, com acréscimo de 1,19% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da maior aplicação de recursos no pagamento dos Outros Serviços de Terceiros-PJ e das Obrigações Tributárias-Operações Intra-Orçamentárias, parcialmente compensadas pelas reduções nas despesas com Passagens e Despesas com Locomoção, Material de Consumo e Diárias. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de aproximadamente 96,73% nas despesas empenhadas, devido principalmente a baixa realização de investimentos nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram decréscimo de 44,46%, passando de R\$146.128.275,77 para R\$81.156.976,61. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento de armazenagem de produtos em unidades de terceiros, no valor de R\$70.994.713,01.

12.4 – Transferências mediante convênios ou outros acordos

Não houve ocorrência de transferência nesta modalidade envolvendo a Sureg-MT.

12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

As informações contidas neste item, são provenientes da Superintendência de Contabilidade - SUCON, tendo como responsável José Carlos de Andrade Superintendente e Contador, registrado no CRC DF 005969/0-5.

a) Balanço Patrimonial – Lei n.º 6.404/76

ver anexo I – Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12 /2011 ATIVO

ver anexo II – Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12/2011 PASSIVO

b) Demonstração dos Fluxos de Caixa

ver anexo III – Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31/12/2011

c) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ver anexo IV – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31/12/2011

d) Demonstração do Valor Adicionado

ver anexo V – Demonstração do Valor Adicionado Exercício findo em 31/12/2011

e) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1**CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2**ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3**ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4**RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almojarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são

registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6**LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7**RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- ✓ R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- ✓ R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- 1. R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8**DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9**CONTAS A RECEBER**

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10

DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31

Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

Em R\$ mil

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

Em R\$ mil

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação

de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****19.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 - Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80	
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31	

Salários Médios	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Dirigentes	23.884,29	23.884,29	
Empregados	2.642,62	2.559,69	

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

Em R\$ mil

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

f) Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Quadro 091 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float - Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5

12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa

Quadro 092 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011

Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Part. Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesec - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54

Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

Quadro 093 - PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

Por ser a Conab uma Empresa Estatal dependente nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000, todos os bens são considerados Imóveis de Uso Especial da União. De acordo com orientações da Secretaria de Patrimônio da União - SPU a Conab deverá ter seus imóveis registrados no Sistema SPIUnet. Este fato já foi comunicado à SUPAD em Brasília, setor encarregado de efetivar o referido registro.

Quadro 094 - Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis - Unidades		Observação
	2011	2010	
Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT	01	01	Imóvel para construção da SEDE – doação pelo Estado de Mato Grosso - com cláusula de reversão – não construída a Sede no prazo de 02 anos – aguardando decisão do Estado de Mato Grosso sobre a oferta de substituição do imóvel.
BR 364 KM 18 – Distrito Industrial - Cuiabá/MT	01	01	Imóvel cessão de uso SEFAZ – com remembramento de área (área c/ 40.500m²) código MT 003
BR 364 KM 18 – Distrito Industrial - Cuiabá/MT	01	01	Imóvel cessão de uso SEFAZ – com remembramento de área (área c/ 10.500m²) código MT 036
Av. A Qdra Comercial 3 – Distrito Industrial - Cuiabá/MT	01	01	Imóvel subjuice (Ação de reversão proposta pelo Estado de Mato Grosso sob a alegação de desumprimento de finalidade)
Av. Marajá S/Nº – Vila Planalto Jaciara/MT	01	01	Processo (12-432/2011) de alienação em andamento
Rod. MT 208 KM 144 – Alta Floresta/MT	01	01	Ativo - em uso pela CONAB
Rodovia MT 121 KM 02 Setor Aeroporto – Novo Diamantino/MT	01	01	Ativo – em uso pela CONAB
Av. Idemar Riede Nº 742 – Setor Industrial - Sorriso/MT	01	01	Ativo – em uso pela CONAB
Rodovia BR 364 KM 217 saída p/ Pedra Preta - Rondonópolis/MT	01	01	Ativo – em uso pela CONAB
Rua das Mangueiras nº 832 – Jd. Celeste - Sinop/MT	04	04	Ativo – em uso pela CONAB
General Dutra – Fazenda Alvorada - Sinop/MT	01	01	Inadida por posseiros/ Subjuice
Av. Jose Alves Bezerra s/nº Aeroporto - Juara/MT	01	01	Trata-se de um armazém cedido pela CONAB/SUREG/GO a GOIAZÉM, com ação judicial para ressarcimento das estruturas.
otes de 01 à 20 Qdra 11 – Jd. Santo Antônio – Stº A. Leverger/MT	20	20	Processo (21200.001765/2008-46) de alienação em andamento.
Total	35	35	

Fonte: Gefad/Setad

No fim do exercício de 2011, a Superintendência Regional de Mato Grosso mantinha apenas um imóvel locado de terceiros.

Quadro 095 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica – Mato Grosso	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	Exercício de 2011	Exercício de 2010
Rua Padre Gerônimo Botelho nº 510, Edifício Everest, Bairro Dom Aquino – Cuiabá-MT	1	1

Fonte: Gefad/Setad



12.8 – Parecer da Auditoria Independente
ver anexo VI – Parecer da Auditoria Independente

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1 – Informações sobre o Controle Interno

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu				X	

desempenho.					
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

13.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

13.2.1 – TCU

Durante o exercício de 2011 não foi constatada nenhuma determinação, deliberação e/ou recomendação por parte do TCU para a Conab/Sureg-MT

13.2.2 – CGU

Para o Relatório de Auditoria **201109407** no exercício de 2011 foram tratados os seguintes itens.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109407	3.1.1.1	Of. nº38980/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			

Recomendação 1: Face ao exposto, recomenda-se ao gestor aprimorar os controles sobre entrega das declarações impressas e/ou autorizações de acesso, orientando formalmente o Setor de RH para que somente receba as declarações impressas em envelopes devidamente lacrados, preferencialmente com fita adesiva, contendo identificação do empregado responsável pela entrega, na sua parte externa. Recomendação 2: Determinar ao Setor de RH que crie um arquivo específico para as declarações impressas e autorizações de acesso eletrônico, separando-as das pastas funcionais dos empregados, de modo que o acesso fique restrito apenas ao(s) empregado(s) encarregado(s) pela guarda desses documentos. Recomendação 3: Determinar ao Setor de RH que atualize o manual de procedimentos do setor, na parte que trata da Declarações de Bens e Rendas, para que as novas medidas de segurança e controle que vierem a ser implementadas sejam devidamente formalizadas. Recomendação 4: Instituir rotina de verificação dos controles internos administrativos existentes na Unidade, designando, se necessário, servidor específico para verificar o cumprimento das rotinas estabelecidas nas normas e manuais de procedimentos internos da unidade.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Setor de Recursos Humanos - SEREH-SUREG-I - (87171)	87171

Síntese da providência adotada:

Recomendação 1: 1.1. Providências implementadas: a) Confecção do lacre para uso nos envelopes entregues a partir do exercício 2012, ano base 2011 (ANEXO 1 e 2). Recomendação 2: 2.1. Providências Implementadas: a) Conforme recomendação da CGU/MT, foram retiradas das pastas funcionais os envelopes contendo as cópias impressas das Declarações de Ajustes do IRRPF, das Declarações de Bens e Rendas e das Autorizações de Acesso eletrônico a declaração do IRPF.(ANEXO 1); b) Os envelopes/documentos foram separados por exercício/ano calendário para acondicionamento em caixa-box devidamente identificadas; c) Conforme orientações da CGU, nos envelopes entregues cujo fechamento utilizado pelos empregados foram cola adesiva ou grampo metálico, foi utilizada fita adesiva, para fins de preservação do sigilo das informações; d) Para os casos de envelopes sem identificação externa quanto ao exercício/ano calendário, para fins de preservar o sigilo das informações, o empregado foi convocado para que proceder a conferência e o fechamento do envelope com lacre padronizado pelo Sereh. 2.2 Providências a serem implementadas: a) As declarações que estão sob custódia do Sereh cujo prazo de guarda tenha expirado, conforme IN TCU 65/2011, foram selecionadas e serão descartadas após período de 30 (trinta) dias após a publicação do Edital de Ciência de Eliminação de Documentos. Recomendação 3: 3.1. Providências implementadas: a) Atualização do Manual de Procedimento do SEREH que trata da entrega das declarações de bens e rendas face a orientação/recomendações da CGU e legislação pertinente.

Síntese dos resultados obtidos

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201109407	3.1.1.2	Of. nº38980/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			

Recomendação 1: Recomenda-se à Conab/Sureg/MT que deixe de encaminhar para pagamento pela Matriz do adicional de insalubridade nos casos em que o risco à saúde não esteja devidamente caracterizado em laudo específico.s existentes na Unidade, designando, se necessário, servidor específico para verificar o cumprimento das rotinas estabelecidas nas norma e manuais de procedimentos internos da unidade.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Setor de Recursos Humanos - SEREH-SUREG-I - (87171)	87171

Síntese da providência adotada:

Recomendação 1: 1.1. Providências implementadas: a) O Setor de Recursos Humanos atendendo a recomendação da CGU não encaminhará o formulário “Demonstrativo Exposição a Produtos Agrotóxicos” enviado pelas Unidades Operacionais; b) A Gerência de Benefícios, responsável pela análise dos demonstrativos, informou que cessou os pagamentos do adicional de insalubridade desde julho/2011 (ANEXO 1); c) A partir das constatações da CGU/MT foram elaboradas propostas de mudança nas rotinas e nos controles das atividades realizadas em ambientes insalubres que foram submetidas para análise da Gerência de Benefícios e aprovadas para implantação nesta regional. 1.2. Providências a serem implementadas: a) Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada em segurança e medicina do trabalho para renovação dos LTCATS da SUREG/MT, coordenação do PCMSO e elaboração do documento base do PPRA.

Síntese dos resultados obtidos

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA	2114

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201109407	6.1.3.2	Of. nº38980/2011/GAB/CGU Regional/MT

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso	87159

Descrição da Recomendação:

Recomendação 1: Recomenda-se ao gestor que estabeleça rotinas com fins de efetivar a adequada formação processual, mediante atuação do processo e numeração sequencial de páginas; Recomendação 2: Recomenda-se ao gestor que faça gestão junto à Matriz da CONAB com fins de avaliar a possibilidade de implantação de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Setor de Recursos Humanos - SEREH-SUREG-I - (87171)	87171

Síntese da providência adotada:

Recomendação 1: 1.1. Providências em implementação: a) A Área competente da Regional, geradas as condições decorrentes da menor carga de trabalho do Setor de Comercialização, presentemente, às autuações dos processos, com a devida organização da documentação e as numerações sequenciais das páginas, para posterior encaminhamento ao arquivo central da Conab; b) As medidas mencionadas estão sendo adotadas com o quadro de pessoal do Setor de Comercialização, entretanto estamos interagindo com algumas Unidades armazenadoras próprias (MT) no sentido de pedir ajuda àquelas com disponibilidade de tempo e de pessoal, visando maior celeridade na consecução das autuações; Recomendação 2: 2.1. Providências implementadas: a) Esta Regional vem de há muito pleiteando junto à Matriz, Sistema de Controle das Operações de Subvenções, visando maior segurança e confiabilidade na conferência dos processos, tendo a Área competente da Conab implementado as medidas iniciais para a consecução desse Sistema, medida interrompida também em função de problemas estruturais da Superintendência responsável pelo assunto; b) Dada a presente recomendação, estaremos retomando o assunto junto à nossa Matriz, por meio de documento específico a ser encaminhado à Diretoria competente. (ANEXO 1).

Síntese dos resultados obtidos

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201109407	6.1.3.3	Of. nº38980/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Recomenda-se ao gestor: 1) Quanto ao DCO 00-381-3560 que encaminhe à CGU/R-MT as providências tomadas com a respectiva documentação comprobatória para regularização da situação (comprovante de depósito para mais de uma operação); 2) Quanto ao DCO 00-601.6335 que encaminhe à GCU/R-MT cópia da procuração do arrematante referente a essa operação; 3) Quanto ao DCO 00-590.9509 que solicite do arrematante apresentação do original da Declaração de recebimento de valor não inferior ao mínimo estabelecido pelo Governo Federal emitida pelo produtor Rural, sem prejuízo de evidenciar tal fato a partir da fiscalizações. Recomendação 2: Recomenda-se ao gestor nas operações futuras que: Não aceite como comprovante de depósito documento com valor diverso daquele constante no Documento Confirmatório da Operação – DCO; Em caso de declaração por procuração, que exija a apresentação do respectivo instrumento de mandato; Não aceite fotocópias, ainda que autenticadas, nos casos em que o Aviso exija a apresentação de documentação no original (Declaração de Recebimento de valor não inferior ao mínimo estabelecido pelo Governo Federal emitida pelo produtor rural ou sua cooperativa; Declaração de Pagamento de valor não inferior ao mínimo estabelecido pelo Governo Federal emitida pelo arrematante do prêmio; Declaração do Armazenador), sem prejuízo de efetuar fiscalizações para aferir a regularidade das operações de subvenção econômica.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Comercialização – SECOM – SUREG-MT			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação 1: 1.1. Providências implementadas: 1) Quanto ao DCO 381.3560 do Aviso PEP 116/2010 – o arrematante enviou comprovantes com valores desdobrados por operação, comprovando que efetivou o pagamento mínimo conforme previsto no Aviso, tendo descontado 2,3% do valor a ser depositado e apresentado o comprovante de recolhimento referente a INSS/SENAR/Riscos de Acidentes de Trabalho (2,00+0,2+0,1%); Valor mínimo a ser pago para quantia de 100.000kg – R\$23.300,00; Desconto admitido – 2,3%; R\$ 535,90; Valor líquido do depósito - R\$22.764,10; a) O valor do comprovante de recolhimento foi de R\$540,92 por referir-se ao valor total da NF 1374 de R\$23.520,00, acima do valor mínimo; b) O valor do comprovante de depósito desdobrado, conforme cópia anexa, foi de R\$22.764,17; c) Cópias dos depósitos desdobrados foram incluídos nos respectivos processos das operações; Após ser deduzido o valor de R\$23.600,00 em pagamento que estava para ser creditado ao arrematante referente a outras operações, houve recurso contestando a compensação feita. Entendemos que os novos documentos enviados demonstram o efetivo pagamento dos valores devido ao produtor que vendeu o produto e que não houve prejuízo aos objetivos previsto no instrumento PEP, sendo que propusemos que a comprovação fosse considerada como correta e houvesse a liberação do valor retido, conforme cópia da folha 46 do despacho que consta no processo 21212-056/2012-91; (ANEXO 1); 2) Para o DCO 601.6335, o arrematante encaminhou cópias autenticadas das procurações dos produtores Lourival Tomelin e Ricardo Potrich, que foram incluídas na documentação do processo da referida operação. Cópias das procurações estão anexadas a este documento (ANEXO 2); 3) Quanto ao DCO 00-590.9509, atendo-nos à alegação da equipe de auditoria não acatar a justificativa sobre a apresentação de cópia autenticada dos documentos e ao mesmo tempo só mencionar o item 8.9.3, nos parece importante salientar que no próprio Aviso consta o item 8.4. Deverá ser entregue a cópia de toda a documentação exigida na comprovação, acompanhada dos respectivos originais, para autenticação pela Conab. Será dispensada a apresentação do documento original quando a cópia for autenticada em cartório ou por funcionário da Conab. Além de previsto no Aviso a possibilidade de entrega de cópia autenticada, há que se atentar para a LEI No 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973. Art. 365. Fazem a mesma prova que os originais: ...III - as reproduções dos documentos públicos, desde que autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório, com os respectivos originais.; ou no Art. 384. As reproduções fotográficas ou obtidas por outros processos de repetição, dos documentos particulares, valem como certidões, sempre que o escrivão portar por fé a sua conformidade com o original.; e Art. 385. A cópia de documento particular tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão, intimadas as partes, proceder à conferência e certificar a conformidade entre a cópia e o original; Recomendação 2: 2.1. Providências a serem implementadas: 1) De modo a evitar problemas futuros, encaminharemos solicitação à nossa Matriz para ajustar a redação dos próximos Avisos de modo a evitar conflito de interpretação; 2) As orientações serão acatadas; 3) Concluindo, consideramos as cópias autenticadas como documentos válidos para cumprir o exigido no referido Aviso, conforme determina o item 8.4.			
Síntese dos resultados obtidos			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201109407	6.1.3.4	Of. nº38980/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Recomenda-se à SUREG/Mato Grosso que faça gestão junto à CONAB-Presidência para que apure eventual responsabilidade daquele(s) que autorizou(aram) a apresentação da documentação de comprovação do Documento Confirmatório da Operação – DCO nº 634.3261 – em Superintendência diversa daquela prevista no Aviso, bem como do responsável pela autorização do respectivo pagamento.Recomendação 2:Recomenda-se à SUREG/Mato Grosso que encaminhe o Relatório de Fiscalização das Operações do Prêmio para Escoamento de Produto – PEP Milho no Estado de Mato Grosso, 1ª Etapa de 2010, à CONAB-Presidência para que, de posse desse documento, verifique junto à SUREG/Minas Gerais a regularidade dos seguintes Documentos Confirmatórios da Operação – DCO's nºs: 634.3258, 634.3259, 634.3260, 634.3262, 634.3263, 634.3264, 634.3265, 634.3266, 634.3267, 634.3268, 634.3269, 634.3270, 634.3271, 634.3272, 634.3273, 634.3274, 634.3275, 634.3276, 634.3277, 634.3278, 634.3279, 634.3280, 634.3281, 634.3282, 634.4922, 634.4923 e 634.4924.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Sector de Comercialização – SECOM – SUREG-MT			
Síntese da providência adotada:			
Recomendações 1 e 2: 1.1. Providencias implementadas: 1) Encaminhada a Comunicação Interna nº 155, de 18.01.12, à Presidência da Conab, visando a consecução das recomendações da CGU. (ANEXO 1).			
Síntese dos resultados obtidos			

13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
1	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1008.1
Constatação:			
1008 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$167.198,65, registrado na UG 135209 – Conab Sede Sureg/MT. Conforme demonstrado no quadro 1, existe uma diferença entre o saldo contábil e o saldo do controle emitido pelo Sereh/MT, referente às despesas com o Serviço de Assistência à Saúde - SAS. Constatou-se, descontos em duplicidade referentes à utilização do SAS. Os equívocos ocorreram nos meses de novembro e dezembro/2010, nos contracheques dos empregados matrículas 037573 e 102383. Houve solicitação, formal, para o referido ressarcimento à Gefop.			
Recomendação:			
1008.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/Sereh/MT, compatibilizar a divergência entre o saldo contábil e o extracontábil.			
Tratamento das Recomendações			
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente A SUREG-MT providenciou junto a GESAS as correções nos descontos de participação financeira dos empregados Antônio Aparecido de Oliveira e Luzia Oliveira Barbosa. O acerto pela GESAS deu-se na folha de fevereiro de 2011 e a única divergência existente no saldo contábil foi regularizada através da 2011NL001055. de joao.filho em 05/07/2011 como Solucionado Consoante resposta da Sureg/MT, o item está solucionado.			

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
2	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1009.1/1009.2/1009.3
Constatação:			
1009 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo demonstrado no quadro 2 abaixo. Confirmou-se por amostragem no SiscobNet e no relatório extraído pelo Sistema de Acompanhamento de Processos Ajuizados emitido pela Prore/MT, o ajuizamento dos débitos registrados na conta. Esta tem a seguinte função: “registra os recursos a receber provenientes da aplicação de autos de infração, da aplicação de multas por descumprimento de obrigações acessórias (vinculadas a créditos tributários) ou decorrentes de quebra de cláusulas contratuais. Os créditos decorrentes da quebra de cláusulas contratuais podem ser pagos em espécie, glosa ou através de fornecimentos. Ou ainda, créditos provenientes de outras infrações legais. (multas de trânsito, etc)”. O item 2, trata-se de perda em armazenagem ocorrida na Unidade Armazenadora de Alta Floresta, não se enquadrando portanto, dentro das características da função da conta descrita.			
Recomendação:			
1009.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/MT informar à Audin, se todos os débitos da conta estão ajuizados, à exceção o do item 2, visto tratar-se de perda em armazenagem em UA Própria.			
Tratamento das Recomendações:			
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente Não existe na regional nenhuma pendência de ajuizamento. No entanto, estamos realizando um levantamento junto a PRORE para checagem dos devedores apresentados no relatório, o que em razão da inexistência de um controle interativo o trabalho requer um longo prazo, pois no siscobNET não existe inscrição da NL, o que facilitaria um melhor controle, cuja sugestão foi formalizada a GECOB, mediante a CI SUREG-MT Nº 2357, de 06/06/2011.			

de joao.filho em 05/07/2011 como Solucionado

Conforme informação da Sureg/MT, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1009.2 - Recomendamos à Sureg/Gefad/MT analisar o débito do item 2 e transferi-lo para a conta de apuração 19.913.05.00 – Responsáveis por Danos ou Perdas, para o correto enquadramento.

Tratamento das Recomendações:
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente

Os trabalhos de análise não foram concluídos em razão de férias do titular do setor, o qual detém o conhecimento técnico desta tarefa.

de joao.filho em 05/07/2011 como Pendente

Consoante resposta do Superintendente, o item continuará pendente para análise do titular do setor.

de ovidio.miranda em 19/08/2011 como Pendente

Quanto a análise do débito, a mesma será realizada após o retorno do processo administrativo nº 21212.000931/2010-72, solicitado a GEDIN (FAX3535/2011). O valor de R\$1.507,45 foi transferido da conta 11.219.1900 para a conta 19.913.0500, mediante NL'S 1432 e 1433 da UG 135209.

de joao.filho em 26/08/2011 como Solucionado

O item foi solucionado.

de ovidio.miranda em 26/08/2011 como Pendente

Concluída a consulta ao processo administrativo nº 21212.000931/2010-72 verificou-se que a perda do produto estava no parâmetro de percentual admissível, restando pendente o registro de baixa de responsabilidade por falta de trâmite do processo na área contábil, porém o registro foi efetuado mediante 2011NL1438 - UG 135209, regularizando a pendência.

Recomendação:

1009.3 - Recomendamos à Sureg/Gefad/MT analisar os débitos pendentes, e devido o tempo decorrido transferi-los para a conta específica no Longo Prazo.

Tratamento das Recomendações:
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente

Os trabalhos de análise não foram concluídos em razão de férias do titular do setor, o qual detém o conhecimento técnico desta tarefa.

de joao.filho em 05/07/2011 como Pendente

De acordo com a resposta da Sureg/MT, vamos aguardar o retorno do titular do setor, para análise do item.

de ovidio.miranda em 19/08/2011 como Pendente

Como os trabalhos de análise das inscrições, somam inúmeros procedimentos contábeis, será solicitada a cooperação da SUCON, com envio de um empregado daquela área para o levantamento e conciliação, conforme processos ajuizados pela PRORE, uma vez que citadas contas eram controladas naquela Superintendência

de em 26/08/2011 como Baixado

Consoante resposta da Sureg, e não ser de solução imediata, o item será baixado.

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN

Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
3	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1010.1

Constatação:

1010 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$29.757,83 registrado na UG 135209 – Conab Sede Sureg/MT e UG 135224 – UA/Sinop, correspondente a Materiais de Consumo, conforme demonstrado no quadro 3 a seguir. Solicitou-se o Inventário dos Materiais de Consumo, do encerramento do exercício 2010, para análise e verificação da compatibilidade com o saldo registrado contabilmente. Apresentou-se o Mapa de Inventário de Mercadoria - MIM dos materiais de consumo extraído do x-FAC Administrativo, que substituiu o inventário convencional. Na análise constatou-se que os materiais de consumo registrados na UG 135218 – UA/Sinop, não foram inventariados, conforme demonstrado a seguir.

Recomendação:
1010.1 - Recomendamos à Sureg/MT regularizar o saldo do material de consumo apresentado na UA/Sinop.
Tratamento das Recomendações:
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente Os valores apontados como divergentes foram analisados e corrigidos através da Nota de Lançamento: 2011NL000043/135224. de joao.filho em 05/07/2011 como Solucionado Item solucionado.

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
4	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1011.1
Constatação:			
1011 - Em 31.12.2010 a conta apresentava os saldos de R\$487.887,40 e R\$5.801.632,45 registrados nas UG(s) 135043 – MO/Mato Grosso e 135539 – Unidade Conab PAA Mato Grosso, respectivamente, distribuídos em 130 contas correntes de Agricultores e/ou Cooperativas/Associações de Produtores Rurais. Constatou-se a existência de relatórios de controles ou de acompanhamento extracontábil das Cédulas de Produto Rural - CPR(s) Alimentos, Doação Simultânea e Formação de Estoque. Ressaltamos que, o controle das CPR(s) Alimentos apresenta bom acompanhamento extracontábil, os demais, não oferecem controle adequado, já que os saldos apresentados, são os valores aprovados na proposta inicial, e não os saldos pendentes da entrega dos produtos, no caso das CPR(s) Doação Simultânea.			
Recomendação:			
1011.1 - Recomendamos à Sureg/Geose/MT aprimorar o acompanhamento extracontábil das CPR(s) Doação Simultânea, de maneira que os saldos demonstrados sejam os pendentes de entregas dos produtos, e não o valor da proposta inicial aprovada.			
Tratamento das Recomendações:			
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente Considerando que não há um sistema de controle padronizado pela Companhia para acompanhamento extracontábil, o SEGeo/GEDES/SUREG-MT a fim de controlar os saldos remanescentes das CPR Doação e CPR Estoque, adotou uma planilha individual por CPR (anexo), que controla, baseando-se nos relatórios emitidos diariamente pelo X-Fac, todas as movimentações financeiras da CPR. de joao.filho em 05/07/2011 como Pendente Consoante resposta, vamos considerar o item solucionado. Solicitando à Sureg/MT que a melhoria nos controles extracontábeis, sejam estendidas a todas CPRs Doação Simultânea. de joao.filho em 06/07/2011 como Solucionado Consoante resposta, vamos considerar o item solucionado. Solicitando à Sureg/MT que a melhoria nos controles extracontábeis, sejam estendidas a todas CPRs Doação Simultânea.			

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
5	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1012.1
Constatação:			
1012 - Em 31.12.2010, os estoques dos programas governamentais apresentavam os saldos contábeis: R\$749.096.683,87 na UG 135043 - Mercado de Opções/MT, R\$1.243.168,61 na UG 135210 - Estoque Estratégico/MT, R\$189.766.489,05 na UG 135211 - Estoques PGPM/MT e R\$1.279.328,92 na UG 135539 - PAA/MT. O quadro a seguir demonstra a participação percentual da armazenagem da Conab nos estoques públicos no Estado de Mato Grosso. A contabilidade registra os estoques depositados em armazéns próprios e de terceiros sem mensurar			

tonelagem. Com relação aos armazéns, a orientação é de que, na remoção priorize os armazéns próprios. Considerando o volume de aquisições e a participação percentual observada no quadro 4, não há especificação para os armazéns da Conab, quanto ao índice ocupacional em toneladas para produtos vinculados aos programas governamentais.

Recomendação:

1012.1 - Recomendamos à Sureg/MT informar à Audin qual o percentual de ocupação dos armazéns próprios, atualmente, uma vez que, no período da auditoria as remoções encontravam-se em andamento.

Tratamento das Recomendações:

de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente

Índice de ocupação atual das nossas unidades armazenadoras, informamos o que segue: a) UA/Alta Floresta (MT): a cultura principal do município é o produto arroz/casca, cuja produção já alguns anos tem sido absorvida no mercado. A nossa capacidade estática é de 6.200 t, atualmente possui em depósito a quantidade de 1.675 t e o índice de ocupação é de 27.01%. b) UA/DIAMANTINO (MT): unidade composta de 02 armazéns graneleiro com capacidade total de 27.600 t, atualmente o índice de ocupação dessa unidade é zero, isto em razão das vendas ocorridas neste exercício, até então, possuía depositado a quantidade de 26.146 t. equivalente a 94.73%. c) UA/RONDONOPOLIS (MT) - unidade composta de 10 armazéns sendo 05 (cinco) armazéns convencional e 05 (cinco) graneleiro, perfazendo uma capacidade de 13.097 t (ensacado) e 69.000 t (granel) o índice de ocupação atual é de 77.16% granel e de 21.40% ensacado. d) UA/SINOP (MT): unidade composta de 02 armazéns graneleiro com capacidade total de 27.600 t. O índice de ocupação atual, em razão das vendas efetivadas recentemente é “zero”, até então obteve um índice de 94.72%. e) UA/SORRISO (MT): unidade composta de 05 armazéns sendo 02 (dois) convencional 8.200 t e 03 graneleiro para 36.100 t, o índice de ocupação atual, em razão das vendas efetivadas recentemente é de 6.88%, até então obteve um índice de 96.94%, ressalta-se que os armazéns em condições de recebimento são apenas 02.

de antonio.lima em 05/07/2011 como Solucionado

Considerando que as informações sobre abertura de espaço para armazenar a safra 2010/2011, foram satisfatória. Portanto, consideramos o item como solucionado.

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
6	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1013.1
Constatação:			
1013 - Em 31.12.2010, as rubricas 1.9.9.1.1.18.00 - Mercadorias e Bens em Poder de Terceiros e 1.9.9.1.2.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito apresentavam saldos contábeis registrados nas Unidades Armazenadoras compreendendo estoques próprios e de terceiros. Esses registros estavam condizentes com os Mapas de Inventários de Mercadorias. No entanto, confrontando a conciliação das duas contas no que concerne aos estoques dos Programas Governamentais, mantidos pelas UAs Próprias, detectou-se diferenças, as quais relacionamos no quadro a seguir : As divergências entre as duas contas referentes aos programas, Estoque Estratégicos e PGPM na UA/Diamantino, devem ser analisadas e corrigidas.			
Recomendação:			
1013.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/Secof/MT, para que, em casos futuros, as divergências entre contas dos estoques sejam corrigidas dentro do exercício financeiro.			
Tratamento das Recomendações:			
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente			
Os programas criados para o gerenciamento dos Estoques governamentais são os seguintes: XFAC para as unidades PGPM, Opção, E. Estratégico e PAA e o SAAGRA para as Unidades Armazenadoras. O XFAC, em atendimento as normas contábeis e também as diretrizes dos convênios firmado junto aos Ministérios que custeiam as operações de aquisição dos estoques governamentais, deve registrar, no caso de produtos da PGPM e Opção, todos os custos necessários a aquisição e manutenção, enquanto que para E. Estratégico e PAA o registro deve ser feito somente pelo valor original, ou seja, não se agrega custos, pois, os gastos com a manutenção desse estoque são considerados como despesa. O SAAGRA que obedece apenas às normas contábeis, pois, controla o estoque para a Unidade Armazenadora que não é a proprietária das mercadorias, mas, somente “armazenadora”, assim, seu registro deve ser tão somente pelo valor original registrado nas Notas Fiscais de remessa de mercadoria e suas variações. Os valores apontados como			

divergentes com relação à conta 1.9.9.1.1.18.00 não são passíveis de equiparação, uma vez que, o Siafi é responsável por efetuar o controle patrimonial e financeiro por Unidade Gestora, assim ele deve refletir o controle operacional dos estoques governamentais de acordo com os programas criados para o efetivo controle quantitativo x financeiro dos estoques governamentais para cada UG, ou seja, devem refletir os saldos do XFAC e SAAGRA, uma vez que estes foram parametrizados em obediências as normas contábeis e as normas dos convênios. A Conta 19911.18.00 deve abrigar os registros de mercadoria própria em poder de terceiros, logo, seu valor deve refletir o saldo existente no XFAC, já a conta 19912.18.00 deve registrar o valor da mercadoria de terceiros em poder da Unidade, neste caso a Unidade Armazenadora deve efetuar o registro com base no documento fiscal que acobertou a operação e o saldo deve refletir aquele existente no SAAGRA.

de em 05/07/2011 como Pendente

A recomendação indicativa que precisava ser analisada era referente a divergência contábil negritada UA - Diamantino, no quadro, visto que não se trata de agregação de custo. Provavelmente o que houve foi a não contabilização de parte do estoque em tempo hábil. Portanto, não tivemos como aferir a regularização. Solicitamos informar as NLs de regularização.

de ovidio.miranda em 19/08/2011 como Pendente

Não é possível informar as NLs para os valores indicados R\$328,48 e R\$175.788,46, pois a conta 19.911.1800 das UA's não tem contrapartida com a conta 19.912.1800, isto porque, a primeira recebe os lançamentos provenientes do controle de estoque XFAC e a outra recebe os lançamentos provenientes do SAAGRA, que ocorrem em momentos distintos, logo os valores divergentes estão diluídos nas baixas realizadas durante exercício –2011, quando da efetiva baixa na UA.

de em 28/10/2011 como Pendente

O Mapa de Inventário de Mercadorias da UA Diamantino não pode divergir em quantidade e valor contabilizado na Sureg/MT. Portanto o item continua PENDENTE.

de ovidio.miranda em 30/11/2011 como Pendente

No que se refere ao valor de R\$328,48, foi realizado ajuste mediante 2011NL0000119. Já com relação a Unidade de Diamantino o saldo foi compatibilizado, conforme Posição de Entrada e Saída de Mercadoria para Depositante e o CONRAZÃO. Vide anexos.

de ovidio.miranda em 30/11/2011 como Pendente

Complementando anexo.

de antonio.lima em 14/12/2011 como Solucionado

Considerando que estamos no limiar do encerramento do exercício de 2011, consideramos que haverá novo inventário para encerramento do Exercício Contábil Financeiro. Portanto, esperamos que desta vez os saldos estejam compatíveis. Consideramos o assunto encerrado.

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
7	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1014.1
Constatação:			
1014 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava os saldos de R\$75.063,70, registrado na UG 135043 – MO/Mato Grosso e R\$872.920,63, registrado na UG 135211 – Núcleo Estoque Regulador/MT - PGPM. Estes débitos eram remanescentes do Relatório de Auditoria de Balanço do exercício de 2009. Após análise dos controles contábeis, dos extracontábeis e das providências adotadas por essa Sureg, com vista à regularização da conta, restou apenas o saldo de R\$7.931,17, pendente na UG 135211 – Núcleo Estoque Regulador/MT – PGPM.			
Recomendação:			
1014.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/MT informar à Audin as providências adotadas para regularização do débito.			
Tratamento das Recomendações:			
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente			
Os trabalhos para regularização do débito não foram concluídos em razão de férias do titular do setor, o qual detém o conhecimento técnico desta tarefa. Tão logo o Técnico retorne de férias, as informações serão repassadas.			
de em 05/07/2011 como Pendente			
Item pendente, aguardando retorno do titular do setor.			
de ovidio.miranda em 19/08/2011 como Pendente			

Como os trabalhos de análise das inscrições, somam inúmeros procedimentos contábeis, será solicitada a cooperação da SUCON, com envio de um empregado daquela área para o levantamento e conciliação, conforme processos ajuizados pela PRORE, uma vez que citadas contas eram controladas naquela Superintendência.

de joao.filho em 26/08/2011 como Baixado

Consoante resposta do Sureg dos procedimentos a serem adotados, e não ser de solução imediata, vamos baixar o item.

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
8	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1015.1
Constatação:			
1015 - Em 31.12.2010 a conta apresentava o saldo de R\$16.622,37 registrado nas UG(s) abaixo discriminadas, correspondente a multas e juros diversos. São decorrentes de recolhimentos feitos em atrasos, e estão pendentes de longa data. Esta pendência é oriunda do Relatório de Auditoria de Balanço n.º 10/2009. Listamos as multas e juros pendentes.			
Recomendação:			
1015.1 - Considerando as multas serem remanescentes do Relatório de Auditoria de 2009, recomendamos à Sureg/MT, informar as providências adotadas para a regularização das referidas pendências.			
Tratamento das Recomendações:			
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente			
Foi formada Comissão de Apuração Interna para analisar os processos pendentes, cujos trabalhos estão em fase final de apuração.			
de joao.filho em 05/07/2011 como Pendente			
Item pendente aguardando apuração.			
de ovidio.miranda em 19/08/2011 como Pendente			
QUADRO			
de em 19/08/2011 como Pendente			
As baixas estão sendo realizadas na medida em que a Comissão conclui os processos de apuração. Segue Quadro Demonstrativo com as evoluções.			
de joao.filho em 26/08/2011 como Baixado			
Conforme resposta e providências adotadas pela Sureg, o item será baixado.			

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
9	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1016.1
Constatação:			
1016 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$26.042,59 registrado nas UG(s) 135209 – Conab Sede Sureg Mato Grosso e 135218 – UA/Sorriso, discriminadas no quadro 7 a seguir. De acordo com o Siafi a conta tem a seguinte função: “Registra a garantia de valores por seguros recebidos no país”. Após análise constatou-se que existem apólices de seguro de longa data, registradas contábilmente.			
Recomendação:			
1016.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/MT, para que as apólices vencidas ou já resgatadas, sejam encaminhadas ao Secof para procedimento de baixa contábil.			
Tratamento das Recomendações:			
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente			
O valor apontado na UG 135209 R\$ 19.800,00 foi analisado e baixado através da Nota de lançamento: 2011NL000998/135209. O valor apontado na UG 135218 R\$ 6.242,59 foi analisado e baixado através da Nota de			

lançamento: 2011NL000087/135218.
de joao.filho em 05/07/2011 como Solucionado
 Item solucionado.

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
10	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1017.1/1017.2
Constatação:			
1017 - “Registra o valor do contrato assinado entre a administração e o prestador de serviços a título de obras e instalação e demais serviços”. Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$38.949,06 registrado na UG 135210 – Unidade Estoque Estratégico/MT, conforme discriminado no quadro 8 a seguir, sendo o único contrato registrado no Siafi. No quadro 9, estão relacionados os contratos registrados no Sistema de Contratos – Siscot. Na conta contábil (1.9.9.7.2.02.00), deve constar todos os contratos de prestação de serviços, que estão em vigência na Sureg, e os registros dos valores devem ser efetuados pelo valor global dos contratos, e as baixas por ocasião dos pagamentos e ou quando da extinção do contrato. Verificou-se que os contratos não estão sendo registrados na conta de Contratos de Serviços no Siafi.			
Recomendação:			
1017.1 - Recomendamos à Sureg/MT registrar todos os Contratos de Prestação de Serviços que estão em vigência na conta 1.9.9.7.2.02.00 – Contratos de Serviços, e os valores a serem contabilizados devem corresponder ao saldo remanescente de cada contrato, observando o período de vigência.			
Tratamento das Recomendações:			
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente Os saldos remanescentes dos contratos estão sendo levantados para posterior registro. de joao.filho em 05/07/2011 como Solucionado Item solucionado.			
Recomendação:			
1017.2 - Recomendamos à Sureg/MT, analisar o contrato registrado no Siafi. Confirmado o seu vencimento, proceder a respectiva baixa contábil.			
Tratamento das Recomendações:			
de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente Os valores apontados como divergentes foram analisados e corrigidos através da Nota de Lançamento: 2011NL000037/135210. de joao.filho em 05/07/2011 como Solucionado Item solucionado.			

Constatações e Recomendações expedidas pela AUDIN			
Nº ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item(s) da RA
11	AUDIN 006/2011	31/01 a 04/02/2011	1018.1
Constatação:			
1018 - Em 31.12.2010 as rubricas apresentavam os saldos de R\$472,47 e R\$15,98 registrados na UG 135209 – Conab Sede Sureg/MT, correspondente a multas de trânsito e de pagamento de fatura em atraso. Constatou-se que não houve as devidas apurações, conforme quadro 10 a seguir.			
Recomendação:			
1018.1 - Recomendamos à Sureg/MT informar a Audin, se os valores pagos a título de multas/infrações já foram ressarcidos aos cofres da Companhia. Caso contrário, instruir os processos de apuração de responsabilidade para a respectiva regularização.			

Tratamento das Recomendações:**de ovidio.miranda em 13/06/2011 como Pendente**

O valor de R\$ 15,98 referente multa da ECT apresentado na conta foi inscrito na conta 199131000 através da Nota de Lançamento 2011NL001017/135209 e em fase de autuação do processo e posterior análise pela Comissão de Apuração. O valor de R\$ 127,69 referente multa de transito incidente sobre veículo KAQ-4192 pertencente a esta Sureg, apresentado na conta foi inscrito na conta 199131000 através da Nota de Lançamento 2011NL001028/135209. O processo autuado encontra-se em fase de identificação do infrator para posterior notificação de ressarcimento. O valor de R\$ 191,54 referente multa de transito incidente sobre veículo NJF-9820 pertencente a esta Sureg, apresentado na conta foi inscrito na conta 199131000 através da Nota de Lançamento 2011NL001029/135209. O processo autuado encontra-se em fase de identificação do infrator para posterior notificação de ressarcimento. R\$ 153,24 – inscrito através da 10nl00096/135209. Ressarcimento efetuado através do 11RA000121/135209 e baixa de inscrição efetuada através da 11NL000215/135209.

de joao.filho em 05/07/2011 como Solucionado

Após as informações oferecidas pela Sureg/MT, consideramos o item solucionado.

14. Anexos

anexo I - BALANÇO PATRIMONIAL Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

anexo II – BALANÇO PATRIMONIAL Exercício findo em 31 de dezembro de 2011
PASSIVO

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

anexo III

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

anexo IV

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSE. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

anexo V

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Anexo VI – Parecer da Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é uma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas filiais membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

7



MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

CVM n.º 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio